

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
ÁREA: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**TURISMO EM FLORIANÓPOLIS:
UMA CRÍTICA À “INDÚSTRIA PÓS-MODERNA”**

por

HELTON RICARDO OURIQUES

**Dra. Lenyra Rique da Silva
Orientadora**

Florianópolis, fevereiro de 1996.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
ÁREA: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**TURISMO EM FLORIANOPOLIS:
UMA CRÍTICA À “INDÚSTRIA PÓS-MODERNA”**

por

HELTON RICARDO OURIQUES

**Dra. Lenyra Rique da Silva
Orientadora**

Florianópolis, fevereiro de 1996.

HELTON RICARDO OURIQUES

**TURISMO EM FLORIANÓPOLIS:
UMA CRÍTICA À “INDÚSTRIA PÓS-MODERNA”**

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 09/02/1996



Prof. Dra. Lenyra Rique da Silva
Orientadora



Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins



Prof. Msc. Idaletto Manvezzi Aued

Florianópolis, fevereiro de 1996.

AGRADECIMENTOS

Nossas histórias individuais são marcadas pelas relações que temos com as pessoas que cruzam nosso caminho, tanto de maneira perene, quanto de forma temporária. Na jornada trilhada para a construção deste trabalho merecem meu agradecimento explícito:

- meus familiares, pela compreensão e apoio material e emocional;
- Lia Aparecida, pela solidariedade e atenção às minhas preocupações;
- Osnilo Vieira, do SINE/SC, por ter fornecido os dados solicitados;
- Eduardo Santos, pelas “andanças fotográficas”;
- todos os trabalhadores de verão, pela gentileza demonstrada durante o trabalho de campo;

- Augusto César Zeferino, meu co-orientador, por ter questionado meus posicionamentos com extrema lucidez;

- Lenyra Rique da Silva, minha orientadora, pela convivência inteligente desses anos e por ter me estimulado na superação dos obstáculos, deixando-me à vontade para os “devaneios produtivos”.

Sem essas pessoas, esta caminhada sequer teria começado. E como valeu a pena! Depois de concluída, é bom olhar para trás e ter a certeza de que o viajante deve sempre voltar ao ponto de partida, percebendo que, no próprio caminhar, tudo se modificou...

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES	VI
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
INTRODUÇÃO	10
1. A QUESTÃO ECOLÓGICA NA ATUALIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA	30
1.1. O PENSAMENTO ECOLÓGICO	31
1.2. A INSUSTENTABILIDADE DA SUSTENTABILIDADE	48
2. O QUE O TURISMO PRETENDE SER EM FLORIANÓPOLIS	60
2.1. ALGUMAS CONCEPÇÕES CORRENTES	61
2.2. A EXPANSÃO DO TURISMO EM FLORIANÓPOLIS E EM OUTROS LOCAIS	72
2.3. O FETICHISMO DA “MERCADORIA-PAISAGEM”	87
2.4. A IDEOLOGIA DO TURISMO	93
3. O SER DO TURISMO: A REALIDADE DE FLORIANÓPOLIS	106
3.1. BREVE APRECIÇÃO SOBRE A “INDÚSTRIA DO DESEMPREGO”	107
3.2. A OUTRA FACE DO TURISMO	117
4. A TENDÊNCIA APOLOGÉTICA x A CONCRETUDE PESQUISADA	145
ANEXOS	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165

LISTA DE TABELAS

I	EVOLUÇÃO POPULACIONAL DOS DISTRITOS TURÍSTICOS E FLORIANÓPOLIS (EM %)	71
II	EVOLUÇÃO DO N. DE LICENÇAS PARA CONSTRUÇÃO E HABITE-SE EM FLORIANÓPOLIS	77
III	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS LOTEAMENTOS APROVADOS EM FLORIANÓPOLIS (EM %)	79
IV	EXPANSÃO DA OFERTA DE LEITOS EM FLORIANÓPOLIS (EM %)	80
V	SENTIMENTOS DOS FLORIANOPOLITANOS QUANTO À EXISTÊNCIA DE GUETOS TURÍSTICOS	101
VI	EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE EMPREGO EM ALGUNS SETORES EM FLORIANÓPOLIS	111
VII	MÉDIA DOS EMPREGOS EM FLORIANÓPOLIS DURANTE A TEMPORADA TURÍSTICA	113
VIII	OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS VENDEDORES AMBULANTES	119

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

I	VISTA PARCIAL DO BALNEÁRIO DE INGLESES	25
II	VISTA PARCIAL DA BARRA DA LAGOA	26
III	VISTA PARCIAL DO BALNEÁRIO DE CANASVIEIRAS	27
IV	VERTICALIZAÇÃO NO BALNEÁRIO DE INGLESES	74
V	VERTICALIZAÇÃO NO BALNEÁRIO DE CANASVIEIRAS	75
VI	COMÉRCIO SAZONAL NA SC 401 (AVENIDA DA SAUDADE)	121
VII	VENDEDORES AMBULANTES EM INGLESES	135
VIII	VENDEDOR AMBULANTE NA BARRA DA LAGOA	137
IX	VENDEDORES AMBULANTES NA BARRA DA LAGOA	138

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo realizar uma crítica à atividade turística em Florianópolis. Neste sentido, destacamos inicialmente as principais idéias do pensamento ecológico na atualidade, efetuando uma crítica a esta interpretação a partir de uma fundamentação teórica baseada em Marx. Logo em seguida, discutimos os equívocos de algumas concepções acerca do turismo. Realizamos uma breve descrição da expansão desta atividade em Florianópolis e em outros locais do Planeta e uma análise sobre o fetichismo da “mercadoria-paisagem”. Além disso, apresentamos a unanimidade apologética que envolve a defesa do turismo por vários segmentos sociais locais, particularmente no que diz respeito à possibilidade de conciliação entre turismo e desenvolvimento sustentado.

Investigamos também os elementos que fundamentam a atividade turística, criticando as concepções místicas da ideologia dominante em torno desta “indústria pós-moderna”. Realizamos uma breve descrição das mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho, relacionando-a com a especificidade do mercado de trabalho turístico. Inserimos, neste contexto, a situação dos trabalhadores de verão, mostrando uma das principais contradições do turismo: sua negação a estes indivíduos. Para finalizar, efetuamos a síntese das duas faces do turismo, percebidas ao longo desta pesquisa: a realidade apologética e a realidade dos que não podem usufruir dos lazeres turísticos, mas trabalham durante a temporada de verão.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyse in a critical way the tourism activity in Florianópolis. In this sense, we emphasize the main ideas of the present ecological thought, judging this interpretation from a theoretical foundation based on Marx. Shortly after this, we discuss the mistakes of some conceptions regarding tourism. We make a brief description of the expansion of such activity in Florianópolis and in other places of the Planet.

In addition, there is an analysis about fetichism of “landscape-merchandise”. Furthermore, we present the apologetical unanimity which involves the defense of tourism by various socio-local segments, specially on what concerns the possibility of having tourism and sustaintable development linked together.

We also investigate the elements that support the tourism activity, criticizing the mystic conception of dominant ideology of this “post-modern industry”. We make a brief description of the changes that are occurring in the world of work, in relation to specific aspects of the tourism job market.

We insert, in this context, the situation of Summer workers, showing one of the main contradictions of tourism: its rejection to these individuals. In short, we synthesize the two faces of tourism, noticed throughout this research: the apologetical reality and the reality of people who can not make good use of tourism leisure, but work during the Summer season for that activity.

INTRODUÇÃO

A mundialização e conseqüente consolidação do modo de produção capitalista vem atingindo características ímpares no século atual, no qual a proliferação das mercadorias marcou um crescimento econômico jamais visto em toda a história da humanidade. Contudo, é justamente no capitalismo que as contradições sociais mais se acentuam, com a apartação cada vez maior entre ricos de um lado e pobres do outro, como apontado por MARX no século passado¹.

Em virtude de sua própria necessidade revolucionária de expansão, o mundo mágico das mercadorias, principalmente da mercadoria-dinheiro, foi criando uma série de novas necessidades, de mercadorias e, portanto, de ramos de atividade econômica, para produzir e reproduzir a acumulação de capital. É neste contexto que se insere o turismo. Embora remonte à antigüidade greco-romana (evidentemente em outra forma, historicamente determinada), esta

¹ As características ímpares, as quais nos referimos, dizem respeito a acontecimentos inexistentes durante a vida de Marx (1818-1883), como a elevação do padrão de vida dos trabalhadores, por exemplo. A clássica distinção entre proletários e burgueses, dando aos primeiros um caráter de despossuídos, já está ultrapassada. Afinal de contas, um elemento novo de manutenção do capital foi o surgimento dos *proprietários de bens materiais* que sustentam, na ponta do consumo, as produções reais e imaginárias do capitalismo. Por isso, optamos por utilizar a distinção entre ricos e pobres. Um outro aspecto relevante, diretamente associado à criação da "classe" dos proprietários de bens materiais, tem sido a desunião constante entre os trabalhadores, promovida com sucesso pelo capital ao longo deste século. A célebre frase "trabalhadores de todo o mundo, uni-vos", aparece justamente em sua forma contrária! E para quem considera que as condições básicas do capitalismo já estão determinadas desde a primeira revolução industrial, vale ressaltar as constantes "destruições criadoras" efetuadas desde a virada do século: as guerras mundiais; a obsolescência forçada e cada vez mais acelerada de máquinas e equipamentos; a predominância do descartável em termos de mercadorias e serviços, etc. Para nós, o caráter revolucionário desta forma de sociedade também contempla o fato dela renascer dos próprios alicerces que derruba, ininterruptamente...

atividade teve um crescimento extraordinário nas últimas décadas (ANEXO I). Podemos afirmar que se desenvolveu com o advento da sociedade capitalista e, particularmente, com a generalização do seu padrão de consumo após a Segunda Guerra Mundial.

Hoje é a atividade econômica que mais cresce no mundo, o que faz com que "...ocupe lugar entre os três segmentos mais importantes do comércio mundial, juntamente com o petróleo e a indústria automobilística" (TRIGO,1993:65). Isso explica a crescente apologia que tem envolvido os debates ligados ao turismo, chamado por nós de "indústria pós-moderna".

O uso desta expressão foi inspirado a partir das distinções que HARVEY (1993) faz entre modernismo fordista e pós-modernismo. A modernidade é caracterizada, em linhas gerais, pelo domínio da fixidez e permanência relativas (padronização do consumo, estabilidade nos mercados, grandes montantes de capital fixo na produção massificada e "um sólido alicerce na materialidade e na racionalidade técnico-científica" (p. 303). A pós-modernidade, por sua vez, "...é dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial (particularmente do dinheiro), pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo" (p. 303-4).

Foi neste sentido que qualificamos o turismo como uma "indústria pós-moderna". Esta atividade está diretamente associada aos estímulos visuais, à "comercialização" das paisagens, como veremos adiante. Além disso, é senso comum dizer que o turismo tem a característica de ser ecologicamente correto, uma "indústria sem chaminés", porque não polui o meio-ambiente, já que não

emite resíduos tóxicos, diferentemente das indústrias modernas. O turismo parece constituir-se, assim, numa “nova indústria”, de cunho sustentado, “pós-moderna” e equilibrada. Nossa intenção é desmistificar esta concepção.

A partir dos anos oitenta, o fenômeno turístico na cidade de Florianópolis passou a adquirir relevância e se consolidou como atividade econômica, gerando no contorno da Ilha de Santa Catarina uma série de modificações estruturais voltadas para a promoção de tal atividade. São anos de surgimento de novos focos de expansão urbana, ligados ao turismo e ao lazer, como as áreas situadas ao Norte da Ilha. E assim, a paisagem da orla marítima, como resultado de processos naturais e do agir humano, tem alterada sua fisionomia, através da implementação das condições mais propícias à valorização do valor: abertura e pavimentação de vias de acesso, loteamentos, hotéis, restaurantes, etc.

Surge o turismo como “salvação de Florianópolis”, máxima evidenciada nas opiniões de alguns representantes políticos locais distintos. Francisco Küster, vereador do PSDB eleito pela Frente Popular, declara que “...a natureza delegou como missão à cidade a vocação de ser uma ilha turística” (Estalagem, maio/94, p.3). A idéia de que o turismo é uma *vocação natural* é, para nós, pura falácia. Não passa de um determinismo. Existem belíssimas paisagens, no mundo inteiro, onde o capital ainda não pôs seus “pés de ouro”. O componente natural, em si mesmo, não significa vocação, dissociado do social.

Já o ex-prefeito de Florianópolis e Deputado Federal pelo PMDB, Edison Andrino, afirma categoricamente que “...o destino de Florianópolis é o turismo” (op.cit., março/94, p.5). Adir Gentil, Deputado Estadual pelo PFL considera que “...as três maiores fontes de riqueza em Florianópolis são o turismo, a tecnologia

e o mar, *faltando o devido crescimento da infra-estrutura por parte do Estado para colocar o turismo no seu devido lugar*” [grifos nossos] (op.cit., abril/94, p.4). O atual Prefeito Municipal, Sérgio Grando (do PPS), eleito pela Frente Popular, acha que “é necessária a consciência das pessoas que exploram o turismo, no sentido de preservar a natureza e desenvolver o potencial do setor” (idem).

Sem dúvida alguma, configura-se um consenso, pelo menos em segmentos do meio político local, de que o turismo representa o futuro para o desenvolvimento do município. Como daremos a conhecer posteriormente, existe uma unanimidade em prol do turismo, já internalizada pelos mais diversos segmentos sociais.

O que parece é que o turismo é o melhor dos mundos, que todos com ele se beneficiarão. Será isto verdade? Que benefícios palpáveis para os habitantes dos locais afetados por esta atividade podem ser percebidos? O que notamos é que o produto turístico é por natureza excludente, posto que seu “consumo” é seletivo (embora se fale de turismo em massa, expressão absolutamente errônea, em razão de só participarem dele parcelas minoritárias das populações mundial e nacional).

Um outro elemento que tem tido importante significação relacionada ao turismo é o solo. Afinal, “...o turismo significa valorização e venda de terrenos e, conseqüentemente, especulação imobiliária. Significa aceleração do processo de transformação de hábitos e costumes e também introdução de novas práticas como o aluguel de casas...” (LINS, 1991:193). É perceptível um movimento modificativo no modo de viver das comunidades pesqueiro-artesanais, que vão

sendo substituídas, conforme apontado em alguns estudos² pelas camadas mais privilegiadas do centro urbano florianopolitano e “externo”, no que tange à posse e propriedade da terra.

É fato marcante a extensão do crescimento do setor imobiliário nos últimos anos, certamente em razão direta da expansão turística local. Mas o local também relaciona-se com o global e, em muitas circunstâncias, espelha situações deste. BOUHDIBA (1981), ao analisar o turismo na Tunísia, aponta que a “...especulação imobiliária permite o surgimento de uma nova classe de proprietários, mas apesar dos esforços do governo para preservar o lugar e manter certo equilíbrio sócio-econômico, a população local não se tem beneficiado das vantagens que certos empresários tunisianos e alguns estrangeiros têm sabido aproveitar” (p.4).

KRIPPENDORF, já citado, estuda o fato turístico nos Alpes e percebe: “as pessoas da cidade levam sua escala de valores própria. Fortalecidas pelo dinheiro e nível educacional (...) elas se sentem superiores e se apropriam do espaço rural com fins comerciais e recreativos. A paisagem e os homens se tornam bens de consumo” (op.cit., p.100-1). A abordagem do autor, apesar de ter uma dosagem crítica, é insuficiente, porque não apreende o sentido deste “consumo da paisagem”, que discutiremos posteriormente. Além disso, da forma como ele coloca, parece que o homem é, por natureza, uma coisa consumível, o que denota uma falta de visão da coisificação histórica do homem.

Já SAAL (1987) relata, quanto às Ilhas do Caribe, que “...ocorreu um encarecimento dos produtos alimentícios. Os camponeses passaram a cultivar

² No que diz respeito ao município de Florianópolis, aqui em pauta, destacamos: LINS (1991), FERREIRA (1993), SANTOS (1993) e MORETTO NETO (1993).

frutas e verduras que são consumidas pelos turistas, em detrimento da agricultura tradicional” (p.10)³. O mesmo autor verifica também que, na Guatemala, “...a construção de hotéis e restaurantes em volta do Lago Atitlán obrigou a população indígena-campesina a emigrar da fértil região ribeirinha para as ladeiras montanhosas, não apropriadas para a agricultura” (op.cit., p.10).

Ora, estes relatos servem perfeitamente como ilustrações aos processos semelhantes que se desenvolvem aqui, em Florianópolis. E se a idéia de que o turismo tem como base a expansão imobiliária é passível de críticas, “...pela desconsideração de que é a própria natureza a base turística local” (LINS, 1991: 203), não se pode esquecer que está de conformidade com a “racionalidade capitalista”. Por isso, como destacado por nós “...cada vez mais vai sendo modificada a paisagem do contorno da Ilha de Santa Catarina, com a ocupação humana, através da proliferação de um grande número de edificações que vão, pouco a pouco, imprimindo um novo ritmo, pautado na urbanização, planejada ou não do espaço das praias florianopolitanas” (OURIQUES, 1993:33).

Estas modificações parecem esboçar um desenho desalentador para o futuro dos segmentos subordinados (especificamente as comunidades pesqueiro-artesanais e setores de menor poder aquisitivo da chamada área metropolitana), na medida em que poderão se encontrar privados pelo lazer, pela privatização dos espaços públicos. Ao mesmo tempo, tendem a ser explorados continuamente como sub-empregados durante o verão, nas atividades turísticas, fator já característico desta “indústria pós-moderna” em Florianópolis.

³ Em espanhol, no original. Todas as citações que compõem esta dissertação, nas línguas espanhola e inglesa, foram por nós traduzidas.

Este tipo de situação já faz parte da realidade de outros cantos do Planeta porque, conforme assinalado por SAAL "...no Quênia, os trabalhadores do setor turístico recebem aproximadamente quatro quintos do que recebem seus colegas da indústria local" (op.cit., p.8). Há ainda o relato de que "...em Acapulco, 40% dos empregados de hotéis e restaurantes são despedidos ao término do principal período turístico. (...) Em Zâmbia, apenas 24% dos empregados têm seus empregos mantidos durante todo o ano" (idem).

É consensual apresentar o turismo como gerador de empregos para as comunidades locais da Ilha e da Grande Florianópolis como um todo. Mas até que ponto o "novo" mercado de trabalho e os salários recebidos pelos trabalhadores são tão importantes assim? Ora, falar que o turismo cria postos de trabalho não nos informa coisa alguma sobre as características deste mercado de trabalho. Como demonstraremos adiante, os empregos turísticos não têm nada de novo, e apenas reproduzem a realidade de outros setores, inclusive com condições de trabalho adversas. Aliás, LINS (1991) já ressaltava o alto grau de "informalidade" dos empregos ligados ao turismo, onde a maioria dos trabalhadores sequer têm Carteira de Trabalho assinada e recebe salários baixíssimos. E é da exploração da força de trabalho que nascem os lucros do turismo, e não da paisagem, como se diz.

Isso porque a terra, para nós, só tem a dupla determinação da aparência da mercadoria (isto é, valor-de-uso e valor-de-troca) mas não tem valor, em razão de não ser fruto do trabalho humano. A "venda" das paisagens naturais pelo marketing turístico reveste-se de um caráter fantasmagórico, semelhante ao da mercadoria terra, mas com particularidades mais fetichizadas. Pode-se pagar um

preço por seus atributos subjetivos, mas não existe aí a produção do valor. Na verdade, o marketing turístico, ao destacar as características específicas e especiais dos lugares, escamoteia sua verdadeira base de sustentação: a exploração da força de trabalho.

Devemos ressaltar que não é possível creditarmos ao turismo a responsabilidade total pela exacerbação dos problemas ambientais na Ilha de Santa Catarina. Reconhecidamente, os problemas ambientais são anteriores à expansão do fato turístico. Contudo, embora a degradação dos elementos do sistema de sustentação natural já venha ocorrendo há muito tempo, como discutido por CARUSO (1990), alguns destes elementos, como os promontórios, as restingas e as dunas, têm sofrido uma pressão intensa de ocupação urbana, diretamente relacionada à expansão turística.

Atualmente, a imagem que está sendo vendida, acerca do turismo, é a sua relação harmônica com o meio-ambiente, através do Desenvolvimento Sustentado. O Desenvolvimento Sustentado, enquanto idéia, pretende um novo estilo de desenvolvimento, fundamentado "...no longo prazo, com obrigações específicas para o Norte, o Sul e o Leste, que estabeleça padrões de produção com equidade social e respeito ao meio-ambiente" (SACHS, 1994:34). Nesta linha, MORETTO NETO (1993), ao estudar o turismo no Balneário dos Ingleses (situado ao Norte da Ilha), preconiza que "...a busca de espaços ambientalmente limpos e ordenados que possibilitem a prática do Turismo de Qualidade a todos os homens, será resultado de Nova Ordem Mundial, através do Desenvolvimento Sustentado" (p.234).

É nossa intenção mostrar, neste trabalho, algumas contradições presentes nestas teses, que são consideradas, na atualidade, a única alternativa para o desenvolvimento com envolvimento dos despossuídos. Neste sentido, nos confrontamos com a apologia do Desenvolvimento Sustentado, porque este “estilo de desenvolvimento” parece ser incapaz de solucionar, efetivamente, os problemas sócio-ambientais do modo de produção capitalista. Afinal de contas, como falar em equilíbrio homem-natureza subjacente a um modo de produção baseado na exploração do homem pelo homem, na unidade dialética riqueza/pobreza? Como falar em turismo com Desenvolvimento Sustentado, sendo esta uma atividade excludente, sob a ótica que abordamos?

Desta forma, nos propomos a desmistificar o turismo dos rótulos desenvolvimentista econômico e sustentável, apresentando-o como uma atividade capitalista qualquer e, portanto, fundamentada na exploração da força de trabalho, da qual se extrai a crescente riqueza do setor, tomando como exemplo a cidade de Florianópolis. Buscaremos, ainda, mostrar a inconsistência da Teoria do Desenvolvimento Sustentado, relativa à atividade turística na sociedade de consumo, a partir de uma interpretação dialética inspirada em Marx. Além disso, tentaremos focar, por meio de exemplos, o caráter geral do turismo na Ilha de Santa Catarina, com destaque à realidade dos empregos turísticos.

Para a consecução dos nossos objetivos, realizamos esse trabalho, fundamentalmente, através da pesquisa bibliográfica e levantamento de dados e informações, incluindo pesquisa de campo, que facilitou uma melhor apreciação

do que pretendíamos discutir. Utilizamos também recursos visuais (fotografias), como ilustrativos às nossas constatações.

Como a perspectiva primeira é de cunho teórico e, em virtude de já existirem trabalhos pontuais sobre o Turismo na Ilha de Santa Catarina, como as pesquisas de LINS (1991), sobre a Barra da Lagoa; FERREIRA (1992), sobre Jurerê Internacional; MORETTO NETO (1993), sobre os Ingleses e SANTOS (1993), sobre Canasvieiras e Jurerê Internacional, não restringimos o campo de estudos a um local específico, posto que parece existir um processo comum, de apropriação privada dos “espaços de lazer” e de exploração da força de trabalho.

Mesmo assim, a análise privilegiou as praias de Canasvieiras e Ingleses, situadas ao Norte da Ilha, e da Barra da Lagoa, situada ao Leste da Ilha, conforme damos a conhecer no MAPA I (colocado no final desta Introdução), em virtude das duas primeiras serem os locais onde a atividade turística aparenta ter reflexos espaciais mais marcantes e a última ser um lugar que vem sofrendo significativas alterações, de caráter mais recente.

No primeiro capítulo, apresentamos as principais idéias do pensamento ecológico, a partir da leitura de alguns autores representativos. Depois, com base nas idéias de Marx, realizamos uma crítica ao caráter equivocado de suas postulações. Esta investigação serviu para desmistificarmos, do ponto de vista teórico, todas as idéias de harmonia homem/natureza presentes na análise ecológica.

Utilizamos Marx como referencial básico à nossa crítica por dois motivos principais: primeiro, por considerarmos sua abordagem da sociedade capitalista a mais científica que conhecemos, ao mesmo tempo em que descobrimos, em

algumas passagens que serão transcritas posteriormente, consistentes considerações acerca da relação homem/natureza. Segundo, por trilharmos um caminho diferente dos autores sociais da “pós-modernidade”. É que nos últimos anos tem se disseminado, no meio acadêmico, a prática de considerá-lo um autor ultrapassado, que não serve para o entendimento do mundo atual. E nós vamos remar contra essa maré, porque apostamos que os escritos deste autor ainda dizem muito da realidade, e por isso se constitui no mais forte referencial para interpretá-la. Daí ser indispensável a sua leitura para o entendimento dos principais problemas de nosso tempo⁴.

No segundo capítulo, apresentamos as idéias de vários autores sobre o significado do turismo, com especial destaque aos que defendem um turismo harmônico. Realizamos aqui a devida crítica às interpretações místicas dos ideólogos do turismo. Em seguida, descrevemos a evolução do turismo em Florianópolis e em alguns locais do Planeta. Depois, discutimos a questão do “fetiche da mercadoria-paisagem”, com ênfase nos aspectos ilusórios dos atributos lucrativos da paisagem da Ilha de Santa Catarina. Também destacamos as concepções do meios político-empresarial e acadêmico, além de outros segmentos populacionais, a respeito da atividade turística. Tudo isso para que seja possível descobrirmos o que está por trás da unanimidade apologética em torno do turismo, que colocaremos no terceiro capítulo e fecharemos o trabalho

⁴ A despeito do posicionamento do marxismo ortodoxo, que vê na obra de Marx apenas uma teoria da revolução social, nossa interpretação considera que a análise social deste autor é um método de investigação científica. Vale lembrar que ele, outrora hegeliano, embasa todos os seus estudos no materialismo histórico-dialético, que surgiu a partir da negação da dialética hegeliana. Portanto, utilizá-lo como método de investigação científica não significa tomar uma atitude positivista, como podem pensar os marxistas ortodoxos.

confrontando a face visível do turismo com a face oculta, que fomos buscar em nossa análise.

Os dados básicos sobre a população, hotelaria, e evolução das áreas construídas em Florianópolis foram obtidos junto ao IBGE, SANTUR/SC e Secretarias Municipais. Era nossa intenção, nessa parte do trabalho, tratarmos com mais profundidade a especulação imobiliária nos balneários. Contudo, a inexistência de dados históricos sobre o preço da terra em Florianópolis (os quais possibilitariam que nossas digressões teóricas fossem embasadas em fatos concretos) causou prejuízos aos nossos propósitos.

Entidades de classe, como o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Florianópolis (SINDUSCON) e o Sindicato dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina (SINDIMÓVEIS), simplesmente não possuem quaisquer espécies de dados sobre a evolução dos preços de terrenos e imóveis construídos nesta cidade. Conseguimos junto à Secretaria de Finanças de Florianópolis dados relativos ao valor venal de terrenos e imóveis construídos apenas referentes ao período 1989/95. Contudo, tais dados não tiveram a utilidade que esperávamos, porque são defasados com relação aos preços do mercado.

Para descobrirmos o que pensam os florianopolitanos acerca do turismo, aplicamos 300 questionários⁵, no mês de outubro do corrente, da seguinte forma: 60 foram aplicados com estudantes, escolhidos aleatoriamente, na UFSC e 40 foram aplicados em lojas comerciais do município, junto a comerciários e

⁵ O teor do questionário consta no Anexo II. Utilizamos como referência, para a estimação do tamanho da amostra, RICHARDSON (1989), cuja fórmula é a seguinte: $N = (\delta^2 \cdot p \cdot q) \div E^2$. Onde N = tamanho da amostra; δ^2 = nível de confiança (utilizamos o nível 2, 95,4%); p = proporção das características pesquisadas no universo (costuma-se usar 50); q = proporção do universo que não possui a característica (100 - p); E^2 = erro de estimação (supomos um erro de 5%). Esta fórmula é representativa para uma população acima de 100.000 habitantes, servindo, portanto, para a população de Florianópolis, em torno de 260.000 habitantes.

comerciantes. Os 200 questionários restantes foram aplicados em filas de pontos de ônibus, espalhados pela área central do município e nas ruas principais de Florianópolis. Os questionários foram aplicados exclusivamente com pessoas nascidas na cidade. Mesmo sendo uma abordagem aleatória, supomos que tenha sido representativa de uma realidade, por constar de segmentos diferenciados que compõem a população da cidade.

No terceiro capítulo, como já nos referimos, damos a conhecer a realidade do trabalho dos empregados ligados ao turismo em Florianópolis. Após uma breve digressão sobre a questão do desemprego, apresentamos os resultados de nossa investigação junto aos trabalhadores ambulantes e não-ambulantes. Objetivamos com isto analisar os aspectos ocultos da “lúdica realidade do turismo”, ligados ao dia-a-dia dos trabalhadores do setor.

Foram de grande utilidade para nós os dados obtidos junto ao Sistema Nacional de Emprego de Santa Catarina (doravante denominado SINE/SC), sobre os estoques de empregos formais em Florianópolis para alguns setores de atividade econômica. Tais dados nos proporcionaram uma “radiografia” mais nítida sobre a estrutura dos empregos na cidade, possibilitando assim uma melhor compreensão dos fatos que envolvem os empregos no turismo. Todos os dados referem-se ao quinquênio 1990 - 1995, em virtude da disponibilidade dos mesmos limitar-se ao estoque dos últimos 60 meses.

Aplicamos 100 questionários⁶ com os vendedores ambulantes e realizamos entrevistas com 30 destes trabalhadores (todas durante os meses de

⁶ O teor do questionário consta do Anexo III. Para este caso, a fórmula utilizada para encontrar a amostra conveniente foi diferente, pelo fato do total de vendedores ambulantes ser inferior a 100.000. O cálculo foi baseado na seguinte fórmula: $n = (\delta^2 \cdot p \cdot q \cdot N) \div E^2 (N - 1) + \delta^2 \cdot p \cdot q$. O resultado encontrado, com base em uma população de vendedores ambulantes estimada em 2.000 pessoas, foi de 63 questionários de amostra. Como aplicamos 100 questionários, nosso nível de confiança foi de 99,71%.

janeiro e fevereiro). Os inquéritos foram aleatórios, e a amostragem foi considerada por nós como significativa, por estar baseada na referida metodologia estatística. Nossa atenção esteve voltada para este segmento (vendedores ambulantes) por não termos encontrado, em nenhuma investigação sobre o turismo e quaisquer outras atividades econômicas em Florianópolis, informações sobre este tipo de trabalhadores.

Conversamos também com 30 empregados de hotéis, bares e restaurantes e 20 trabalhadores da construção civil. Não priorizamos a investigação junto aos empregados da hotelaria, em virtude de LINS (1991) já ter realizado uma investigação com trabalhadores desse tipo, o que tornaria nossa investigação, de certa forma, repetitiva. Mesmo assim, nos empenhamos em conversar com alguns trabalhadores deste setor. Todavia, a dificuldade, nos meses de janeiro e fevereiro, de entrevistarmos empregados da hotelaria, foi inesperada. Aliás, a própria classe patronal da hotelaria revelou-se praticamente inacessível: foi o único segmento que se recusava a gravar entrevistas. Em muitos casos desistíamos de procurar os empregados, porque nem com os empregadores conseguíamos conversar. O que conseguimos foram alguns depoimentos destes trabalhadores fora dos locais de trabalho, colhidos rapidamente por acaso.

No quarto e último capítulo, realizamos um entrelaçamento das discussões precedentes, onde juntamos todos os elementos apresentados e completamos nossa crítica sobre o turismo na sociedade de consumo capitalista⁷.

⁷ Utilizamos a expressão "sociedade de consumo capitalista" como sinônimo de sociedade capitalista, apenas por vício de linguagem e para ressaltar a esfera do consumo. Mas é evidente que sabemos da identidade entre produção e consumo, destacada por MARX(1987).

Finalmente, é necessário esclarecermos algo que pode gerar dúvidas em algumas passagens de nossa investigação. A crítica ao consenso social em defesa do turismo não significa que tomamos uma atitude simplista de sermos “do contra”, mesmo porque o curso de uma atividade econômica independe da vontade de um indivíduo. A faceta positiva, ecológico-apologética, ligada ao turismo, é real. Agora, enquanto pesquisador, é nosso papel dissecar essa realidade, criticamente, tentando expor que por trás deste enfoque desenvolvimentista do turismo está o seu próprio contrário, que é o desrespeito à humanidade dos que proporcionam este desenvolvimento.

Há um lado pervertido que está escondido sob o “manto mágico” do turismo, que é a sua negação aqueles que trabalham, de forma assalariada ou não. Este é o principal sentido de nossa investigação, aliado à intenção de contribuir para as discussões sobre a temática em pauta, trazendo elementos diferentes que não foram encontrados em outros autores.

ILUSTRAÇÃO I - VISTA PARCIAL DO BALNEÁRIO DE INGLESSES



O natural e o social evidentes na paisagem sensível

ILUSTRAÇÃO II - VISTA PARCIAL DA BARRA DA LAGOA

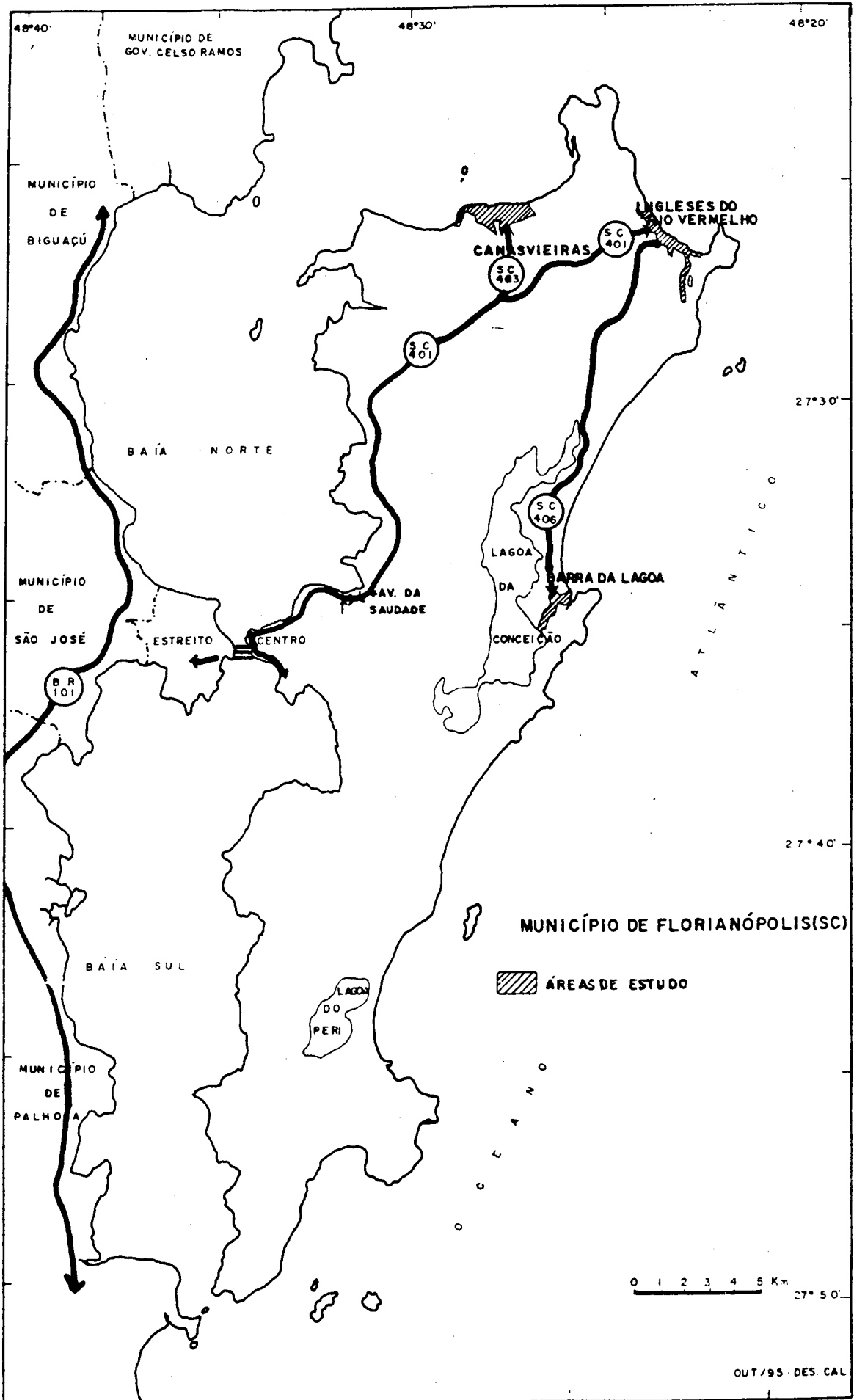


A predominância da “mercadoria-paisagem” na orla marítima.

ILUSTRAÇÃO III - VISTA PARCIAL DO BALNEÁRIO DE CANASVIEIRAS



O construído adentrando no naturalmente posto.



1. A QUESTÃO ECOLÓGICA NA ATUALIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Na sociedade de consumo sempre surgem novos modismos, que cumprem a importante função de manter a máquina funcionando. Hoje, quando se proclama a derrocada do “comunismo” e a vitória dos ideais “democráticos” da economia de mercado, nasce um novo produto, que vem sendo despejado a todo momento através dos meios de comunicação: a questão ecológica.

Grandes empresas já incorporaram a ecologia na prática comercial: o selo verde tem sido fruto de muitos dividendos. A Autolatina, por exemplo, segundo um jornal ambiental, ao lançar o novo automóvel da linha Gol, aderiu à era do ecologicamente correto ao fazer, entre outras coisas, uma estação de tratamento de efluentes líquidos e utilizar produtos naturais nos automóveis (Folha do Meio-ambiente, nov. 1994, p. 10). Os discursos políticos sempre têm destacado “a importância da preservação do meio-ambiente”. No meio acadêmico, a preocupação ambiental vem se transformando em um grande catalisador dos debates, a ponto de surgirem, tanto no Brasil quanto no mundo, cursos de pós-graduação voltados para esta temática.

Acontece que a ecologia vai ganhando cada vez mais os contornos da Grande Questão posta à humanidade. Aparece para muitos como “solução final” para os problemas de desequilíbrios, sejam estes econômicos ou naturais. Parece até uma nova religião, propagando o catecismo de uma salvação definitiva das almas!

Contudo, no nosso entendimento, a ecologia está, na verdade, encobrindo determinações importantes da realidade concreta. Para nós, ela tem levado a uma alienação mercadológica na atualidade. Cabe, portanto, apresentar algumas das idéias mais importantes ligadas a esta nova “religião”, para que possamos realizar nossa crítica.

1.1. O PENSAMENTO ECOLÓGICO

Os primeiros passos do movimento ecológico moderno foram dados no final dos anos 60, ligados à contestação do modo de vida burguês, com a ênfase nos direitos de liberação feminina, de cidadania negra, de liberdade aos jovens, etc., sem contudo ter existido a contestação do modo de produção capitalista⁸. A partir de então, a literatura voltada à temática ambiental se proliferou, principalmente após a Conferência de Estocolmo de 1972⁹, que para muitos é o marco do movimento ambientalista.

Para os autores que vêm desenvolvendo estudos nesta área, existem três modos de se encarar a ecologia, que nós classificamos, para fins didáticos, em economicismo, ecologismo e sustentabilidade.

A concepção economicista fundamenta-se no racionalismo cartesiano, que determina a sociedade moderna através de dois aspectos fundamentais: o

⁸ Conforme apresentado por GONÇALVES(1990: 11-2)

⁹ Conferência das Nações Unidas sobre o meio-ambiente humano, ocorrida em junho daquele ano.

pragmatismo científico e o antropocentrismo¹⁰. Descartes completa a idéia de dissociação homem-natureza, iniciada com o cristianismo:

...é possível chegar a conhecimentos que sejam *muito úteis à vida*, e que, em vez dessa filosofia especulativa que se ensina nas escolas, se pode encontrar uma outra prática, pela qual, conhecendo a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros e de todos os outros corpos que nos cercam, tão indistintamente como conhecermos os diversos misteres de nossos artífices, poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios, e assim nos tomar como que *senhores e possuidores da natureza*. [grifos nossos] (DESCARTES, 1987:63)

Estaria assim lançada uma das pressuposições fundamentais do economicismo: a concepção de que a natureza é um mero recurso, ou, na linguagem corrente da economia neoclássica, um dos fatores da produção. Portanto, deve ser manipulada para que se obtenha o melhor resultado possível, dada sua combinação com o capital e o trabalho. Ou seja, trata-se de uma visão utilitarista, que se baseia numa lógica racional: a busca da maximização dos benefícios (o lucro). A preocupação ecológica baseada nesta interpretação restringir-se-á, assim, a uma mera atenuação da “intensidade de exploração da natureza”, através da mensuração de custos e benefícios. É daí oriundo o princípio do poluidor-pagador. Configura-se numa análise meramente quantitativa, pois está preocupada com a institucionalização contábil das variáveis ecológicas com o intuito de garantir o seu uso mais prolongado.

A abordagem ecologista, também chamada de ecossistêmica, ambientalista ou de ecologia radical, vai surgir como uma crítica à análise economicista. Frequentemente, tal discurso adquire um caráter catastrófico,

¹⁰ Para maiores detalhes, ver GONÇALVES(1990: 33)

lançando alarmes quanto à destruição total do Planeta. De acordo com REDCLIFT (1987:106), "...os radicais verdes partem da premissa de que, se não for evitada a crise ambiental, não serão alcançados nenhum dos outros objetivos sociais importantes". A ênfase dessa proposta é pautada na conservação da natureza por si, para que se evitem os desequilíbrios. Para os ecologistas radicais, o homem sempre polui o ambiente, sendo o único responsável pelos desastres ambientais da atualidade. SERRES (1991), por exemplo, aponta que "devido às *nossas* intervenções, o ar varia em sua composição e, portanto, em suas propriedades físicas e químicas" (p.14). Para ele, "a mudança global que se prepara hoje não leva apenas a história ao mundo, mas também transforma o vigor deste em precariedade, em uma infinita fragilidade. Outrora vitoriosa a *Terra é vítima*" [grifos nossos] (p.22). Ora, será que todos os homens são responsáveis pelas mudanças na qualidade do ar? Será que a vítima é somente a Terra, conforme nos diz este autor?

A tese principal que defende é a de um Contrato Natural, uma volta à natureza. Para ele, deveríamos juntar ao contrato social (que em momento algum ele esclarece convincentemente) um contrato natural de simbiose, "...onde nossa relação com as coisas deixaria o domínio e a posse pela escuta admirativa, pela reciprocidade, pela contemplação e pelo respeito, onde o conhecimento não mais suporia a propriedade nem a ação a dominação..." (id., p.51). FERRY (1994), seguindo inicialmente esta mesma linha de raciocínio, aponta que o humanismo deve ser questionado, dada a possibilidade de que "...os seres da natureza possam vir a possuir estatuto de pessoas jurídicas" (p.18). Esta interpretação,

para nós, já parte de um pressuposto falso: considerar o homem como um não-ser da natureza (assunto que desenvolveremos mais tarde).

BAHRO, principal teórico do movimento ecológico radical alemão, parte da premissa de que se a crise ambiental não for evitada, as outras questões sociais não serão resolvidas. Para ele as principais contradições do capitalismo "...não se observam na luta de classes institucionalizada dentro dos países desenvolvidos, mas sim no rearmamento nuclear e na crise ecológica" (BAHRO apud REDCLIFT, 1989:102).

Em síntese, a abordagem ecologista é meramente ecossistêmica, preocupada unicamente com a conservação dos recursos naturais. Para nós, tal concepção é totalmente desprovida de propósito. Em primeiro lugar por ser um enfoque conservacionista, como se a natureza fosse algo imóvel, que nunca se transformasse. Tal concepção é centrada exclusivamente no aparente, porque o movimento de transformação da natureza exterior não é percebido pelos sentidos humanos. Como os ritmos da natureza externa e o ritmo do relógio humano são diferentes, o que *aparece* no mundo é que a natureza exterior está dada, é inerte, em relação à mobilidade do homem. Em segundo lugar, mantém a separação homem-natureza, herdada da filosofia cartesiana, considerando o homem a fonte de todo o mal, de toda a "destruição" da natureza, além de continuar encarando a natureza como "recurso", sem fugir do economicismo, portanto.

A abordagem conceituada por nós como da sustentabilidade¹¹ é mais conhecida como ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentado, ecologia

¹¹ Utilizaremos tal conceituação porque a ênfase principal dos autores a seguir analisados prende-se (mesmo com variações) ao equilíbrio sustentável homem-natureza.

democrática ou ecologia social. Em síntese, busca o meio-termo entre o antropocentrismo e o biocentrismo das concepções anteriormente apresentadas. Atualmente, a maior parte dos estudiosos que se dedicam à temática ambiental estão ligados a esta concepção.

Ignacy Sachs, um dos autores mais conhecidos na literatura ambiental, defende o ecodesenvolvimento. Para ele, é possível a conciliação do crescimento com a conservação do meio-ambiente. O ecodesenvolvimento “é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os danos ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas de longo prazo” (SACHS, 1986: 18).

Sua proposta passa por “...um crescimento diferente, ambientalmente prudente, sustentável e socialmente responsável, voltado para uma qualidade de vida de grau superior e eqüitativamente distribuída” (id., p.140). Considera que isso só será possível se forem contempladas cinco dimensões:

a) sustentabilidade social: está ligada à maior eqüidade na distribuição de renda e bens. Deve ser buscada através da criação de empregos que permitam uma renda individual adequada e da produção de bens dirigida para satisfação das necessidades básicas

b) sustentabilidade econômica: está ligada à redução dos abismos norte/sul. Deve ser buscada através de um fluxo permanente de investimentos públicos e privados, de um manejo eficiente dos recursos, da absorção pelas empresas dos custos ambientais e da criatividade;

c) sustentabilidade ecológica: está ligada à qualidade do meio-ambiente e à preservação das fontes de recursos energéticos e naturais. Deve ser buscada pelo respeito aos ciclos ecológicos dos ecossistemas, pela prudência na utilização dos recursos não-renováveis, pela produção de biomassa, pela conservação de energia, pelo uso de tecnologias não poluentes;

d) sustentabilidade espacial: está ligada ao maior equilíbrio entre os meios rural e urbano, à melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos, evitando as aglomerações;

e) sustentabilidade cultural: está ligada à necessidade de se evitarem conflitos culturais. Deve ser buscada através da especificidade de soluções para cada local e cultura em particular.

Para nós, as teses do autor têm um caráter idílico, não passam de mera retórica e trazem, implícitas, uma argumentação economicista liberal. Quanto à “sustentabilidade social”, percebemos que ele trata da humanidade de forma homogênea, universalmente. E isso ela não é, por ser fracionada pelas classes que a compõem. Está certo considerar que a produção visa à “satisfação” do homem, mas do homem enquanto coisa que consome. A produção tem como objetivo o lucro, e o homem só é importante enquanto instrumento para a realização do mais-valor através do consumo! Caso fosse diferente, os milhões de miseráveis que sobrevivem neste Planeta fariam parte da sociedade de consumo. Desejar que a produção vise à satisfação das necessidades humanas de todos, requer, portanto, a eliminação da economia de lucro, e isso, em momento algum, é enfocado por SACHS.

Também as premissas para as sustentabilidades econômica e ecológica são equivocadas. Reduzir abismos norte/sul pelo fluxo de investimentos? Pelo manejo eficiente? Mas ao capital só importa a rentabilidade! Além disso, o que é o Norte e o que é o Sul? Os abismos não existem apenas ao sul do Equador, como colocado. A riqueza e a pobreza estão em toda a parte, inclusive no “Norte”, embora se concentre no Sul, por conta dos históricos problemas de subdesenvolvimento, determinados, principalmente, pela exploração econômica dos países mais desenvolvidos do Norte. Quanto à qualidade ambiental, é visível a linguagem cartesiana, preocupada com a rentabilidade dos recursos.

As idéias de sustentabilidade espacial e cultural pautam-se também por frágeis argumentos. Como evitar as “aglomerações” no meio urbano, num cenário de expulsão contínua do trabalhador agrícola de suas terras, pelo movimento histórico de concentração fundiária? Não há nenhuma palavra sobre a questão agrária, parecendo tão fácil o “retorno ao campo”, bastando a vontade dos homens para viverem no meio rural! Também a proposta de “se evitarem conflitos culturais” parece ingênua, por desconsiderar o próprio homem e a própria história da humanidade, repleta de conflitos culturais (que também são conflitos de classe).

Finalmente, SACHS considera que

...os países precisam reconhecer que apenas com a modificação do comportamento econômico danoso ao meio ambiente e à sociedade será possível oferecer uma condição de vida decente para todos no planeta. Isto requer que se estabeleça uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, com obrigações específicas para o Norte, o Sul, e o Leste, que estabeleça padrões de produção com equidade social e respeito ao meio-ambiente, para que se possa construir uma civilização intensiva em conhecimento, centrada no homem. Um novo equilíbrio precisa ser encontrado entre todas as formas de capital - humano, natural, físico e financeiro - bem como os recursos institucionais e culturais. (p.34)

Para nós, a idéia de codesenvolvimento, esboçada por SACHS, soa como uma proposta de planejamento - ligada ao Estado, que tem maiores compromissos com a classe dominante -, que simplesmente inclui uma melhor administração dos *recursos naturais*, com o uso de formas alternativas de energia. Isso é perceptível para nós quando o autor considera que é possível explorar a Amazônia "por meio de técnicas tradicionais ou através de ecotécnicas que a respeitem e a imitem, ao mesmo tempo *tomando-a rentável*" [grifos nossos] (id., p.20). Tal afirmação é elucidativa, pois demonstra que ele não consegue escapar de uma premissa economicista, ao ver, como resultado das possíveis ecotécnicas, uma fonte de rentabilidade. Sua proposta de um paradigma ambientalmente são é, desta forma, ambígua, pois permanece enraizada na premissa dos lucros. Portanto, para nós não se trata de uma nova proposta, mas de mais uma proposta de perpetuação do status quo vigente da sociedade capitalista.

Não menos contraditória, teoricamente, é a idéia do desenvolvimento sustentado, que surge sob os auspícios da Comissão Mundial sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, através da publicação do Relatório Brundtland¹².

¹² Lançado no Brasil sob o título *Nosso Futuro Comum*, em 1991.

De acordo com o Relatório, "...nos últimos decênios, surgiram no mundo em desenvolvimento problemas ambientais que põem em risco a vida. O número crescente de agricultores e de sem-terras vem gerando pressões nas áreas rurais. As cidades se enchem de gente, carros e fábricas" (p.6)

Para a Comissão, não há compromisso com o futuro, dado o ritmo de retirada de recursos da natureza, o que pode levar à insustentabilidade do progresso humano. Assim, "...para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor" (p.10). O Desenvolvimento Sustentado, neste contexto, é entendido como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer o futuro.

É ressaltada a necessidade de interligação entre a economia e a ecologia, porque "...ambas são muito importantes para que a humanidade viva melhor" (p.41). É por isso que o meio-ambiente e o desenvolvimento não são questões separadas: "...o desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora; o meio-ambiente não pode ser protegido se o crescimento não leva em conta as conseqüências da destruição ambiental" (p.40). Neste sentido, o Desenvolvimento Sustentável "... é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas" (p.49).

Para a efetivação de tal postulado, as políticas ambientais e de desenvolvimento devem ser norteadas pelas seguintes estratégias de ação:

- a retomada do crescimento: principalmente nos países em desenvolvimento, “...porque é neles que estão mais diretamente interligados o crescimento econômico, o alívio da pobreza e as condições ambientais” (id., p.54);
- a mudança na qualidade do crescimento: significa tornar o desenvolvimento “...menos intensivo em matérias-primas e energia, e mais eqüitativo em seu impacto” (id., p.56);
- o atendimento às necessidades humanas essenciais: é necessária a erradicação da pobreza, já que “...as necessidades interligadas de habitação, abastecimento de água, saneamento e serviços médicos também são importantes no que se refere ao meio-ambiente” (id., p.59);
- a manutenção de um nível populacional sustentável: é preciso baixar os índices de crescimento populacional, para que se evitem pressões maiores sobre os recursos naturais. Além disso, deve-se evitar o crescimento urbano. Dessa forma, “...quem mais lucrarão serão as cidades, que se tornarão mais fáceis de administrar” (id., p. 61);
- a conservação e melhoria da base de recursos: deve-se estimular o uso de recursos energéticos renováveis, com “ênfase maior na conservação e no uso eficiente de energia” (id., p. 63);
- a reorientação tecnológica: é preciso estimular o uso de tecnologia alternativas, que não impliquem em altos índices de destruição ambiental;
- a inclusão do meio-ambiente e da economia nas decisões: deve-se buscar não apenas a eficiência econômica ou a eficiência ecológica, mais a eficiência ecológico-econômica.

Dessa forma, "...a estratégia do desenvolvimento sustentável visa a promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza" (id., p.70). Para nós, tais proposições são passíveis das mesmas críticas inicialmente feitas ao ecodesenvolvimento. A exposição acima nos sugere que os impasses ecológicos modernos devem-se aos países menos desenvolvidos, o que é evidenciado em afirmações do tipo "surgiram no mundo em desenvolvimento problemas ambientais que põem em risco a vida", o que indica uma visão preconceituosa das coisas. Usando o mesmo tipo de linguagem do relatório, se é o mundo em desenvolvimento o responsável, o que são então as multinacionais européias, japonesas e norte-americanas que operam nestas áreas do planeta? Elas não poluem porque são oriundas do "Norte"? Além disso, a idéia de promoção de "harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza" nos parece, no mínimo, ingênua, dentro de os parâmetros de uma sociedade cujas relações sociais estão embasadas no lucro.

Para TIEZZI (1988) vivemos uma grande crise ao mesmo tempo ecológica, energética e econômica, cuja raiz está na questão da energia: "...um sistema baseado em energia não-renováveis catalisa uma série de reações em cadeia que levam à destruição do meio-ambiente, à exaustão dos recursos naturais e, em última análise, à crise econômica" (p.13). O autor vai defender uma nova cultura do desenvolvimento, partindo de três considerações:

a) o equilíbrio da natureza é um equilíbrio extremamente delicado que, com facilidade, o homem pode modificar de maneira irreversível; a natureza não é um reservatório ilimitado de recursos; a) a longo prazo, a coletividade jamais é indenizada pela destruição e desperdício dos recursos naturais e ambientais, nem em termos econômicos, nem em termos sociais; c) o fictício bem-estar da sociedade de consumo baseia-se na *exploração real* de três tipos de pessoas: 1) as novas gerações, que irão se deparar com recursos escassos com um ambiente poluído; 2) os grupos mais fracos e marginalizados, que sofrem danos sobre a saúde, com a poluição, etc., sem usufruir das vantagens econômicas do consumismo; 3) o Terceiro Mundo, que paga nossas necessidades consumistas com a monocultura, com o próprio ambiente destruído (natural e culturalmente) e com a fome. [grifos nossos] (p.7)

Sua análise incorpora ainda as Leis da Termodinâmica, para a defesa do não-crescimento. Os princípios termodinâmicos dizem que a energia do mundo é constante (princípio da conservação energética) e que a energia não passa de uma forma para outra sem despendar trabalho. Isso implica na tendência do mundo à desordem: a *entropia*. Inspirado nesta idéia, o autor ressalta que “o tempo tecnológico é inversamente proporcional ao tempo entrópico, o tempo econômico é inversamente proporcional ao tempo biológico” (p.32).

Ou seja, a essência das crises atuais estaria na desproporção entre estes diversos “tempos”, pois o homem, ao usar energia demais, estaria acelerando a desordem: : “quanto mais rapidamente se consomem os recursos naturais e a energia disponível no mundo, tanto menor é o tempo que permanece à disposição de nossa sobrevivência” (idem).

Estas considerações é que levam o autor a defender o estado estacionário: “o ponto fundamental é o de que o crescimento deve ser interrompido: o crescimento da população, da desertificação, das necessidades energéticas, do consumismo, da poluição, das alterações climáticas, dos armamentos nucleares,

das espécies animais extintas, do custo energético dos alimentos, da fome no mundo” (p.14).

Mas isso para ele não significa a renúncia ao desenvolvimento e ao bem-estar. O estado estacionário significa uma “simbiose entre o homem e a natureza” e um sistema baseado na renovabilidade energética e de recursos naturais, sendo imprescindível a repartição eqüitativa das riquezas e dos recursos naturais entre os homens, além da exigência do controle de natalidade.

Com isto, TIEZZI sugere uma “revolução cultural” em busca de um *modo renovado de viver*, principalmente no que diz respeito ao seguinte:

a) o conceito de renovabilidade: qualquer ato humano ou tecnológico baseado na renovabilidade da matéria e da energia é eticamente válido; ao contrário, deve ser considerado um erro e uma exploração em relação a nossos filhos qualquer ato ou tecnologia baseados em recursos não-renováveis; b) o ser deve substituir o ter como valor-base da sociedade e como satisfação de nossas necessidades: a qualidade de vida deve substituir a quantidade; c) as leis da termodinâmica devem ser o guia das opções produtivas, inclusive em relação aos processos econômicos; d) deve-se adquirir, como consequência óbvia de se viver no planeta Terra, o conceito de ‘limite de crescimento’, e de equilíbrio biofísico; e) contribuir para o aumento da população deve ser considerado um ato eticamente reprovável(não mais de dois filhos por casal). (p.199)

A obra de TIEZZI tem o mérito de introduzir o conceito de entropia para o entendimento da problemática ecológica, mostrando a distância cada vez maior entre os ritmos biológicos e os ritmos tecnológicos. Contudo, consideramos que ele comete um equívoco ao argumentar que na sociedade de consumo a exploração real se dá em cima das gerações futuras¹³: “sempre se pensou que o

¹³ No início de sua obra, Tiezzi considera que a exploração real se dá em cima das gerações futuras, dos grupos mais fracos e marginalizados e do terceiro mundo. Aqui, ele a restringe apenas às gerações futuras, o que contradiz seu próprio texto.

lucro industrial se baseasse na exploração da força de trabalho, enquanto hoje o lucro se baseia essencialmente na exploração das gerações futuras” (p.170). O que nos sugere essa afirmação? Primeiro, que a exploração não existe ainda, posto que advém do futuro. Segundo, que são as gerações futuras as que virão-a-ser exploradas. Então, o grande problema é evitar a exploração do futuro, no vir-a-ser, pela “simbiose homem-natureza”? Embora reconheça a existência da exploração, o lucro industrial aparece aqui como algo abstrato, só existente no vir-a-ser, o que para nós é uma grande contradição do autor. Parece que ele quer esquecer (propositadamente?) uma das grandes evidências da organização social capitalista.

Para FERRY, o essencial é a ecologia democrática, um meio-termo mais racional entre o cartesianismo e a ecologia profunda. Para ele, o “homem pode e deve modificar a natureza, assim como pode e deve protegê-la” (p.174). Por isso o autor critica o cartesianismo e a ecologia radical. O primeiro pelo seu caráter de má utilização dos recursos e desrespeito aos animais. A segunda pelo seu apego inconsistente de uma “volta à natureza”, pois a sacralização da natureza, segundo o autor, esconde o fato de que nem tudo é harmonia e beleza. Afinal, “como explicar então os vírus, as epidemias, os sismos e tudo o mais que tem, com toda razão, o nome de catástrofe natural?”, pergunta o autor.

É a partir daí que irá defender o reformismo da ecologia democrática, que seria a única alternativa viável para a humanidade. Para ele,

...o reformismo não é a forma com devamos contentar-nos, à falta de melhor, quando a esperança revolucionária se esquiva, mas constitui a única atitude correspondente à saída do mundo da infância. Não só ele é o único compatível com a rejeição democrática das linhas partidárias e das autoridades dogmáticas, não só deixa de fazer entrever a esperança mística de um trabalho militante para além do mundo real, mas abre, em contraste com a ideologia revolucionária que se orienta para um termo último, um espaço infinito para a reflexão e para a ação (p.179).

Assim, FERRY se concentrará na crítica interna do sistema, pois esta “crítica da democracia real e imperfeita em nome de suas promessas e de seus princípios próprios é, até por definição, a única que permanece compatível com a exigência democrática” (p.174). Sua proposta passa ainda pela elaboração de uma teoria dos deveres para com a natureza. E isso implica na imposição de limites à tecnociência, para que o respeito a todos os seres vivos e não-vivos seja a tônica de uma nova consciência, segundo o autor.

Esse avanço só será possível com a inauguração de uma nova ética do individualismo. Ele ressalta que “trata-se, de viver de outro modo, de mudar de vida, mas a expressão já não remete para a revolução, já não assinala um outro lugar qualquer: ela significa, sobretudo, ‘viver a la carte’, fazer cada um suas próprias escolhas” (p.187).

Por isso, tudo o que tiver um caráter preservacionista é apontado como ecológico:

A floresta é ameaçada pelos gases de emissão de veículos com motores de combustão interna? Que não seja por isso: serão construídos catalisadores, mais caros mas menos poluentes. Esta docilidade dos construtores alemães tornou-se um modelo: a indústria desenvolve-se a passos gigantescos, criando concorrência entre as empresas para a obtenção de “rótulos verdes”. Suprema recuperação? Talvez, mas por que ficar chocado, se ela permite, ao mesmo tempo, fazer avançar as exigências de uma ética do meio ambiente e as inserir num quadro democrático? (p.188).

Finalmente, o autor aponta que tal ética ecológica e democrática não possui vocação para o poder. Para ele, “política, a ecologia não será democrática; democrática, deverá renunciar às miragens da grande política” (p.188). Ora, ao dizer que a ecologia democrática é a única alternativa, o autor já não está negando o rótulo de “democrática” em prol de uma ditadura verde? Além disso, nos parece meio absurdo conceber algum grupo de pressão (como o autor o define) como não-político¹⁴. Também questionamos se o que ele chama de crítica interna do sistema é suficiente para o estabelecimento de uma relação harmônica entre o homem e a natureza.

O princípio do meio-termo, ou da sustentabilidade, como conceituamos, tem ainda outros defensores. MENDES (1993), por exemplo, considera que a nova sociedade “precisará ser austera, não desperdiçadora. Um ecúmeno em comunhão consigo mesmo e com o ambiente natural. A civilização da conciliação dos seres da cultura com os da natureza” (p.22). Isso pressupõe que à natureza deve ser dado o direito de reconquistar a condição de “...valor-em-sim, antes de ser valor de uso ou de troca - todavia não o único valor. Um valor totalizante, mas que não pode tornar-se totalitário” (p.21). A luta, portanto, deve ser em torno da criação de uma sociedade sustentável, harmônica e plena, com o respeito à vida como referência norteadora básica. Conciliação dos seres da cultura com os da natureza quer dizer que o homem não é um ser da natureza? Então o autor parte da premissa cartesiana! O que significa valor-em-si? O valor para nós só advém do trabalho. Portanto, não havendo intervenção humana pelo trabalho não existe

¹⁴ A conceituação de Aristóteles, de que o homem é um animal político, já é suficiente para descaracterizar tal proposta.

valor, o que torna a concepção de valor-em-si postulada pelo autor absolutamente incompreensível, sob esta ótica.

Já ALPHANDÉRY (1994) aponta para a criação de uma nova era, fundamentada no que chama de ótimo vital, com "...uma redistribuição mundial das riquezas e do trabalho, a expansão de atividades autônomas e não mercantis, a intervenção direta dos cidadãos nos negócios da cidade e uma concepção de usufruto da ação do homem sobre a natureza" (p.182). Será possível a expansão de atividades não ligadas ao mercado, no capitalismo? Claro que não, da forma como ela se mantém e a concebemos. A sociedade capitalista é a sociedade do mercado por excelência. Será que uma "redistribuição das riquezas e do trabalho" é possível em tal sociedade? Talvez, mas não de forma eqüitativa, pois isto significaria a negação da exploração do trabalho.

MAIMON (1992), partindo das mesmas linhas de raciocínio de SACHS (já apresentado anteriormente), vai ressaltar a importância das políticas ambientais para o processo de desenvolvimento. Para ela, a educação ambiental, seja formal ou informal, tem um papel importantíssimo, "...tanto na criação, no médio e longo prazos, de uma consciência ecológica, como, também, na formação de recursos humanos necessários à implantação de uma política ambiental e de uma política tecnológica voltada para o meio-ambiente" (p.38). Tal proposta está apenas preocupada com o aspecto administrativo, centrada na preparação de *recursos humanos* com a incorporação da variável "meio-ambiente".

De modo geral, para os expoentes da sustentabilidade, baseada na harmonia homem-natureza, a luta pela preservação ambiental é a luta das lutas,

porque o que está em jogo é a sobrevivência da própria espécie humana. Tal discurso vai evocar a urgência do “novo paradigma” como única alternativa viável à inauguração de uma outra sociedade.

A principal questão que colocamos é se a abordagem da sustentabilidade (ao ser apontada como superação dos problemas relatados pelos seus defensores) implica, realmente, em uma nova ordem. Na nossa interpretação, a resposta é não, porque o pensamento da sustentabilidade não é suficiente para a efetivação das próprias propostas que defende, e é isto que tentaremos mostrar a seguir.

1.2. A INSUSTENTABILIDADE DA SUSTENTABILIDADE

O que é a relação homem-natureza? É a relação efetiva da natureza consigo própria, porque o homem é um ser natural que é, ao mesmo tempo, social. Para Marx,

A universalidade do homem aparece na prática justamente na universalidade que faz da natureza seu corpo inorgânico, por ser (1) um meio de subsistência imediato, como por ser (2) a matéria, o objeto e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem; a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. Dizer que o homem vive da natureza é a mesma coisa que dizer que a natureza é seu corpo, com o qual tem que manter-se em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do homem estão ligadas com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza está ligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 1968:111)

Como Marx parte sempre do real¹⁵, consegue constatar “...que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história” (MARX, 1993:27). E essa será a diferença concreta entre o homem e os outros animais: o homem pode produzir seus meios de vida. Na história, o homem não realiza pensamentos ou obras, o homem realiza a si mesmo: “...o homem se realiza, isto é, se humaniza, na história” (KOSIK, 1976: 217). Essa realização se dá através do trabalho, esse intercâmbio entre o homem e a sua natureza externa. No trabalho, o homem “põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua natureza” (MARX, 1988:202).

Isto quer dizer que a humanidade do homem está no seu trabalho, na superação da natureza. Contudo, uma das peculiaridades da sociedade capitalista é justamente ter podido inverter essa relação: o trabalho, sob a espada encantada do capital, é alienação. É alienação porque o homem foi separado dos seus meios de produção (incluindo a terra), pelo processo histórico da Acumulação Primitiva, submetendo-se à relação de “liberdade, igualdade e fraternidade” moderna: a relação de proprietários (o capitalista, dos meios de produção; o trabalhador, da força de trabalho).

¹⁵ “Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas.(...) São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação”(MARX e ENGELS, 1993: 26)

Operando os objetos e meios de trabalho sob os auspícios do capitalista, o trabalhador produz a mercadoria (forma elementar da riqueza) que não lhe pertence. Ou seja, com seu trabalho, fonte de todo valor, produz um valor alheio, que lhe é estranho. Esta alienação, para Marx, consiste no fato de que o resultado do trabalho não pertence ao trabalhador, é “externo a seu ser”; e, além disso, pelo fato do trabalhador se negar no trabalho, porque “...não se sente feliz, mas infeliz; não desenvolve uma livre energia física e espiritual, mas mortifica seu corpo e arruina seu espírito” (MARX: 1968:109). Por isso o trabalho torna-se apenas num meio de satisfação das necessidades. E o homem perde sua humanidade:

...o homem (o trabalhador) só se sente livre em suas funções animais, comendo, bebendo, procriando, e em tudo o mais que diz respeito à moradia e ao adorno. Contudo, em suas funções humanas se sente como um animal. O animal se converte em humano e o humano em animal. Comer, beber e procriar são também autênticas funções humanas. Mas pela abstração que as separa do âmbito restante da atividade humana e as converte em fins únicos, tornam-se funções animais.(MARX, 1968:109)

No modo de produção capitalista, portanto, o homem está separado de si próprio, de sua própria natureza. Ele existe não enquanto homem, mas enquanto produtor-consumidor. Sua humanidade se expressa no sentido do ter e de estar na coisa. As relações humanas tornam-se eminentemente materiais, e a grande desgraça é não pertencer ao mundo mágico das mercadorias, que é o que ocorre com milhões e milhões de pessoas atualmente, que se encontram abaixo de qualquer noção de civilidade.

Filosoficamente, a separação cartesiana homem-natureza tornou-se prática sob tal modo de organização social. Afinal, nesta sociedade impera a subordinação do trabalhador ao capital, iniciada pela própria afirmação de sua ordem. O trabalhador vai se negar no capitalismo pela sua expulsão relativa do processo produtivo, determinada pelas mudanças na composição orgânica do capital; e, ao mesmo tempo, vai afirmá-lo quando se torna consumidor¹⁶, consolidando a expansão da economia de mercado. Além disso, separar homem e natureza, cabendo ao homem dominá-la, nada mais é do que garantir o domínio do homem sobre o homem, mais especificamente a perpetuação da relação de dominação capitalista que, hoje, não se restringe mais às linhas de produção, indo da “fábrica ao corpo”, como bem lembrado por GUATARI (1993).

Partindo dessas premissas, podemos perceber que os ideólogos da sustentabilidade cometem alguns equívocos e não avançam na discussão sobre a relação homem-natureza. SANTOS (1994), por exemplo¹⁷, afirma: “com a presença do Homem sobre a terra, a Natureza está, sempre, sendo redescoberta, desde o fim de sua História Natural e a criação da Natureza Social...”(p.15-6). O que ele quer dizer com fim da História Natural? A história só pode ser entendida para nós contemplando o homem, como salientamos acima. O que o autor chama de História Natural (com as iniciais em maiúsculo) não é a própria evolução do movimento da natureza (evolução que pressupõe negação dialética, quer dizer, espécies anteriores são negadas e surgem outras espécies a partir delas até se

¹⁶ Principalmente após à criação do “Welfare State”, inspirado na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda de John Maynard Keynes, economista inglês que teorizou acerca do intervencionismo estatal moderno.

¹⁷ Embora não esteja diretamente ligado ao pensamento da sustentabilidade, o autor escreveu sobre a relação homem-natureza neste livro. Sua inclusão aqui deve-se ao fato de não termos concordado com sua interpretação, a nosso ver distorcida.

configurarem no homem atual), que já existe há bilhões de anos, desde o surgimento do planeta Terra? E será que é possível dizer que tal “história natural” terminou? Acontece que, por exemplo, os processos geológicos, os movimentos dos mares e dos ventos e a reprodução dos ciclos biológicos ainda continuam acontecendo, em *permanente transformação*. Portanto, trata-se de um grave equívoco afirmar o fim da “história natural”.

Além disso, é possível falarmos em “Natureza Social” nos termos colocados pelo autor, distinguindo-a de uma “natureza natural”? A distinção entre natureza natural (ou nata) e natureza social revela uma concepção dicotômica e mecanicista das coisas. Tal conclusão pode ser corroborada a partir da seguinte frase: “...o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta; armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-la. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução” (id., p.17).

O que ele quer dizer com natureza artificializada? Simplesmente quer dizer algo absolutamente ilógico, inexistente. Será que não percebe que tudo, inclusive o que ele chama de “artificializada”, é natureza criada, construída, segunda natureza? Do microcomputador ao automóvel, das florestas ao homem, tudo que existe é natureza: “tudo é criado pela natureza exterior ao homem ou interior a ele e por esse produzido; e essa produção contém fração de sua natureza - é natureza” (SILVA, 1990: 36). Além disso, será que é possível alguém dizer que se alcançou um “estágio supremo dessa evolução”? Essa nos parece uma visão finalista, revelando que o autor está arraigado no cartesianismo com concepções

binárias, que não captam o movimento dialético da natureza. É como se bastasse colocar de um lado o homem, de outro o que ele chama de tecnociência e pronto, estaríamos prestes a encontrar o equilíbrio, o ponto perfeito.

MENDES (1994) também tem uma visão finalista. Para ele "...o futuro da humanidade está pendente de uma sabedoria mental, que vai para muito além do espaço físico por ela ocupado. Não é apenas metaecológica ou metaeconômica, é metafísica" (p.25). A partir daí, chegaríamos a uma *oikos* integral, que englobaria todos os saberes humanos. Mas esse é um longo caminho que, "...partindo dos ecossistemas naturais, nos faz chegar ao reino do espírito.(...) Por essa via, a invenção do Universo de completará. (...) Só assim poder-se-á, um dia, alcançar a perfeição última do ambiente humano, completo e complexo - um artefato eco(po)ético" (id., p.25).

Quer dizer, partindo da preocupação ecológica poderemos chegar à perfeição última? Então a história acaba? Para nós, não é possível se falar em perfeição última, não porque o homem seja um ser imperfeito. Concordamos que "o homem não é simplesmente um ser inacabado, é mais do que isso: é um ser inacabável" (GONÇALVES, 1990: 96). Também a idéia de se chegar a um reino do espírito não soa para nós como inovadora, porque expressa a mesma lógica de separar corpo e alma, homem e natureza, herdada das tradições cristãs e do cartesianismo.

O Relatório Brundtland ressalta que um dos mais graves problemas ambientais é a pobreza. Afinal, "para sobreviver, os pobres e os famintos muitas vezes destroem seu próprio meio-ambiente: derrubam florestas, permitem o pastoreio excessivo, exaurem as terras marginais e acorrem em números cada

vez maior para as cidades já congestionadas” (p. 30). O combate à pobreza revela-se como uma das premissas e promessas fundamentais do desenvolvimento sustentado, ligado ao controle populacional e à criação de oportunidades.

SACHS, nesta mesma linha de preocupações, aponta que “a meta é trazer mais de um bilhão de pessoas para acima da linha de pobreza, inicialmente provendo-as, em cenários culturais e ambientais diferentes, de garantias de um meio de vida sustentável” (p.38). Ora, num mundo onde a exclusão social têm crescido anualmente (diretamente relacionada às próprias contradições do modo de produção capitalista), como falar em erradicação da pobreza, se esta parece insolúvel, sendo inerente à sociedade “moderna”?¹⁸

Uma outra crítica pode ser feita ao pensamento da sustentabilidade quando seus autores afirmam que *todos* somos responsáveis pela degradação ambiental, que *nossas* intervenções afetam o ambiente ou que os *países* devem promover a modificação. Por quê? Porque tal interpretação é generalista e não expõe os verdadeiros responsáveis de uma “destruição ambiental”. Será que é possível culparmos os mineiros pela poluição ambiental causada pela extração do carvão? Será que é possível culparmos os operários das indústrias “sujas” pela poluição dos rios e do ar? Será que todos intervêm no ambiente da mesma forma? Será que todos somos responsáveis pela ameaça nuclear e pelas guerras capitalistas deste século? Talvez sejamos pela omissão. Afinal de contas, a falta de politização, não somente com relação às instituições, mas também ligada às demais instâncias que cercam o homem, é um fato na atualidade.

¹⁸ O capítulo XXIII do Livro I do Capital (A Lei Geral da Acumulação Capitalista) analisa brilhantemente este aspecto.

É muito fácil generalizar as causas, porque assim elas permanecem escondidas. Quando se fala que “as populações” ou os “países” são responsáveis, esquece-se de dizer (propositadamente?) que os pobres do mundo não têm culpa de respirar num ar cada vez mais carregado no meio urbano. Que os responsáveis são os “senhores das grandes decisões econômicas” como salientou SILVA (1991;41), que estão preocupados, logicamente, com seus rendimentos.

A argumentação da sustentabilidade, que propõe uma integração homem-natureza, também é passível de uma outra crítica. Os diversos textos estudados dão especial ênfase ao fato de que é preciso preservarmos a base de “recursos naturais” ou que “...o homem é o recurso mais precioso” (SACHS, 1986:16) e, portanto, deve-se ter especial atenção para com os recursos humanos. Ora, o termo recurso, como bem lembrado por GONÇALVES (1990:124), significa um meio para se chegar a um fim. Temos, portanto, duas considerações. Primeira, como já salientado anteriormente, manter o termo “recursos naturais” significa continuar encarando a natureza apenas pela sua utilidade, devendo ser preservada para a perpetuação de sua utilização lucrativa. Segunda, ver o homem como mero “recurso” é próprio de uma sociedade baseada na coisificação, pois o homem aqui não passa de um meio para a efetivação do processo de acumulação. Nesses termos, essa proposta pode ser entendida como emancipadora ?

Além disso, os autores da sustentabilidade alertam para a necessidade da imposição de limites à exploração da natureza. Só assim, segundo eles, será possível alcançarmos o equilíbrio e evitarmos a tragédia. A receita para tal

“estado equilibrista” passaria pelas políticas que apresentamos acima. Mas será que é possível se falar em limites, dentro do capitalismo?

O que está no âmago de tal organização social é a busca dos lucros. Estes se traduzem em números e os números não tem limites: “...quando o objetivo é acumular dinheiro, não há mais limite para a exploração do trabalhador e da natureza. Afinal, qual é o limite do dinheiro?” (GONÇALVES, 1991:126). Para nós a preocupação ecológica na atualidade é alienante e alienada justamente por isso. Porque não percebe (pelos menos explicitamente) que a incorporação ecológica é apenas mais um meio de se acumular capital¹⁹, um novo negócio lucrativo. Mas, principalmente, por não significar uma mudança. Como se pode dizer ecológica uma sociedade que se baseia na exploração do trabalho não-pago, mesmo mantendo florestas intactas?

Porém, existem autores, preocupados com a questão ecológica, que abordam o problema de um ponto de vista mais profundo. BOFF (1993), por exemplo, o percebe pela raiz: “parece irreconciliável a avidez capitalista com a preservação da natureza” (p.29). Para ele, não se pode se falar numa ética ecológica nos quadros de uma sociedade utilitarista, porque “...a cultura dominante hoje é a do mercado global. Triunfa quem está no mercado; quem está fora dele não existe, não tem nome. O mercado é extremamente criador de vítimas, é o maior mecanismo vitimário que talvez já tenha existido” (id., p. 44). Ele tem o mérito de não cair na puerilidade ao tratar da questão espiritual, inserindo-a num contexto de luta coletiva e individual, por mudanças efetivas nas relações entre os homens.

¹⁹ ALPHANDÉRY (1994:22-25) mostra como a ecologia está surgindo como um grande negócio na Europa, movimentando milhões e milhões de dólares anualmente.

A incorporação do indivíduo também é muito bem enfatizada por GUATARI (1993). Este propõe uma articulação ético-política, que chama de ecosofia, entre os três registros ecológicos: o do meio-ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana. Para ele, a resposta à crise ecológica não deve se restringir à preservação ambiental, porque “uma finalidade de trabalho social regulada de maneira unívoca por uma economia de lucro e por relações de poder só pode, no momento, levar a dramáticos impasses” (p.9).

Na verdade, as crises não se separam. Para o autor, o capitalismo moderno²⁰ têm estendido seus domínios da fábrica ao corpo:

...o poder capitalista se deslocou, se desterritorializou, ao mesmo tempo em extensão - ampliando seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta - e em “intenção” - infiltrando-se no seio dos mais inconscientes estratos subjetivos. Assim sendo, não é possível pretender se opor a ele apenas de fora, através de práticas sindicais e políticas tradicionais. Tornou-se igualmente imperativo encarar seus efeitos no domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação e de ética pessoal” (p.34)

É por isso que, para nós, as concepções da sustentabilidade são parciais. Na verdade, falta a tal paradigma²¹ uma real compreensão da relação homem-natureza. Arraigados no cartesianismo, não conseguem ver que o homem, na relação com a sua natureza exterior, se relaciona consigo próprio. E que se hoje vivemos uma crise ecológica, é porque as relações entre os homens baseiam-se

²⁰ Que ele chama de CMI - Capitalismo Mundial Integrado.

²¹ Também somos críticos quanto à idéia de paradigma, cunhada por KUHN (1992). Discordamos do autor por considerar que o conhecimento é não-cumulativo, surgindo, de tempos em tempos, um novo paradigma que promove uma revolução científica. Acontece que a história se caracteriza pelo acúmulo do conhecer. Marx, por exemplo, só pôde desenvolver sua teoria do valor porque encontrou parte do caminho percorrido por Smith e Ricardo. A colocação do termo é de caráter irônico, posto que os defensores da sustentabilidade a utilizam.

na dominação. Não basta controlar os usos de energia, controlar o crescimento populacional, controlar o uso das águas, controlar os usos da terra para uma sociedade “ambientalmente sã”, como defendem os autores citados. Mesmo porque o controle, repetimos, dentro da sociedade capitalista, tem seus limites nos limites do capital, que não tem limites.

Assim, não questionando a essência da lógica existente, pelo seu próprio caráter utilitarista, as idéias relacionadas à sustentabilidade²² apresentam-se para nós equivocadas frente aos objetivos que propõem realizar, por não ser possível a efetiva relação homem-natureza numa sociedade onde imperam as “...relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas...” (MARX, 1988:82).

Apesar destas evidências, o casamento entre turismo e ecologia vem sendo cada vez mais celebrado no senso comum. Nossa tarefa consistirá, portanto, no capítulo seguinte, em apreender os termos deste casamento, inserindo a discussão do turismo em Florianópolis e em alguns locais como ilustrações a esta “celebração festiva”.

²² Excetuando GUATARI (1993), GONÇALVES (1990) e BOFF (1993).

2. O QUE O TURISMO PRETENDE SER EM FLORIANÓPOLIS

As atividades turísticas, como já colocado por nós na Introdução deste trabalho, vêm experimentando um notável florescimento após a Segunda Guerra Mundial, o que tem tornado a “economia do turismo” um setor importante em vários locais do Planeta. Via de regra, as análises sobre tal setor privilegiam as discussões sobre impactos na economia, destacando prós e contras e propondo políticas adequadas, racionais, de administrá-lo.

Para nós, tais preocupações não se revelam suficientes para uma melhor compreensão da complexidade que envolve tal atividade, pelo fato de serem parciais. É necessário, portanto, apresentarmos as concepções genéricas, que são comuns ao turismo, para depois enfocarmos o seu desenvolvimento na particularidade da Ilha de Santa Catarina, quando destacaremos as opiniões ou posições dos autores que já realizaram pesquisas sobre o assunto, além de expormos algumas descrições da atividade em escala global. Depois, analisaremos criticamente a questão da “mercadoria-paisagem”, a menina dos olhos do meio político-empresarial local. Para finalizarmos esta parte, realizaremos uma reflexão sobre os discursos mais comuns em defesa do turismo no município, que já são de domínio da coletividade.

2.1. ALGUMAS CONCEPÇÕES CORRENTES

A concepção teórica mais usual sobre a atividade turística é a economicista, com a incorporação recente da variável ecológica. Esta análise, como não poderia deixar de ser, utiliza como bandeira de defesa do turismo as *vantagens econômicas* proporcionadas, não estando restrita sua defesa aos teóricos do assunto e aos políticos do poder institucionalmente constituído mas, sobretudo, incluindo as vozes que se erguem em outros segmentos sociais.

(LAGE e MILONE (1991), por exemplo, ao tratarem da Economia do Turismo, realizam uma análise que privilegia os aspectos econômicos, e dão especial ênfase à micro e macroeconomia do turismo. Para eles, o turismo pode ser caracterizado por um tipo de serviço à disposição dos homens da sociedade industrial moderna, que passa a integrar a vida de todas as nações e contribui de maneira significativa para o desenvolvimento em outros setores, o que torna-o imprescindível para as atividades econômicas do século XX (p.22).

Os autores destacam: "...o turismo é uma clara manifestação de liberdade do homem, é chamado de quinta liberdade, ou seja, a liberdade de ir e vir. Mesmo sendo considerado um bem de luxo, o turismo pode ser, nos dias atuais, praticado pela *maioria dos indivíduos* [grifos nossos]" (p.70). Consideramos tal afirmação totalmente descabida, por não ser condizente com a realidade, particularmente a brasileira. No Brasil, de acordo com o IBGE, 53% da

população economicamente ativa recebia, em 1990, até dois salários mínimos. Será que essa maioria²³ pode realmente praticar turismo?

Há um destaque todo especial aos impactos positivos e negativos do turismo. Os autores sustentam que o turismo, sob o primeiro aspecto, pode aumentar a renda do lugar visitado via entrada de divisas; estimular os investimentos e gerar empregos (por ser uma “indústria” intensiva em mão-de-obra) e, por fim, ser um meio de redistribuição de riquezas, porque o turista, ao receber renda em um lugar e gastar em outro, está compartilhando a renda com a população local. Sob o segundo aspecto, eles alertam que o turismo pode gerar pressão inflacionária; criar uma grande dependência com relação a tal atividade; implicar em custos sociais e ambientais e, finalmente, levar a alterações nas prioridades de investimentos (quando o turismo torna-se prioritário a gastos fundamentais, por exemplo).

Para eles, o turismo, se for planejado com eficiência, pode se tornar promotor do desenvolvimento econômico em países como o Brasil, desde que o Estado crie “...mecanismos favoráveis para os investimentos turísticos, através de: regulamentações, incentivos, subsídios, créditos, assessoria técnica, taxas preferenciais, facilidades especiais, ajuda nos custos operacionais, recrutamento e treinamento de mão-de-obra, incentivos e ajudas fiscais” (p.112). Podemos perceber claramente que os autores atribuem ao Estado o papel de “facilitador da prática empresarial”, algo comum em abordagens economicistas.

Nessa mesma linha de raciocínio, ANDRADE (1991) afirma que

²³ Incluída a “insignificante” parcela de 32 milhões de indigentes, definidos pela FAO/OMS/ONU como aqueles que possuem uma renda familiar correspondente, ao máximo, ao valor da aquisição da cesta básica de alimentos.

As atividades características do turismo levam as pessoas à utilização de bens produzidos pela natureza com a cooperação do homem, e à aquisição dos bens que a natureza e o homem produziram para que, transformados pela atividade criativa de pessoas e grupos diversificados, sirvam às necessidades básicas e aquelas que a própria sociedade cria (p.99)

A natureza externa nada produz sem a mediação do trabalho, como salientado por nós no capítulo anterior. Tal afirmação apresenta, implicitamente, uma forte conotação cartesiana. Além disso, será que as ditas necessidades básicas não são também criadas socialmente? É certo que comer, beber, vestir, morar e as atividades excretoras aparecem na sociedade como essenciais, mas elas também foram (e são) historicamente determinadas nas mais diversas formações sociais.

Como afirmou MARX (1987): “a fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca ou garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes” (p.10). As pessoas que se alimentam e vivem do lixo nas periferias de São Paulo, por exemplo, têm, do ponto de vista orgânico, a mesma necessidade alimentar ou excretora dos empresários da FIESP. Contudo, comer restos estragados e realizar as necessidades fisiológicas no meio da podridão é muito diferente de se alimentar em ambientes requintados e fazer a *toilette* em locais com decoração dourada.

Para o autor, o turismo possibilita um desenvolvimento sustentado, porque “... se aproveita, de maneira intensiva e permanente, de todo o potencial dos recursos naturais sem esgotá-los, e também dos recursos e riqueza criados...” (p.100). Percebemos a mesma análise dicotômica já criticada anteriormente;

afinal, há a separação entre recursos naturais e recursos criados, como se os ditos “recursos criados” surgissem do vazio...

Contudo, ANDRADE comete equívocos mais graves ao considerar que “o diferente, o maravilhoso, o exótico da terra, do ar e das águas são elementos naturais de domínio público e universal, graciosamente dados à humanidade pelo Criador, pois a natureza não tem preço nem é objeto de comercialização” (p.24). Excluindo o aspecto teológico de tal idéia, a afirmação chega a ser ridícula, de uma ignorância inadmissível para um pesquisador. Numa sociedade que se fundamenta na apropriação privada e na transformação de praticamente tudo, da vida e da morte²⁴, em mercadoria, como alguém pode dizer que terra, ar e águas são de domínio público ou que a natureza não tem preço? Uma das maiores fontes de lucro na sociedade capitalista vem exatamente da apropriação privada da terra. Dizer que a terra é de domínio público é revelar um absurdo desconhecimento, para um “cientista social”, do que vem ocorrendo no meio rural brasileiro, onde os sem-terra estão pagando a sangue pela luta por um pedaço de chão.

Para o autor em pauta, “...os empreendimentos turísticos tornam-se excelentes negócios, quando bem administrados e fundados em políticas seguras, conseqüentes de filosofias humanitárias que exigem a prática do amor, da sinceridade e do respeito...” (p.26). Relacionar a excelência dos negócios com a prática do amor chega a ser hilariante, porque o lucro não tem coisa alguma a

²⁴ Nos últimos anos, a literatura conhecida comercialmente como “esotérica”, configurou-se num dos maiores mercados editoriais do Brasil. Paulo Coelho, que se auto-denomina um mago, é o mais vendido há anos. Mas isso não é exclusividade do “terceiro mundo”, porque cada país, hoje, tem o seu Paulo Coelho. Claro que não estamos generalizando as qualidades de toda esta literatura, porque sempre é possível “separar o joio do trigo...”.

ver com esse sentimento, e sim com a intensidade da exploração da força de trabalho. Melhor seria dizer que os empreendimentos turísticos exigem a prática do amor ao dinheiro, pois este, na sociedade capitalista, é a expressão alienada do homem, que se torna humano na coisa e através dela.

Já para CASTELLI (1990), o turismo significa consumo de tempo fora da residência habitual, e é diretamente determinado pela relação entre tempo de trabalho e tempo livre. Ele ressalta que “através da evasão semanal e anual, procura-se viver novas experiências, conhecer novas formas de vida, novas culturas e povos, descobrir um mundo diferente daquele artificial em que se é forçado a viver” (p.27). Pelo turismo, portanto, o indivíduo entra em contato com o mundo “natural”, através de uma vivência mais harmônica. Para nós soa estranha a idéia de “consumo de tempo”. Achamos que o mais adequado é se dizer consumo de tempo de não-trabalho, porque a lógica do turismo é exatamente essa: o turista enquanto consumidor. Além disso, o que é esse mundo artificial? Separar natural e artificial é algo difícil para nós, como assinalamos no capítulo anterior, já que o artificial é segunda natureza. Aliás, esse “mundo em que se é forçado a viver” é o mundo social, e desse não se pode fugir.

Para o autor, o turismo é um exercício de liberdade humana, porque

a natureza do turismo é aquela de liberdade de movimento das pessoas, portanto, liberdade das comunicações e das trocas nos seus mais variados aspectos. Através do turismo, exercita-se esse direito. [...] ...do ponto de vista humano, o turismo objetiva proporcionar o encontro entre pessoas e que, deste contato, possam surgir laços de amizade, de entendimento e enriquecimento cultural. (p.121-2)

O turismo é elogiado como atividade que proporciona a liberdade e o encontro entre pessoas, opinião corroborada por BONALD (1986). Este afirma que, graças à tecnologia, surgiram os "...tempos livres para o homem redescobrir o mundo numa conquista pacífica de todos os bens da natureza, conquista coletiva, que somente a atividade do turismo é capaz de propiciar, movimentando as multidões de homens livres do trabalho pelos caminhos do mundo" (p.30). Para ele, esses milhões de viajantes significam, além de uma conquista do homem moderno, "um instrumento primordial para a paz e a compreensão mundial" (p.48).

Desta forma, parece que todos os homens podem usufruir desse "direito inalienável" de viajar num mundo pacífico, que passa a ser um instrumento para a solidariedade internacional. A opinião deste autor tem sua validade somente para aqueles que, por sua melhor condição social, podem realmente desfrutar dos tempos livres para o turismo. Contudo, nesta perspectiva positiva, fica escondido um dado relevante: viajar turisticamente não é para todos os homens.

TRIGO (1993), por sua vez, destaca que, no cenário de uma sociedade onde as massas têm que se contentar com as emoções televisivas e outros estímulos eminentemente visuais, o turismo configura-se como "um meio um pouco mais 'real' de desfrutar o mundo. Pode-se viajar, ver coisas especialmente produzidas para causar instantes de prazer aos sentidos hiper-excitados por milhares de impulsos cotidianos" (p.60). Ou seja, parece que pelo turismo é possível a libertação do cotidiano condicionado, com um desfrute verdadeiro do mundo exterior, em contrapartida ao falso mundo das imagens do dia-a-dia. O grande problema desta análise é ser generalista, ao mesmo tempo que revela um

desconhecimento da realidade: muitos têm que trabalhar demais, e vivem de qualquer jeito, por vezes miseravelmente, enquanto alguns podem, efetivamente, usufruir das belezas do mundo.

Na verdade, as concepções apresentadas até aqui entendem o Sistema Solar apenas através dos planetas mais próximos ao astro-rei. Ou seja, a partir dos que possuem o “lugar ao sol social”, o dinheiro. Esses autores esquecem que existem Planetas mais afastados, que não recebem os raios solares: aqueles que nem possuem o mínimo para as necessidades animais, que vivem na noite eterna dos despossuídos. Estes, com certeza, não podem usufruir dos tempos livres através das evasões turísticas, por “subviverem” no mundo das necessidades insaciadas.

KRIPPENDORF (1989), por outro lado, realiza uma análise mais aprofundada do turismo. Para ele, a sociedade industrial desenvolveu a maquinaria das férias, ou ciclo de reconstituição, através do qual o homem se recupera do cotidiano frio e cinzento. Então

... para encontrarmos uma compensação a tudo o que nos falta no cotidiano, para tudo o que perdemos ou que desapareceu, viajamos, desejamos nos liberar da dependência social, nos desligar e refazer as energias, desfrutar da independência e da livre disposição do próprio ser, entabular contatos, descansar, viver livremente e procurar um pouco de felicidade. (p.117)

Portanto, o turismo “é uma válvula que permite o relaxamento das tensões, a orientação das esperanças irrealizadas da vida quotidiana para vias socialmente inofensivas. O lazer é uma droga aprovada pela sociedade, um

analgésico que dá a ilusão de uma melhoria passageira, mas que não pode curar a doença em si” (p.51). É exatamente este o sentido da notável expansão das atividades turísticas para o autor. Um setor que não conhece crises, porque “enquanto os pregadores da igreja só podem prometer o paraíso após a morte, a indústria do turismo já o oferece aqui embaixo” (p.45).

O autor considera que um dos grandes problemas ligados ao turismo é a impossibilidade do encontro entre visitantes e visitados, porque

O que deveria ser um encontro sucumbe à “síndrome do zôo”: uns e outros se observam. O nativo se torna um espetáculo e um tema de fotografias. Por outro lado, também não há como se entender por meio da palavra. E, como o tempo urge, como sempre - afinal temos que proteger nosso dinheiro -, está fora de cogitação qualquer parada para se contemplar um pouco, com toda a tranqüilidade. No hotel ou na praia, só se toma conhecimento dos nativos através de suas funções como serviços: o servente, a arrumadeira, o vigia, os vendedores de souvenirs, o chofer, os músicos, os dançarinos de músicas folclóricas, etc. (op.cit., p.113)

Sua proposta implica numa *humanização das viagens*, através do respeito ao ser humano e ao meio-ambiente, de modo a “...assegurar a satisfação a nível ótimo das múltiplas necessidades turísticas dos indivíduos de todas as camadas sociais, no âmbito das instalações adequadas e num ambiente intacto, levando em consideração os interesses da população autóctone” (p.175). É perceptível ainda a idéia de que todos devem se beneficiar com o turismo: “se queremos que o turismo seja mais humano, devemos, antes de tudo, estar seguros de que ele se fundamenta numa transação econômica eqüitativa que não prejudica a

ninguém e que as vantagens e os inconvenientes sejam da mesma extensão dos dois lados” (p.184).

Aparece, assim, a crença de que o turismo deve se pautar pela dosagem correta, sem prejuízo ao meio-ambiente e priorizando os interesses das populações envolvidas. Mas o que é população? KRIPPENDORF utiliza o termo genérico, com a desconsideração das classes sociais. Como pode existir uma “transação eqüitativa” nas relações sociais em que o empenho principal pauta-se pelos proveitos de ordem econômica? É difícil vislumbrarmos que as vantagens possam se estender a todos os lados. Afinal de contas, a suposta eqüidade não pressupõe a inexistência de alguém que se apropria de grande parte dos resultados da atividade econômica? Além disso, utilizando a linguagem cartesiana, o autor não avança, efetivamente, como se auto-propõe, porque sua proposta prioriza o nível ótimo, a racionalidade de instalações adequadas e a natureza intacta (algo impossível).

Finalmente, KRIPPENDORF também cai na vala comum dos que enfatizam a soberania do consumidor²⁵ :

Eu sonho com a realidade de uma busca da independência e da individualidade, associadas a uma crescente abertura aos valores não-materiais como a saúde, o meio-ambiente, a natureza, o saber e a educação. Trata-se, pois, da transformação de um turista conduzido e manipulado em turista informado e experiente e, afinal, emancipado e maior - um ser humano que seja um consumidor crítico não apenas em casa, mas também durante a viagem. O novo turista exprime claramente as necessidades e se comporta de acordo com as mesmas. Forma-se assim um mercado de compradores [!] em substituição ao mercado de vendedores, um mercado onde o consumidor, e não mais o produtor, é quem decide. (p.134)

²⁵ Este é um postulado caro aos liberais. Nos últimos anos, por exemplo, ele possui uma nova roupagem: a famosa “qualidade total” que afirma, entre outras coisas, que o importante é atender ao cliente, satisfazendo-o plenamente.

Quer dizer, basta que o turista se transforme no senhor soberano das decisões de consumo para que predominem valores não-materiais? Há a separação entre produção e consumo como se estes fossem dois fatos absolutamente independentes²⁶, como se o problema residisse no fato do consumidor ser manipulado pela produção e, portanto, bastasse, para a instauração de uma “nova era”, inverter tal ordem. O sonho do autor passa, no fundo, por uma questão de classe. O “novo turista” pode realmente ditar as regras do consumo, pela sua equivalência, quando esta é significativa na sociedade. Enquanto isso, o “povão” compra o que o mercado lhe empurra, pelas migalhas que têm no bolso.

Outros autores enfatizam também o caráter ecológico do turismo. Para PAIVA (1995), a “...ampliação do setor turístico deve ser vista com bons olhos, desde que se busque um turismo harmonioso que implique em princípio a conscientização das populações nativas...” (p.14). Para a autora, apesar dos inúmeros aspectos negativos²⁷ presentes em muitos núcleos receptores brasileiros, tal raciocínio é válido, desde que “...aqueles que possuem as condições de fazer viagens influenciem na conscientização do turismo numa dimensão mais abrangente e até na orientação às intervenções por parte do Estado e em projetos de investimentos privados” (p.38). Para ela, a “simbiose” turismo e ecologia é possível porque “...o jovem brasileiro, na condição de

²⁶ Acontece que produção e consumo, ao mesmo tempo que são diversos, têm uma identidade: “A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. [...] Mas, ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. A produção é mediadora do consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também mediador da produção ao criar para os produtos o sujeito, para o qual são produtos” (MARX, 1987: 9)

²⁷ Como a aceleração dos processo inflacionário, a especulação do solo urbano, a prostituição juvenil e a criação de “guetos de luxo”.

viajante, tem o que ver no Brasil em termos ecológicos e essa caminhada servirá para reavivar o sentimento de patriotismo e de compromisso com os aliados do processo de crescimento econômico” (p.54).

É feita assim uma aposta no papel do turista como agente de transformação, semelhante à de KRIPPENDORF, acima citado, além da ênfase na conscientização das ditas populações nativas. Consideramos ingênuas tais proposições, principalmente a última, por parecer meio absurdo imaginarmos que, através das viagens, seja possível o estabelecimento de uma nova ordem econômica a nível nacional.

LEAL (1990) também considera que o desenvolvimento do turismo implicará na preservação ambiental, porque “...impõe um crescimento progressivo mas equilibrado, tendo como referencial a salvaguarda do ambiente e a valorização do patrimônio cultural...” (p.16). O autor destaca: “o futuro do turismo estará, pois, associado à qualidade de vida, à preservação do patrimônio natural e histórico e à relação natural entre o homem e o seu meio-ambiente” (p.17).

A sedução do turismo estaria justamente na “preocupação com a preservação da fauna e da flora, no reencontro com o genuíno e o natural...” (p.37). Quer dizer, pelo turismo, é possível uma relação “natural”, um reencontro com o genuíno? O social é, então, anti-natural? Para nós, há uma similitude entre os expoentes do pensamento ecológico e os teóricos do turismo: eles não compreendem o que é natureza, porque dissociam-na do homem.

É nosso propósito (como já demos a conhecer) focar o que está por trás da parcialidade presente nas concepções acima apreciadas. Contudo, devemos ter em mente como turismo se apresenta nas áreas por nós estudadas e as

próprias interpretações acadêmicas desta atividade, seja ao nível de Florianópolis, seja ao nível de outros locais do planeta.

2.2. A EXPANSÃO DO TURISMO EM FLORIANÓPOLIS E EM OUTROS LOCAIS

As atividades ligadas ao turismo tiveram notável expansão em Florianópolis a partir do início dos anos oitenta, impulsionando profundas mudanças sócio-espaciais no município. Desenvolve-se um franco processo de direcionamento dos capitais para a orla marítima, inicial e preponderantemente para a parte Norte da Ilha de Santa Catarina, locais de até então relativa estagnação sócio-econômica, onde predominavam comunidades pesqueiro-artesanais.

TABELA I - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE DISTRITOS TURÍSTICOS E FLORIANÓPOLIS (EM %)

<i>Distritos</i>	<i>1980/70</i>	<i>1991/80</i>	<i>1991/70</i>
Lagoa da Conceição	56,89	89,15	196,77
Ingleses	33,68	117,51	190,77
Canasvieiras	21,79	68,32	105,01
Florianópolis	35,80	35,80	84,61

FONTE: IBGE, Censos Populacionais de 1970, 80 e 91.

Os reflexos desse movimento podem ser percebidos através da evolução populacional desses locais com relação ao município como um todo, no período compreendido entre 1970 e 1991, como apresentamos na TABELA I, acima²⁸. Durante a década de setenta, somente a população da Lagoa da Conceição cresceu, em termos percentuais, mais do que a população de Florianópolis, em seu conjunto. Contudo, na década de oitenta, todos os três distritos tiveram incrementos populacionais superiores ao total. A comparação entre 1970 e 1991 deixa esse fato ainda mais nítido: se na Lagoa da Conceição, em Ingleses e em Canasvieiras as populações mais do que dobraram, em Florianópolis esse crescimento foi da ordem de 84,61%. Ou seja, há no período assinalado um fluxo migratório para esses locais, outrora praticamente inacessíveis.

Certamente o Estado teve destacado papel no desenrolar deste processo. Afinal, ao implantar as melhorias infra-estruturais a partir dos anos setenta, como a pavimentação asfáltica dos acessos às praias do Norte da Ilha, é dado um primeiro e decisivo passo para as mudanças que se desenrolam com mais velocidade na década subsequente, como salientado por LAGO (1978: 193):

A modernização das rodovias interiores da Ilha de Santa Catarina, a exemplo de uma ação estadual, representou no início da década um impulso poderoso para incrementar realizações privadas. Além disso, melhorias no sistema de abastecimento d'água, de energia elétrica e outras de natureza urbanística foram e tem sido introduzidas em diversos ambientes onde a presença de grande massa de turistas começa a caracterizar, sobretudo, o período de veraneio.

²⁸ Os dados brutos encontram-se no ANEXO IV.

ILUSTRAÇÃO IV - VERTICALIZAÇÃO NO BALNEÁRIO DE INGLESES



Onde antes crescia a vegetação, crescem agora árvores de concreto...

É a partir desta base que vai despontar um elemento decisivo para as novas configurações paisagísticas das áreas em pauta: a mercantilização da terra. A predominância do valor-de-troca sobre o valor-de-uso implicou num acentuado *boom* imobiliário. A verticalização na orla marítima, praticamente inexistente nas praias do município, se expandiu a olhos vistos durante a década

de oitenta, num movimento ainda ascendente, como pode, de certa forma, ser visto nas ILUSTRAÇÕES IV e V. No Balneário dos Ingleses, por exemplo, o crescimento da verticalização teve uma média anual, até 1990, 7,5 vezes superior ao da horizontalização (ANEXO V).

ILUSTRAÇÃO V - VERTICALIZAÇÃO NO BALNEÁRIO DE CANASVIEIRAS



Basta pagar pelo privilégio de ver o mar por uma janela...

Semelhante situação ocorreu também em outros locais do município. Em Canasvieiras, onde inicialmente as construções tinham, em sua maior parte, o caráter de residências de veraneio das famílias do centro urbano florianopolitano, que era comum nos balneários da Ilha, desenvolveu-se a prática dos aluguéis e venda de terrenos e residências, juntamente com os negócios da hotelaria. Neste local, “a constituição de loteamentos e edificações particulares foi intensificada e transforma rapidamente a vila de pescadores em centro de turismo de veraneio” (SANTOS, 1993:117).

Na Barra da Lagoa, por sua vez,

...às casas, em geral rústicas e de certa forma características, dos moradores de origem local, vêm juntar-se residências de veraneio e outros imóveis cujo uso pode variar do domiciliar aos de serviços de hospedagem, alimentação, lazer e diversos outros de natureza comercial, via de regra contrastando, na sua aparência, com as edificações tradicionais (LINS, 1991:150)

Neste sentido, a incidência da elevação do preço da terra ocorre quase que simultaneamente à decadência das atividades tradicionais implicando, via de regra, na transferência da posse da terra e expulsão das áreas de marinha de muitas famílias de agricultores e pescadores²⁹, em benefício das classes mais abastadas de Florianópolis e de outros lugares.

²⁹ O estudo de LINS (1991) mostrava que, na Barra da Lagoa, a venda de terrenos não significava a expulsão dos pescadores da orla marítima, o que a diferenciava, segundo o autor, de outros locais. Contudo, ele igualmente indagava se tal fato pudesse persistir, devido a incidência de pressões especulativas cada vez maiores sobre a terra. No trabalho de campo que realizamos, em algumas conversas com moradores locais, ficou a impressão de que o processo de venda total das propriedades vêm se acentuando nos últimos quatro anos.

Alguns dados, obtidos junto à Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos de Florianópolis (doravante citada como SUSP) evidenciam a expansão do espaço construído e o processo acelerado de ocupação do solo. A TABELA II apresenta a evolução das licenças para construção civil e habite-se, com as respectivas áreas edificadas. É marcante a expansão verificada ao longo dos anos oitenta. Apesar do número de licenças concedidas ter decrescido nos anos de 1990 e 1994, com relação a 1982 e 1986, as áreas edificadas são superiores, tanto para construção quanto para habite-se, aos anos de 1974 e 1978.

TABELA II - EVOLUÇÃO DAS LICENÇAS PARA CONSTRUÇÃO
E HABITE-SE EM FLORIANÓPOLIS

<i>Ano</i>	<i>Nº de Licenças para construção</i>	<i>Área Edificada (em mil m²)</i>	<i>Nº de Licenças para Habite-se</i>	<i>Área Edificada (em mil m²)</i>
1974	981	359,5	636	164,5
1978	1.014	249,5	876	336,0
1982	1.319	1.344,1	1.108	443,5
1986	1.364	631,1	488	204,7
1990	792	508,0	513	390,3
1994	987	753,8	249	340,1

FONTE: SUSP

A comparação entre 1986 e 1994 apresenta ainda resultados interessantes: este último teve uma superioridade nas áreas edificadas relativas às licenças para construção e habite-se, mesmo com uma inferioridade no número de licenças concedidas. Isso sugere uma expansão vertical no espaço

construído, com já salientamos anteriormente a respeito do Balneário dos Ingleses.

Apesar da dificuldade de obtenção de dados sobre a evolução dos preços da terra ao longo da orla marítima, o intenso fluxo de capitais imobiliários, que transformou as praias de Florianópolis (notadamente as localizadas ao Norte) em imensos canteiros de obras, parece indicar um incremento de preços não menos intenso das propriedades à beira-mar. De acordo com o SINDIMÓVEIS/SC, os imóveis localizados nos Balneários do Norte da Ilha estão entre os mais caros de todo o município. Em termos de preço de mercado, perdem somente para os imóveis da beira-mar norte, na área central, que ainda é a localização socialmente mais privilegiada da cidade.

O mesmo Sindicato informou-nos que imóveis da parte continental ou do Sul da Ilha, por exemplo, podem ter as mesmas características de metragem de terreno e área construída do que outros, localizados em Ingleses, Canasvieiras ou Jurerê Internacional, por exemplo. Mesmo assim, a diferença de preços em favor destes últimos chega a ser, por baixo, em torno de U\$ 20.000,00. Os dados obtidos junto a Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Florianópolis, sobre o valor venal de imóveis³⁰, são também ilustrativos desta realidade: nas praias do Norte da Ilha, os valores venais são superiores aos dos imóveis localizados em outras praias do município.

A participação dos balneários no total dos loteamentos aprovados em Florianópolis torna-se crescente ao longo das três últimas décadas, como pode

³⁰ Todos os imóveis, territoriais e prediais, têm um valor venal cadastrado na Prefeitura, medido em UFM (Unidade Fiscal de Tributos Municipais), para fins de cobrança de IPTU. Esses valores são determinados pela metragem do terreno e área construída, mas não representam a realidade do mercado.

ser percebido na TABELA III, o que ilustra, parcialmente, o movimento valorativo exposto acima. Na década de oitenta, quase 1/3 dos loteamentos aprovados estava nas áreas balneárias, enquanto que, na década de sessenta, essa participação sequer representava 1/5 do total.

TABELA III - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS LOTEAMENTOS APROVADOS EM FLORIANÓPOLIS (EM %)

<i>Período</i>	<i>Centro - Ilha</i>	<i>Centro- Continente</i>	<i>Balneários</i>	<i>Total</i>
1960-69	42,2	40,2	17,6	100,0
1970-79	35,0	44,1	20,9	100,0
1980-89	61,2	10,6	28,2	100,0

FONTE: SUSP

Outro aspecto, que de certa forma também exprime o direcionamento de capitais para a orla marítima, diz respeito à expansão dos negócios hoteleiros em Florianópolis. Nos últimos 10 anos, a oferta de equipamentos de hospedagem sofre uma ampliação significativa, com o número de leitos passando de 5.029 em 1985 para 10.282 em 1995 (ANEXO VI). Ou seja, a oferta total de leitos no município dobra no período, como pode ser percebido na TABELA IV.

Aliás, a expansão de leitos não-classificados pela EMBRATUR chega a ter um incremento superior aos devidamente classificados (141,90% contra 74,93%). Esse crescimento dos leitos não-classificados é explicado pela proliferação das edificações hoteleiras localizadas nas áreas balneárias do município: na década

de oitenta, havia 23 equipamentos hoteleiros não-classificados nas praias, contra apenas 02 na área central de Florianópolis, conforme constatado por MORETTO NETO (1993:667).

TABELA IV - EXPANSÃO DA OFERTA DE LEITOS
EM FLORIANÓPOLIS (EM %)

<i>Situação</i>	<i>1985</i>	<i>1990</i>	<i>1995</i>
Classificados	2.812	4.748	4.919
Não - classificados	2.217	3.830	5.363
Total	5.029	8.578	10.282

FONTE: SANTUR

Lembramos aqui de alguns trabalhos, desenvolvidos a nível acadêmico na UFSC, que destacaram este aspecto da expansão das áreas edificadas, relacionando-o com a crescente degradação ambiental na Ilha de Santa Catarina. MORETTO NETO (1993), com base em várias entrevistas e no estudo dos projetos de conjuntos residenciais em construção em 1992 e 1993 no Balneário de Ingleses, aponta "... a não observância de critérios de sustentabilidade espacial, ou seja, a remoção de dunas, aterro de mangues e rios, cortes em encostas de morros, além de outras agressões ao ambiente" (p.150).

O autor relata ainda que esta praia possui, além dos empreendimentos em fase de conclusão, 25 hotéis residenciais já em funcionamento, com uma oferta

de 1.062 leitos. Para ele, “caracterizam-se por expressiva taxa de ocupação territorial, funcionamento temporário, sonegação de tributos, ausência de vínculos efetivos com a comunidade, face ao inexpressivo número de empregos criados” (p.169).

FERREIRA (1992) faz uma avaliação dos impactos sócio-ambientais do Projeto Jurerê Internacional, do Grupo Habitasul. Este, ao ser implantado, tinha como objetivo a introdução, em uma área destituída de infra-estrutura, de um loteamento de alto padrão, com uma ocupação organizada e racional do solo. Assim, para a elitização desse espaço, foram construídas casas, hotéis e clubes de lazer privativo, visando “...transformar a praia de Jurerê na principal opção de lazer da região sul, atraindo uma demanda turística qualificada ao longo do eixo Rio - São Paulo - Montevidéu - Buenos Aires” (p.150). Para o autor

O processo de urbanização que se dissemina em toda a região norte da Ilha influencia também a área do projeto. O desmatamento, a construção de rodovias, o aterro de áreas alagadas, a construção de canais e a poluição do esgoto sanitário produzido pelo balneário e lançado sem tratamento nos rios e praias da região, evidenciam um processo de degradação que compromete as condições de vida da fauna e flora nativas. (p.152)

SANTOS (1993) analisa os reflexos do planejamento turístico em Canasvieiras e Jurerê Internacional. A autora destaca: “...as urbanizações resultantes acabam tornando-se a base e o meio para a reprodução do capital, seja através dos fenômenos dos loteamentos e da promoção imobiliária, seja através da venda de serviços e mercadorias necessárias ao desenvolvimento da atividade turística” (p.191). Para ela, em Canasvieiras, a ausência infra-estrutural

de abastecimento de água, esgoto e drenagem pluvial, juntamente com "...um deficiente controle do uso e da ocupação do solo, sem uma legislação mais específica, bem como uma fiscalização mais atuante, desenvolve uma urbanização precária que tende a comprometer o seu principal atrativo: a beleza natural" (p.120).

Tais modificações, relativas ao uso e ocupação do solo, engendradas pelo desenvolvimento das atividades turísticas não são, contudo, exclusivas das áreas aqui apontadas. Situações semelhantes vêm ocorrendo em praticamente todos os locais onde elas passam a adquirir importância, de Norte a Sul do planeta, conforme constatado por nós através da leitura de alguns estudos específicos e colocados a seguir.

HUSSEY (1989), por exemplo, ao analisar o turismo em Kuta, uma pequena vila da Ilha de Bali, na Indonésia, mostra uma série de impactos ocorridos num espaço de tempo de 14 anos, de 1970 a 1984. Antes do advento desta atividade, sua economia era baseada na agricultura e na pesca, e abrigava uma população de 9.000 habitantes. Passado este período, este número subiu para 14.000, recebendo um fluxo turístico 5 vezes superior ao contingente populacional. Kuta cresceu, ganhou o status de cidade, tornando-se uma das principais destinações turísticas de Bali, com 1/3 dos visitantes.

O autor destaca de forma elucidativa a expansão imobiliária. No período por ele estudado, o preço do are (100 m²) de terra na área central passou de U\$ 17,00 para U\$ 8.000,00 e, na orla marítima, de U\$ 12,00 para U\$ 10.000,00. Por outro lado, as terras destinadas à cultura do arroz subiram de U\$ 150,00 para U\$ 400,00. As terras da orla tiveram incrementos de preço maiores pelo próprio

processo de monopolização das mesmas, ligado ao desenvolvimento turístico, que “valorizou” a terra à beira-mar.

Os negócios se desenvolveram e se diversificaram, desde a abertura de bares e restaurantes até o estabelecimento dos “resorts”, passando por outros serviços, como salões de beleza, lojas de roupas e sapatos, empresas de navegação, casas de câmbio, etc., incluindo o aluguel de quartos e casas por parte dos nativos.

Os hotéis vão ocupar praticamente toda a orla marítima, outrora de uso comum dos pescadores locais. O dinheiro trazido pelo turismo enriquece alguns indivíduos, porque “...um cidadão que alugou 14 quartos em 1977 teve um lucro aproximado de U\$ 10.000,00 e em 1984 recebeu U\$ 75.000,00; outra pessoa que tinha 41 quartos obteve, em 1984, um lucro de U\$ 157.000,00” (p.322).

O autor, na parte final de seu trabalho, menciona que o desenvolvimento do turismo em Kuta teve resultados positivos e negativos:

Por um lado, muitos indivíduos têm se tornado ricos, e os empregos em atividades não - tradicionais estão disponíveis, não somente para os habitantes locais mas também para os migrantes de outras partes de Bali e da Indonésia. A infra-estrutura tem crescido e serviços adicionais estão igualmente disponíveis. O governo obteve um incremento de arrecadação de impostos e taxas e muitos turistas desfrutam de uma praia outrora inacessível. Por outro lado, uma vila tradicional é agora uma cidade barulhenta, poluída e palco de violências, estando a mercê dos inconstantes fluxos turísticos internacionais. (p.325)

DOMRÖS (1990) investiga o surgimento do turismo nas Ilhas Maldivas, destacando a predominância dos “resorts”, caracterizados na literatura especializada como os empreendimentos de alto padrão situados em locais de

características especiais, para “pessoas também especiais”. Tal processo dotou ilhas não habitadas do pequeno arquipélago de uma completa infra-estrutura turística, com todas as facilidades modernas de acomodações e de lazer. No período compreendido entre 1972 e 1990, foram abertos 62 complexos deste tipo, ofertando aproximadamente 8.000 leitos.

Em seu estudo, o autor ressalta o fato de que os nativos são proibidos de transitarem pelas ilhas de turistas europeus (com a predominância dos alemães), à exceção dos empregados³¹. Destaca também que parcela considerável do fluxo de visitantes está ligada aos esportes náuticos (desde surfistas até mergulhadores profissionais), devido à privilegiada riqueza submarina da região, com a existência de recifes e atóis. Contudo, no atol de Maie, a capital do país, os problemas ambientais têm se acentuado nos últimos anos, por causa da forte concentração de pessoas, com desperdício de água potável e poluição das águas do mar, e conseqüente processo de destruição dos recifes.

Não são somente as cidades ensolaradas que promovem o turismo. Nos territórios do nordeste canadense, onde as temperaturas variam de uma mínima de - 30° C a uma máxima de 10° C, HAWLEY (1991), mostra que, embora o clima frio possa sugerir uma inibição dos fluxos turísticos, nesta região é exatamente o exotismo que tem atraído milhares de turistas, que chegam todos os anos para esta parte do país, em sua maior parte aventureiros e ecologistas, atrás da fauna, flora e culturas indígenas.

³¹ Isto não parece ser exclusividade de “outros mundos” : o Costão do Santinho Resort & Village, encravado na parte sul da praia do mesmo nome (próxima ao Balneário de Ingleses), ocupa uma área de 1.000.000 m², cercada pelos proprietários do empreendimento, inclusive parte do morro (Morro das Aranhas) próximo ao mar. Ouvimos relatos de surfistas e freqüentadores desta praia de que os empregados deste empreendimento não permitem o livre trânsito de pessoas e a prática do surf defronte ao “lazer de primeiro mundo”.

Ou seja, o clima gelado, aliado a uma imensa dificuldade de transportes, ao invés de ser um estorvo, funciona como atrativo de exotismo, certamente ligado à força das propagandas alternativas, que atraem os indivíduos em busca da “terapia neve e esqui”³². Em 1989, os 56.000 turistas gastaram nesta região do Canadá em torno de U\$ 57.000.000,00, comprando de artesanatos a material de esqui e montanhismo.

No Nordeste da Tailândia, de acordo com DEARDEN (1991), o turismo atrai anualmente mais de 100.000 pessoas, gerando um influxo de renda de U\$ 2.000.000,00. Nesta região do país, onde a principal atividade sempre foi o cultivo do arroz, a cultura se modificou, com a incorporação de trajes, alimentos, bebidas e línguas estrangeiras.

O autor analisa a influência que o dinheiro passa a adquirir naquela região: “fotografias são permitidas, desde que pagas; ópio e bebidas quentes são cobradas (outrora eram sinônimo de hospitalidade). As danças também são pagas” (p.404). Aliado a isto, os problemas ambientais se exacerbaram, porque as florestas de bambu estão sendo destruídas para a construção de jangadas, alugadas para os visitantes; os rios estão sendo poluídos pelo lançamento de esgotos e, enquanto os turistas se banham diariamente, falta água potável para os moradores.

SAAL (1987) também apresenta alguns problemas desta natureza, ao criticar a idéia de que as melhorias infra-estruturais sempre beneficiam a população local. Ele relata um fato ocorrido na capital da Tanzânia: “para abastecer de água e eletricidade os hotéis construídos nos arredores da capital

³² Frase de KRIPPENDORF (1989:59).

[...], foram estendidos cabos elétricos e canos de água através de uma dezena de aldeias, sem que as casas dos moradores dessas localidades fossem conectadas às redes de energia e abastecimento de água” (p.10). O mesmo autor destaca ainda que “na região de Hammamet - Nabeul [na Tunísia], a agricultura tradicional não pode mais ser praticada, porque o nível das águas subterrâneas tem diminuído fortemente, por conta do elevado consumo dos hotéis” (idem).

Podemos perceber que os acontecimentos acima relatados apresentam uma correspondência, em maior ou menor grau, com o desenvolvimento do turismo na Ilha de Santa Catarina. Contudo, isso não é o que nos chama mais a atenção, e sim o fato de que em *todos* os autores as soluções apontadas para o que chamam de um “turismo melhor” é a mesma: deve-se mudar a forma do turismo, planejando-o adequadamente, com a prioridade de um turismo de qualidade ao invés de um turismo de quantidade, com “respeito ao meio-ambiente”.

É preciso, portanto, tentarmos entender o porquê desta unanimidade. Mas antes, faremos uma breve apreciação sobre um aspecto fenoménico que, na expressão dos ideólogos do turismo, é um fato corriqueiro: a idéia de que o que se vende no turismo é a “paisagem natural”.

2.3. O FETICHISMO DA MERCADORIA-PAISAGEM

O marketing turístico, seja ele público ou privado, traz implícita e explícita a assertativa da “venda das paisagens”, ao atribuir às belezas naturais da Ilha de Santa Catarina a fundamentação principal em defesa da expansão das atividades ligadas ao lazer e ao turismo, como se estas fossem *vocações naturais*.

No mês de janeiro do corrente ano, por exemplo, um apartamento de dois quartos de frente para o mar (e a 100 metros da praia) na costa norte de Ingleses estava sendo vendido por R\$ 56.000,00. Um imóvel idêntico, no mesmo andar do mesmo edifício, mas sem vista para o mar, tinha um preço de R\$ 47.000,00. O corretor de imóveis que nos passou estas informações disse: “o cliente que escolhe o apartamento com valor de R\$ 56.000,00 paga um valor maior pelo privilégio de ver o mar. Em todas as praias isso é assim, pois valem mais os apartamentos de frente para a praia”.

Acontece que a diferença de R\$ 9.000,00, do exemplo acima, não significa que o valor de um apartamento seja efetivamente maior pelo visual privilegiado que proporciona. É pago um preço maior pelas características subjetivas, muito bem exploradas pelo marketing, mas o valor dos dois imóveis é idêntico. O que parece é que os atributos paisagísticos são capazes de produzir valor, o que não passa de uma ilusão porque, como já enfatizamos, o valor só advém do trabalho.

Vejamos, com mais detalhes, como esse aspecto ilusório está arraigado junto àqueles que lidam com o turismo:

Na minha opinião, o que falta aqui em Canasvieiras é uma presença maior do poder público [...], porque as ruas estão sujas. Nossa imobiliária já está em operação há dez anos. Nossos clientes são, em sua maioria, argentinos. Desde 1987 temos uma filial em Buenos Aires, para *comercializar nosso produto, as belezas desta Ilha*. Os turistas adoram nosso sol. [grifos nossos]

O grande problema do turismo é a infra-estrutura, porque nós, da iniciativa privada, já comercializamos *nosso produto e o produto natural, que são as praias, o mar e o sol* desta cidade. A hotelaria já está bem estruturada e nossa atividade é a principal fonte de rendas do município. [grifos nossos]

Este enfoque também aparece em folhetos promocionais, alguns dos quais transcrevemos abaixo:

Conhecida internacionalmente, a Lagoa da Conceição, em Florianópolis, nasceu de um capricho da natureza: a captura de um pedaço do mar por verdes braços de pequenas montanhas, dunas de areia e rochedos esculpido pelo vai-e-vem das ondas. [...] Neste cenário de paraíso, a Acervo Empreendimentos está construindo uma sofisticada estrutura voltada para o lazer, a gastronomia e os esportes náuticos - o Porto da Lagoa Resort. Reunindo alta qualidade de moradia a beira-mar com o que de melhor existe em serviços, o Porto da Lagoa Resort oferece o equilíbrio perfeito entre o lado bom e o lado prático da vida. Uma proposta ímpar em matéria de classe, conforto e investimento inteligente, exclusiva para um número seletivo de pessoas. Afinal, o paraíso é para poucos. (Mares do Sul, 1994, p.52)

Hotel Chalé Ponta das Canas - são 46 chalés, junto à beleza natural de Ponta das Canas, com circulador de ar e cozinha totalmente equipada. [...] A uma distância de 280 metros dos chalés - o mar - uma praia de areias brancas e muito tranqüila com águas azuis e calmas. Ponta das Canas - um verdadeiro exemplo das belezas do litoral catarinense.

Residencial Fortaleza da Barra - A tranqüilidade e a natureza ao seu alcance, onde a harmonia e a natureza aguardam você. Espaço com muito verde, junto ao mar da Barra da Lagoa, praia de águas cristalinas e tudo isto bem próximo ao centro. São terrenos, casas e apartamentos com toda a infra-estrutura para você morar bem e desfrutar a vida.

O Costão do Santinho Resort é o mágico resultado da união entre a infra-estrutura e a organização do Primeiro Mundo com a alegria e descontração bem brasileiras. Tudo isso, um terreno de 1 milhão de metros quadrados à beira da mais linda praia de Florianópolis: Praia do Santinho.

No mundo da apropriação privada, é óbvio que o capital sempre se utiliza das melhores formas de relevo. A orla marítima, as encostas de morros de frente para o mar, os recantos mais inusitados, tornam-se “monopólio privado”. Isso porque, “...ao ampliar-se a circulação das mercadorias, aumenta o poder do dinheiro, a forma de riqueza sempre disponível e absolutamente social. [...] Não revelando o dinheiro aquilo que nele se transforma, converte-se tudo em dinheiro, mercadoria ou não. Tudo se pode vender e comprar” (MARX, 1988:146).

Ora, as areias da Barra da Lagoa, de Canasvieiras, de Ingleses, de quaisquer outras praias de Florianópolis ou do mundo não tem valor algum. O mar, tão enfatizado pelos vendedores de paisagens, também não possui valor algum. E muito menos o sol, que não é apenas a fonte de vida do sistema solar, mas também a grande estrela e fonte de vida do marketing turístico local, como destaca um dos principais jargões mercadológicos, que já faz parte do inconsciente coletivo da comunidade: “Florianópolis, terra de sol e mar”.

O que não pode ser percebido nas propagandas descritas acima, se permanecermos no domínio do aparente, é a fusão existente entre a fantasmagórica “mercadoria-paisagem” e a mercadoria produzida pelo trabalho. É evidente que hotéis, condomínios e casas construídos na orla marítima tem valor, por possuírem a “substância criadora do valor”, o trabalho. É evidente também que as localizações privilegiadas à beira da praia exigem o desembolso de uma equivalência maior para serem utilizadas. Acontece que são evidências diferenciadas.

A primeira é para nós compreensível, do ponto de vista do valor. Mas e a segunda? Um imóvel próximo ao mar e inundado pelo sol tem maior valor do que

outro, localizado, por exemplo, na área central de Florianópolis? Pode ter se (e somente se) o trabalho gasto (ou socialmente necessário) para edificá-lo for maior. Agora, atribuir um valor maior ao imóvel da orla pelos atributos subjetivos é algo só compreensível sob a ótica desprovida de objetividade. Esta confusão, que não é percebida pelo senso comum, existe pela dissociação entre preço e valor, nascida da própria troca de equivalentes.

A forma preço é apenas, segundo Marx, "...a designação monetária do trabalho corporificado na mercadoria" (1988:114). Agora, com o desenvolvimento da troca das mercadorias e com a subsequente eleição da mercadoria-dinheiro como equivalente geral, a forma preço torna-se imaginária:

A forma preço não só admite a possibilidade de divergência quantitativa entre magnitude de valor e preço, isto é, entre magnitude de valor e sua própria expressão em dinheiro, mas também pode esconder uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de ser expressão do valor, embora dinheiro seja apenas a forma do valor das mercadorias. Coisas que, em si mesmas, não são mercadorias, por exemplo, honra, consciência, etc., podem seus donos considerar alienáveis por dinheiro e, assim, receber, por meio de seu preço, a forma de mercadoria. Uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem ter um valor. (p.115)

Ou seja, quem diz preço, não informa coisa alguma acerca do valor. O valor é como uma princesa, que cobre seu rosto com um véu. Só descobrimos seu valor quando o véu é retirado. Mas, no caso dos atributos paisagísticos, "vendidos" junto com os imóveis e as diárias de hotéis, a princesa sequer existe, apesar de permanecer no mundo das fantasias. Por isso, aparecem de quando em vez afirmações desse tipo, expressas pelo Presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Santa Catarina:

Todos nós, da área, sabemos que o tripé fundamental do turismo são Hotelaria, Agentes e Transportadores e, evidentemente, uma natureza ou infra-estrutura que motive, e nisso, [...] nosso Estado é privilegiado. [...] O turismo como atividade econômica deve conter na sua dimensão uma soma de fatores com capacidade de gerar o envolvimento de toda a sua engrenagem, tendo de um lado a infra-estrutura e do outro aqueles que se propõem a desfrutá-la. (Estalagem, nov./94, n.9, p.2)

Excluindo-se a confusão feita sobre os fundamentos do turismo³³, fica claro que há um total desconhecimento sobre os verdadeiros alicerces dessa grande “indústria pós-moderna”: trabalho, mercadoria e atributos paisagísticos. Trabalho porque, como já dissemos anteriormente, significa a essencialidade do fenômeno. De acordo com a Revista Time (junho/95), atualmente 212 milhões de pessoas estão empregadas no mundo, em atividades ligadas ao turismo. Previsões sugerem que, ao final da década atual, 338 milhões serão os empregados nesta atividade. E isso não significa um “novo” ramo de exploração do trabalho, em atividades “improdutivas”, sob a forma capitalista?

Não podemos esquecer que está implícita aqui a forma transmutada e perversa do trabalho, o capital. Este se utiliza das mercadorias, reais ou imaginárias, para seu impulso valorativo. Entretanto, sua essência é o trabalho alienado, apropriado pelos empresários do setor.

Quanto ao fundamento mercadoria, também é fácil verificarmos sua importância, já que estamos na sociedade do mercado. Toda a infra-estrutura de transportes, equipamentos de lazer e acomodação, todos os setores produtivos ligados à estruturação turística, enfim, fundamentam-se no trabalho. E estas mercadorias estão à venda somente para quem tem a equivalência necessária

³³ Confusão porque o “tripé” tem mais de três pés: Hotelaria, Agentes, Transportadoras, natureza ou infra-estrutura. Que modo estranho de se exprimir, sem sequer seguir o que se afirma!

para o seu usufruto, na forma dinheiro. É neste sentido que a mercadoria, inclusive e principalmente sob a forma dinheiro, é considerada um dos pés do turismo.

Finalmente, o terceiro pé é composto pela “mercadoria-paisagem”, que representa o aspecto metafísico do turismo, pelas razões já mencionadas. Esta mercadoria especial parece ser o principal elemento do turismo porque, como comumente se fala, “sem natureza não há turismo”. Por isso adquire, na cabeça dos homens, o atributo de ser valor, com a desconsideração do elemento trabalho, como ficou patenteado nos textos por nós transcritos. As “mercadorias do turismo”, isto é, o sol, o mar, as areias e outros elementos da natureza inorgânica vão representar um preço, sem relação alguma com produção do valor. Mas tornam-se objetos de apropriação, uma apropriação sem propriedade, uma apropriação fantasiosa que, no entanto, é aceita socialmente. Daí os elementos paisagísticos, no inconsciente coletivo, terem a miraculosa característica de criarem valor.

Além da característica mística da apropriação sem propriedade, uma outra peculiaridade fantasiosa ligada ao turismo diz respeito ao consumo. LEFEBVRE (1991), por exemplo, fala que o turismo enseja um consumo do lugar, citando como exemplo a Grécia: “os monumentos e os lugares (ágora, acrópole) que permitem encontrar a Grécia antiga não representam mais do que um local de peregrinação estética e de consumo turístico” (p.9).

O que o autor não destaca, e é necessário levarmos em conta, é que o consumo da paisagem é um falso consumir, um consumir sem gasto. O consumidor-turista se delicia com o espetáculo das ondas batendo na praia, ou

de um dia de sol, mas esse “consumo” é intangível, diferentemente do realizado quando ele compra um *souvenir*, por exemplo.

Quando são enfocadas as belezas naturais de Florianópolis, o componente estético torna-se, por certo, um elemento determinante do consumo turístico. O sentido da visão capta a paisagem, que pode satisfazer e relaxar o turista. É um consumo feito pelo olhar, sentido que tem uma função diversa do consumir quaisquer coisas. O que o marketing faz é estimular as sensações de êxtase e encanto diante dos elementos da natureza “inorgânica”, mas essas “mercadorias” permanecem intactas.

Assim, torna-se possível compreender o surrealismo da mercadoria-paisagem: apropriada sem ser propriedade e consumida sem ser gasta. Elementos que escondem que os atributos paisagísticos não passam de um meio através do qual se realizam as relações específicas no turismo, entre o trabalho, seja ele assalariado ou “autônomo”, e sua forma pervertida, o capital.

2.4. A IDEOLOGIA DO TURISMO

Em Florianópolis, atualmente, tornou-se um consenso a defesa de um turismo *ecologicamente correto*, isto é, com respeito ao meio-ambiente. A *qualidade de vida do povo* já tem efeito de jargão, presente em praticamente todos os segmentos sociais florianopolitanos. O turismo tem sido visto, portanto, como a grande alternativa para a cidade, por ser uma “indústria sem chaminés”.

As investigações científicas realizadas em Florianópolis sobre o turismo por LINS (1991), FERREIRA (1992), SANTOS (1993) e MORETTO NETO (1993), terminam com proposições semelhantes. O primeiro, no último capítulo de sua extensa pesquisa, sugere “um turismo não predatório e participante do desenvolvimento local”(p.191). O segundo considera que “...a opção por um turismo ecológico permite considerar prioritariamente a satisfação das necessidades básicas da maioria da população” (p.165); destacando ainda o uso dos *recursos locais*, como a mão-de-obra. Para ele, só assim é possível o desenvolvimento descentralizado, “com incentivo especial a empreendimentos de escala mais modesta, a exemplo de pousadas, albergues e pequenos hotéis” (p.166). Para o terceiro, o Estado e a comunidade interessada tem o dever de “salvaguardar os recursos ambientais e paisagísticos da região...” (p.202). Por fim, o quarto afirma que “a atividade turística, enquanto geradora de renda, empregos e tributos, necessita estar revestida da lógica ambiental, na preservação da base natural, para sua própria sobrevivência” (p.213).

É essencial destacarmos novamente que a defesa de um turismo com prudência ecológica não é exclusiva do meio acadêmico. Para os bem-sucedidos, os discursos em defesa do turismo, e, particularmente, de um turismo harmônico, são freqüentes, tornando-se mais contundentes com o passar do tempo. Tarcísio Schmitt, Presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Similares de Florianópolis, em vários artigos publicados no Jornal Estalagem, representativo das categorias que preside, tem alertado para o fato de que o turismo “é a principal fonte geradora de empregos em nossa cidade” (op.cit., jul./94, p.2), reclamando da

“notória perseguição às ações daqueles que movem a economia do município” (idem).

Para ele, os habitantes de Florianópolis “parecem esquecer que turista é sinônimo de crescimento, de divisas, de emprego e de melhoria das condições de vida” (op.cit., nov./94, n.8, p.3). O poder público, segundo o Presidente deste Sindicato, tem tido uma atuação decepcionante em matéria de turismo, destacando que “...é triste, pois, imaginar, que com *nossas belezas naturais* [grifos nossos] insuperáveis não partamos para ações que visem dar forma final a um produto turístico realmente de qualidade. Parece que optamos mesmo por um turismo de quinto mundo, isto é, *somente para os pobres* [grifos nossos], quando sabemos que ‘Florianópolis é de todos’” (op.cit., set./94, n.6, p.2). A questão que levantamos é se o turismo significa melhoria das condições de vida e se são os pobres quem fazem turismo.

Içuriti Pereira (vereador do PMDB), por sua vez, destaca ser necessário incentivar quem investe na cidade. Para ele, “a medida mais urgente a ser tomada é escolher alguém competente e que veja o turismo na capital catarinense como uma fonte inesgotável de lucros [!]” (op.cit., jul./94, n.4, p.10), numa clara referência à atual administração. Sua opinião é compartilhada também por um renomado empresário hoteleiro (que se recusou a gravar a entrevista que realizamos). Ele destacava que, a principal providência para a mudança no turismo em Florianópolis passa pela mudança no próprio prefeito. Para ele, é “importante que se entenda que o capital é tão importante quanto o trabalho”, e que “para alguém ousar se candidatar a Prefeito desta cidade” deve passar primeiro pelo elementar: “realizar no mínimo cinco viagens ao exterior,

conhecendo Palma de Majorca”. Ou seja, para ser administrador de uma “cidade com vocação turística” é preciso ser turista.

A ex-secretária da SUSP diz que, uma das grandes problemáticas do turismo é a especulação imobiliária, a qual nos últimos anos tem levado a uma ocupação “irracional, sem planejamento, sem uma visão de desenvolvimento sustentado, sem uma visão ecológico do uso do solo” (Entrevista, 12.01.1995). Para ela, o grande problema administrativo de uma Secretaria como a SUSP é que ela lida com as contradições da própria sociedade, porque “nesta cidade, a gente ama e depreda e ao mesmo tempo elogia as belezas naturais da Ilha. Mas quando a gente tem o nosso terreno no costão, onde a gente pode chegar, construir e impedir que os outros vejam o mar, a gente constrói, mesmo que seja ilegal” (idem).

O Superintendente da PROTUR (Fundação pró-turismo de Florianópolis) não tem a menor dúvida “de que a grande vocação econômica da Ilha de Santa Catarina é o turismo” (Entrevista, 18.01.95). Ele destaca as características ímpares da região, “que tem a matéria-prima básica, que é a natureza”, precisando apenas “ser trabalhada de uma maneira mais planejada, racional” . Ele considera que se está caminhando, lentamente, para uma outra direção no desenvolvimento do turismo, em prol de uma ação mais coletiva. Há um destaque especial para que haja uma mudança na estratégia de exploração da atividade, porque “um turista de melhor poder aquisitivo compensa a quantidade pelo seu gasto maior, deixando mais recursos monetários, o que beneficia o emprego, minorando os problemas sociais da cidade”.

Anita Pires, empresária e Secretária-Executiva do Fórum Permanente de Planejamento Turístico da Grande Florianópolis, realizado em agosto do ano pretérito, já chamava a atenção para o seguinte:

Somente uma vontade férrea consolidará o turismo como nossa grande viabilidade econômica, garantindo a preservação ambiental, a recuperação do patrimônio histórico, o resgate da cultura açoriana e a infra-estrutura necessária para receber os turistas e trazer eventos para a Ilha, minorando a baixa estação. Todos devem se sentir comprometidos com esse novo momento histórico que vive Florianópolis. Todos estão convocados para transformar nosso município num grande Pólo Turístico Internacional que irá *garantir a qualidade de vida do povo* [grifos nossos]. (Estalagem, n.7, out./94, p.5)

O Secretário Municipal de Turismo fala sobre a falta de planejamento como o grande problema do turismo em Florianópolis, ao afirmar que é por causa de tal deficiência que o "...Norte da Ilha se encontra hoje praticamente destruído pela especulação imobiliária" (Entrevista, 20.07.1995). Ele considera que o superdimensionamento das estruturas, devido aos fortes fluxos de veranistas (e não de turistas), causa problemas nas vias públicas e nos serviços essenciais.

O Secretário afirma a importância da preocupação ecológica, "já que a variável ambiental está contida nos programas de financiamento externo". Segundo ele, o grande vilão é o turismo em massa, por ser ambientalmente incorreto. Por isso, afirma: "eu preferiria que Florianópolis hoje, ao invés de receber 400.000 turistas que gastam em média U\$ 30,00 per capita, recebesse apenas 50.000 turistas, que gastassem, em média, U\$ 150,00 per capita".

Para o Governador do Estado, o turismo depende, essencialmente, da conscientização. O Governador considera que "o Estado tem tudo para vencer no turismo. É preciso agora parceria consciente da população com o empresariado"

(DC, Caderno de Economia, 30.07.95, p.2). Para ele, “Deus foi generoso conosco em belezas naturais [!], nosso povo é hospitaleiro e o turismo é uma atividade extremamente rentável” (idem). Devemos, portanto, “explorar o turismo”.

Ressaltamos aqui que a apologia do turismo não é realizada somente pela esferas de poder constituído (tanto público quanto privado) e pelo meio acadêmico. Na verdade, parece fazer parte do inconsciente coletivo dos habitantes de Florianópolis. Os resultados dos questionários que aplicamos junto a estudantes, bancários, policiais, professores, comerciários, comerciantes, aposentados, donas-de-casa, etc., ou seja, com pessoas que possuem os níveis de renda mais diversos possíveis, revelaram este aspecto.

A maioria quase absoluta (97,33%) destas pessoas afirmou que o turismo é importante para Florianópolis. Os principais motivos alegados diziam respeito, basicamente, à prosperidade do comércio, ao aumento de empregos, ao dinheiro que o turismo traz no verão e ao fato de não existirem indústrias na cidade, como evidenciamos em alguns depoimentos:

É importante porque atrai investimentos de moradores, que tendem a melhorar seus estabelecimentos comerciais, como hotéis, restaurantes e supermercados, além de outras coisas.

Além do emprego público, o turismo é a única opção de trabalho para os florianopolitanos.

É uma atividade da qual grande parte da população retira sua sobrevivência e deve ser desenvolvida, visto não possuímos indústrias. Diria que é um grande negócio.

O turismo é importante para Florianópolis por sua própria vocação natural - Ilha, praias, recantos peculiares...

O turismo é a forma menos poluidora de progresso, gera empregos e traz recursos financeiros para o município.

Ora, sendo Florianópolis local histórico e possuidor de belezas naturais, deve-se aproveitar este fator, constituindo-se em grande fator econômico para os comerciantes.

O turismo traz muito lucro para muita gente, pois emprega muitas pessoas que lucram com isso.

É importante porque a natureza proporciona o turismo, e Florianópolis, por ser sede do governo, não possui indústrias.

Estas colocações, expressões de uma quase unanimidade, revelam que o turismo é encarado como o futuro do desenvolvimento do município. Algumas reproduzem o caráter místico que envolve a “mercadoria-paisagem”, já dissecado anteriormente, porque destacam as características naturais como fundamentos vocacionais do turismo. As opiniões ligadas às possibilidades de emprego também reproduzem o discurso dominante, sem nenhuma alusão ao caráter destes empregos. E há também interpretações ingênuas, que consideram que o turismo “traz lucro para muita gente empregada”. Ora, quem é empregado jamais obtém lucros, que é uma forma de remuneração exclusiva do capital³⁴. Esta opinião apenas reflete o caráter ideológico em defesa do turismo, que discutiremos adiante.

Por outro lado, os 2,67% restantes, que consideraram que o turismo não é importante para o município, enfocaram que esta atividade só enriquecia o comércio, que a poluição aumentava e os problemas infra-estruturais se acentuavam:

³⁴ Não estamos, como podem pensar os marxistas ortodoxos, utilizando um referencial liberal. No Capítulo XLVIII, do Livro III, volume VI, do *Capital*, intitulado “A fórmula trinitária”, Marx, ao tratar da fórmula: Capital - lucro; terra - renda fundiária; trabalho - salário, diz textualmente: “Essas relações, por mais díspares que se revelem, têm uma coisa em comum: todo ano, o capital proporciona lucro ao capitalista; a terra, renda fundiária ao proprietário, e a força de trabalho (...) salário ao trabalhador” (1991: 943). Ora, lucros, renda da terra e salário são personificados por seus proprietários. Neste sentido, não há nenhum equívoco, dentro do método *marxiano*, em considerar o lucro como remuneração do capital...

Eu não vejo nenhuma vantagem para a maioria da população, apenas uma pequena parte se beneficia, os que podem explorá-lo.

O turismo só reforça as deficiências da cidade em todos os sentidos: trânsito, custo de vida, limpeza e conservação do município.

O turismo só destrói nossa terra. Prejudica a natureza, pois aumenta a poluição, o desmatamento. As dunas são destruídas, os mangues, etc.

Quando perguntamos se esta atividade beneficiava, prejudicava ou era indiferente para essas pessoas, 33,33% do total (100 indivíduos) afirmaram que eram prejudicadas pela expansão do turismo, enquanto 34,66% afirmaram ser beneficiadas e 32,01% eram indiferentes. As razões apresentadas pelos indivíduos que se sentiam prejudicados estavam ligadas à destruição da natureza, ao aumento dos preços no comércio, aos problemas de infra-estrutura (lixo, transportes) e ao direcionamento das atenções ao turistas.

Há, portanto, uma contradição no discurso de parte daqueles que consideram que o turismo é benéfico para a cidade, porque 92 pessoas (30,67% do total pesquisado) ao mesmo tempo em que são prejudicadas pelo movimento turístico no verão em Florianópolis, consideram-no importante ao nível da municipalidade. Parece ser aceitável o “prejuízo privado” em prol dos “benefícios públicos”³⁵.

Um outro resultado elucidativo surgiu quando perguntamos acerca da existência ou não de locais destinados preferencialmente aos turistas. Quase a metade, precisamente 48,33% dos entrevistados (145 pessoas) respondeu positivamente. Os locais que mais se destacaram, como de preferenciais aos

³⁵ Estamos parafraseando aqui a célebre frase de Bernard de Mandeville (1670-1733), autor da Fábula das Abelhas: “Vícios privados, benefícios públicos”. Sua obra constituiu-se num dos primeiros manifestos sistematizados em defesa das ideias liberais.

turistas, foram Canasvieiras, Santinho e Praia Brava³⁶. Os sentimentos destes indivíduos, quanto à existência destes *guetos turísticos*, podem ser melhor apreciados na TABELA V.

TABELA V - SENTIMENTOS DAS PESSOAS QUANTO À
EXISTÊNCIA DOS RECANTOS PARA TURISTAS

<i>Tipos de Sentimento</i>	<i>N. de Pessoas</i>	<i>% do total</i>
Constrangimento	44	30,35
Discriminação	19	13,10
Proibição	19	13,10
Outros sentimentos	63	43,45
Total	145	100,00

FONTE: Pesquisa direta, realizada em out./95.

Uma parte das pessoas que optou pela alternativa “outros sentimentos”, disse ser indiferente quanto à existência dos locais turísticos. A outra parte destacou, de modo geral, sentimentos de decepção, preconceito, pobreza e revolta, semelhantes aos seguintes:

Isso não deveria ser assim, porque a gente perde uma diversão, que é ir à praia.

³⁶ Algo que já esperávamos, porque Canasvieiras é, praticamente, um “reduto” de argentinos; Santinho é a praia onde se localiza o Costão do Santinho Resort & Village, um empreendimento tipo enclave que surgiu há poucos anos, destinado a pessoas de “alta classe”; a Praia Brava era, também há alguns anos, um local absolutamente deserto, que transformou-se num loteamento composto de apartamentos que só os melhor aquinhoados podem adquirir. Neste último local, não há, até hoje, linha convencional de transporte coletivo.

Esses gaúchos e gringos são umas bestas.

Eu fico triste, porque me sinto pobre por não ter dinheiro.

O que o comércio faz é um roubo.

Há discriminação com relação aos ilhéus, pois tudo se direciona para os turistas.

Ora, em uma Ilha com *vocação natural* para o turismo, não é de estranhar que parte dos florianopolitanos tenha sentimentos de constrangimento, discriminação e até mesmo de proibição em freqüentar algumas praias, como Canasvieiras, Santinho, Jurerê Internacional e Brava? Onde está, portanto, a famosa democracia de “direito à cidade”, analisada criticamente por LEFEBVRE (1991)? Afinal de contas, se para parcelas significativas dos próprios habitantes desta cidade é negado (não oficialmente, ainda...) o usufruto do lazer, no “sol-e-mar” da Ilha, a participação democrática na vida urbana não passa, na verdade, de uma ilusão.

Uma constatação, de caráter geral, pode agora ser feita, após a exposição das idéias sobre o turismo realizada neste capítulo. Aparentemente, é de se admirar a semelhança, mesmo a partir de visões de mundo diferentes, entre os pesquisadores (nacionais e estrangeiros), o poder político-empresarial local e outros segmentos populacionais, no tocante aos rumos do turismo. Para todos eles, a alternativa por um turismo com desenvolvimento sustentado desponta como o *caminho natural* do desenvolvimento em quaisquer lugares e, especificamente, em Florianópolis.

Não parece enigmática esta unanimidade? Aparentemente, sim. E é exatamente aí que podemos responder a questão, porque há algo de essencial,

que iguala todas as análises teóricas e político-empresariais precedentes. A essencialidade está no fato de que “as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX, 1993:72).

Esta consideração, até então propositadamente ausente de nossas discussões, serve para explicar, em parte, porque pesquisadores não ligados ao poder político e empresarial defendam (talvez sem o saber com clareza) com tanta veemência as teorizações do desenvolvimento ecológico. Ela elucida também porque segmentos populacionais que se sentem prejudicados com o turismo defendam-no inconscientemente. É que nos últimos anos, o “vírus ecológico” tem se alastrado como a Peste Negra da Idade Média. E não é sem motivo, tendo em vista que a ecologia, hoje, é um grande negócio³⁷. Por isso, a preocupação ecológica é, efetivamente, uma idéia dominante, que permeia e determina grande parte das discussões na atualidade. Afinal de contas,

as idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tomam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (MARX, 1993:72)

³⁷ No capítulo anterior, foi feita uma referência a este aspecto. Mas é digna de nota uma reportagem da Revista Marco Zero, de São Paulo, que destacava: “Somente na capital paulista, o ecoturismo deverá gerar negócios de U\$ 9,5 milhões em 1994. As projeções apontam para um mercado em torno de U\$ 120 milhões no período 94/98” (p.48,49).

É a partir deste pressuposto que torna-se possível, para nós, entendermos a incorporação do ideário ecológico em todos os pesquisadores do turismo. Muitos deles, mesmo não fazendo parte da elite econômica dominante, fazem parte do pensamento científico dominante (mesmo sem terem consciência disso), produzindo e reproduzindo-o para a perpetuação da ordem vigente. Todos os defensores do turismo, inclusive os segmentos populacionais prejudicados, reproduzem as idéias turísticas a nível inconsciente, porque estas já estão incorporadas em suas entranhas.

Só que isso ainda não é suficiente para que seja possível realizarmos uma crítica mais abrangente, como nos propomos. Faltam ser analisados alguns elementos, absolutamente essenciais. Para tanto, nossa tarefa agora passará a ser a descrição reflexiva do trabalho que realizamos em campo, para que tenhamos uma referenciação que nos possibilite uma apreciação mais aprofundada do conjunto.

3. O SER DO TURISMO: A REALIDADE DE FLORIANÓPOLIS

A discussão precedente, acerca do significado do turismo, deixou claro que uma das principais justificativas para a expansão da atividade turística no município relaciona-se, via de regra, à idéia de que ela implica na geração de empregos para as comunidades locais, tanto a nível dos habitantes das praias quanto ao nível dos moradores dos municípios vizinhos, que formam o Aglomerado Urbano de Florianópolis. É difundida a idéia de que esta atividade significa a resolução para os problemas de desemprego e baixo nível de vida da população e que, por isso, “todos os esforços devem ser direcionados para um turismo de qualidade”, “que beneficie a todo o povo”.

Duvidamos, a priori, das possibilidades de tais promessas tornarem-se concretas. Mas só poderemos sair do domínio da dúvida através de uma breve leitura das mudanças no mundo do trabalho e seus reflexos sobre o turismo, dando a conhecer, através dos dados coletados, a real importância desta atividade para Florianópolis. Faremos, inclusive, rápidos comentários sobre o desemprego, por termos constatado, no nosso levantamento de campo, que vários dos entrevistados estão na “categoria” dos desempregados, e encontram nos momentos de pico turístico saídas momentâneas a esta situação. A inserção de nossa investigação empírica, junto aos trabalhadores de verão, será apresentada logo em seguida, para que possamos ter elementos suficientes para desvendarmos o enigma do turismo.

3.1. BREVE APRECIÇÃO SOBRE A “INDÚSTRIA DO DESEMPREGO”

O que os apologistas do turismo não expõem, em suas manifestações, é que o movimento de expansão capitalista não pressupõe o pleno emprego, apesar de já tê-lo prometido. Ao contrário, a ordem capitalista implica, como afirmado por MARX, na expulsão contínua do homem do mercado de trabalho, na forma da superpopulação supérflua³⁸.

O desemprego, a partir dos crescentes progressos técnicos (ou mudanças contínuas na composição orgânica do capital), vem se mostrando inerente a esta forma de sociedade, que se propõe imutável. Nos países europeus, por exemplo, que têm servido de modelos ideais para vários pesquisadores sociais nas mais diversas áreas, o contingente de exército de reserva tem atingido níveis alarmantes (ANEXO VII). Na Espanha³⁹, por exemplo, havia, em 1992, um total de 2.788.500 desempregados, o que correspondia a uma taxa de desemprego de 18,4%. Na Itália, este total girava, no mesmo ano, em torno de 2.800.000 desempregados (taxa de 11,5%); e, na Alemanha, a situação era similar: 1.170.300 desempregados, ou seja, uma taxa de desemprego de 14,8%.

A pauperização das massas não é exclusividade do “atraso terceiro-mundista”: ela vem se tornando realidade, cada vez mais perceptível, nos países comandantes do mundo das mercadorias. Segundo KURZ (1995), nos últimos 15

³⁸ Tal discussão encontra-se no célebre Capítulo XXIII, do Livro I, de “O Capital”, intitulado “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”.

³⁹ Onde o processo de desenvolvimento turístico é encarado como o ideal para Florianópolis, de acordo com os discursos dominantes.

anos, “a pobreza nos Estados Unidos aumentou de forma tão dramática que chegou a atingir até grande parte da classe média branca. Tornou-se extremo o abismo entre as altas e baixas rendas: muitos empregos são tão mal pagos que os ‘empregados’ nem podem alugar uma moradia e precisam passar as noites em parques ou galerias de metrô desativadas” (p.6).

O fenômeno dos *homelesses* (sem-teto) norte-americanos já faz parte das “paisagens” da menina dos olhos do capitalismo, o Japão. Lá, “...existem favelas em todas as cidades maiores, e vai crescendo sem cessar o número dos sem-teto” (idem). O mesmo autor, citado acima, em livro instigante, também afirma: “...mesmo nas sete grandes nações da OCDE [...], o supra-sumo das economias de concorrência ocidentais, vastas regiões e parcelas crescentes da população estão em grande parte excluídas da produção de riqueza abstrata, e isto em grau muito mais alto do que o terço de pobres da RFA” (KURZ, 1993:148)⁴⁰.

Devemos acrescentar ainda que as mudanças no mundo do trabalho não dizem respeito apenas à exacerbação das taxas de desemprego. Afinal de contas, “o rápido crescimento de economias ‘negras’, ‘informais’ ou subterrâneas também têm sido documentado em todo o mundo capitalista avançado, levando alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho terceiro-mundistas e capitalistas avançados” (HARVEY, 1993:145). O que está em curso atualmente é um processo global de flexibilização no mercado de trabalho, com a falência progressiva das garantias sociais dos trabalhadores (conquistadas durante o Welfare State), aliada à “aparente redução do emprego

⁴⁰ Este livro, O colapso da modernização, foi escrito antes da unificação política alemã. Daí o autor utilizar, como parâmetro, a pobreza na Alemanha Ocidental (RFA).

regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado” (idem, p.143)⁴¹.

Não podemos desvincular a economia da América Latina e, particularmente, a brasileira, deste contexto. CANO (1993) destaca a notável expansão da informalização da América Latina entre 1980 e 1989, que passou de 39% para 51% no período. No Brasil, as estimativas correspondem a 24% e 30%, respectivamente. Contudo, segundo o autor, tem aumentado o desemprego em setores formais, compensado “...por aumentos de emprego em comércio e serviços, e de trabalhadores autônomos e assalariados sem carteira, categorias muito mais representativas de empregos informais” (p.133).

Os dados disponíveis⁴² sobre a distribuição das pessoas ocupadas no país nos informam que, em 1989-90, do total de 40.175.322 empregados, distribuídos em 11 ramos de atividade econômica, 16.545.720 não possuíam carteira de trabalho assinada pelo empregador, o que representa 41,18% do total. Para a Região Sul, 2.006.650 empregados se enquadravam nesta situação, o que significa 33,04% do total da região. Nos ramos da indústria da construção civil e de prestação de serviços, há ainda um incremento destas taxas, correspondente a 37,69% e 56,44%, respectivamente.

⁴¹ Para maiores detalhes sobre as mudanças nos sistemas de trabalho, ligadas à “nova” ordenação dos mesmos, ver HARVEY (1993).

⁴² Constantes do Anuário Estatístico do Brasil - 1993, da FIBGE. É digna de menção a dificuldade de obtenção de dados gerais sobre o país, apesar do excelente atendimento dos funcionários deste órgão. Tudo se deve à façanha “collorida”, que prejudicou o Censo de 1990, realizado em 1991. Só está disponível o Censo Populacional, porque os Censos Industrial, Agrícola e de Serviços simplesmente não foram realizados. E a isso chamavam “inserir o Brasil na modernidade...”.

Diante deste cenário, o que existe de fato a respeito da realidade dos trabalhadores de Florianópolis, mais especificamente os diretamente ligados às atividades turísticas, supostamente geradoras de “muitos empregos”?

O que se observa nos últimos cinco anos, no período compreendido entre julho de 1990 e maio de 1995, a partir de dados do SINE/SC⁴³, é uma variação negativa no montante de empregos formais em Florianópolis (ANEXO VIII), equivalente a 1,72% (-1.818 empregos). Apenas o setor Serviços teve uma variação positiva significativa no período, insuficiente para compensar a queima de empregos em outros setores no município, como Comércio (-1.570 empregos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (- 973 empregos). Neste último, tudo leva a crer que a redução se deve, em parte, ao forte processo de terceirização nos sistemas de verificação e cobranças de água, luz e telefone, porque as empresas de utilidade pública tem transferido a empresas particulares estas tarefas.

A TABELA VI, abaixo, nos informa sobre o estoque estimado de empregos em Florianópolis, destacando a participação absoluta e relativa dos setores Serviços (e do sub-setor Serviços de Alojamento e Alimentação), Comércio e Construção Civil no montante total de empregos formais do município. No Setor de Serviços, houve um acréscimo de 2.541 empregos, ou seja, 3,4%. Os setores Comércio e Construção Civil apresentaram quedas no estoque de empregos, da

⁴³ O Sistema Nacional de Empregos - SINE/SC, em convênio com o Ministério do Trabalho, realiza um acompanhamento mensal do estoque de empregos formais por município, nos setores Extrativismo Mineral, Indústria da Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública, Agropecuária e Outros. Tal cadastramento é baseado na Lei 4.923/65, que obriga as empresas a informarem as admissões e demissões de funcionários. Por isso, os números obtidos dizem respeito apenas aos empregados declarados. Há o risco de pequenas margens de erro nos números, tendo em vista a possibilidade de não - declaração de dispensas e/ou contratações por parte dos empregadores. O funcionalismo público como um todo, submetido ao Regime Jurídico Único, não faz parte desses dados, referentes exclusivamente aos trabalhadores celetistas.

ordem de 8,1% e 22,19%, respectivamente, além do decréscimo na participação destes setores no estoque total de empregos formais da cidade.

TABELA VI - EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE EMPREGO EM ALGUNS SETORES EM FLORIANÓPOLIS

<i>Setores</i>	<i>Julho/90</i>	<i>% do total</i>	<i>Mai/95</i>	<i>% do total</i>
Serviços	57.067	54,08	59.608	57,48
Serv.Aloj.Alim.	4.376	4,15	4.716	4,55
Comércio	18.670	17,69	17.157	16,54
Construção Civil	3.664	3,47	2.851	2,75
Total	105.513	100,00	103.695	100,00

FONTE: SINE/SC

No setor da Construção Civil, apesar do surto expansivo de áreas edificadas nos balneários de Florianópolis, o número de trabalhadores declarados apresenta uma tendência declinante para todo o período compreendido entre julho de 1990 e maio de 1995, porque em nenhum momento os estoques mensais atingiram o patamar de 3.664 empregos, referentes ao mês de julho de 1990 (ANEXO IX). De acordo com o SINE/SC, entre junho de 1990 e maio de 1995, foram admitidos 9.765 trabalhadores no setor e demitidos 10.500. Ou seja, houve uma redução global de 753 empregos no período⁴⁴.

⁴⁴ Esta redução no estoque de empregos formais pode ser explicada por dois aspectos: de um lado, as políticas econômicas recessivas implementadas no Brasil nos últimos anos; de outro, o movimento de "informalização", já comentado.

Podemos considerar que neste setor a redução do número de empregados com carteira assinada é compensada pela “informalidade”⁴⁵. É prática comum na construção civil a sub-contratação, por parte das construtoras, de empresas empreiteiras de mão-de-obra, muitas delas operando de forma clandestina. Durante nossas investigações na última temporada turística (quer dizer, entre dezembro de 1994 e fevereiro de 1995), conversamos rapidamente com 20 “peões” de obras, que estavam sendo feitas nos Balneários de Canasvieiras e Ingleses e constatamos que nenhum deles tinha carteira-assinada, o que ratifica nossa afirmação.

O sub-setor Serviços de Alojamento e Alimentação, por sua vez, apresentou uma evolução positiva de 340 empregos entre julho de 1990 e maio de 1995. Mas, à primeira vista, tal evolução não parece ser significativa, tendo em vista que sua participação no estoque total de empregos aumentou em apenas 0,4% e, no setor Serviços, em apenas 0,24%. Isso sugere que o aumento de empregos nos “negócios turísticos”, ligados à hotelaria e alimentação, não parecem possuir, *à luz dos dados oficiais*, o caráter de grandes catalisadores de ocupação de mão-de-obra, pelo fato de empregarem menos de 5% do total de trabalhadores celetistas de Florianópolis.

Tal interpretação é também corroborada pelas informações constantes da TABELA VII, abaixo. A média trimestral do estoque de empregos na alta temporada (os meses de dezembro, janeiro e fevereiro) aponta uma expansão da ordem de 0,14% no estoque total, de 3,71% no montante de empregos no setor Serviços e de 7,52% para o sub-setor Alojamento e Alimentação, enquanto que

⁴⁵ O que também explica a redução dos empregos formais no Comércio.

os setores Comércio e Construção Civil apresentaram quedas de 3,92% e 11,36%, para os mesmos períodos trimestrais.

TABELA VII - MÉDIA DOS EMPREGOS EM FLORIANÓPOLIS DURANTE A TEMPORADA TURÍSTICA (DEZ., JAN. E FEV.)

<i>Alta Estação</i>	<i>Estoque Total de Empregos</i>	<i>Serviços</i>	<i>Serviços de Alojamento e Aliment.</i>	<i>Comércio</i>	<i>Construção Civil</i>	<i>Participação de Aloj.Alim. no Total</i>	<i>Participação de Aloj.Alim. nos Serviços</i>
1990/91	102.695	56.631	4.545	18.036	3.300	4,42%	8,02%
1991/92	100.752	56.194	4.406	17.176	3.139	4,37%	7,84%
1992/93	99.736	55.870	4.418	17.023	2.979	4,43%	7,91%
1993/94	101.669	57.564	4.624	17.133	2.907	4,55%	8,03%
1994/95	102.839	58.734	4.887	17.329	2.925	4,75%	8,32%
Varição Absoluta	144	2.103	342	- 707	- 375	---	---
Varição Relativa	+ 0,14%	+ 3,71%	+ 7,52%	- 3,92%	- 11,36%	+ 0,33%	+ 0,30%

FONTE: SINE/SC

Apesar de ter tido uma variação relativa superior ao total e ao setor Serviços, o estoque de empregos nos Serviços de Alojamento e Alimentação não chega a apresentar um acréscimo importante na ocupação de trabalhadores, tanto ao nível total de empregos no município, quanto ao nível das atividades de serviços, embora tenha sido o setor que mais cresceu no período. O acréscimo de 342 empregos, em cinco anos, no auge da temporada turística (trimestre dezembro, janeiro e fevereiro), significa 16,26% do montante de empregos criados nos serviços (que geraram 2.103 empregos), o que parece desmistificar a

“fundamental importância na criação de empregos”, atribuída às atividades econômicas ligadas ao turismo, se nos prendermos apenas aos empregos formais.

A participação dos Serviços de Alojamento e Alimentação no estoque total de empregos teve um incremento de 0,33%, ao passar de 4,42% na temporada 1990/91 para 4,75% na temporada 1994/95. Na estrutura de Serviços do município a participação deste sub-setor passou de 8,02% para 8,32%, um acréscimo de 0,30%. Estes percentuais, embora tenham sido muito pequenos, indicam um crescimento do sub-setor em relação ao Comércio e Construção Civil, que sofreram retrações significativas no período estudado. Mesmo assim, o montante de 342 empregos formais, criados no decorrer de cinco temporadas, não pode qualificar as atividades turísticas como principais geradoras de ocupação de mão-de-obra em Florianópolis.

O que percebemos ser evidente é que grande parte desses empregos se assemelha às condições da Construção Civil, brevemente descritas anteriormente, no que diz respeito à “informalidade”. De acordo com o Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares da Grande Florianópolis, apesar de ser muito difícil mensurar o percentual dos trabalhadores informais, o número dos que possuem o registro em Carteira de Trabalho fica em torno de 30%, e os outros 70% restantes estão na “clandestinidade”.

O que causa admiração é que este percentual de trabalhadores sem nenhum vínculo empregatício só cresceu entre 1990 e 1995, porque no ano de 1990 a estimativa de trabalhadores registrados era de 50%. Isto é particularmente relevante nos Balneários, “...onde a mão-de-obra é praticamente

toda de origem local e engajada na maioria das vezes sem qualquer registro. Trata-se de uma estratégia que não visa senão a ampliação das margens de lucro dos empregadores, em virtude do não pagamento dos encargos sociais e do rebaixamento dos salários” (LINS, 1991:88).

O depoimento do Presidente do referido Sindicato, é ilustrativo da realidade dos empregos no setor de hotelaria e similares:

Nós temos 700 pessoas filiadas ao Sindicato, uns 10% do total de trabalhadores do setor. Temos feito continuamente campanhas de filiação, mas há um boicote constante por parte dos patrões para que as pessoas não se filiem ao Sindicato. Além disso, a consciência sindical dos trabalhadores é um...fracasso. Quando o patrão percebe que o trabalhador tem interesse em se filiar ao Sindicato da categoria, ameaça-o de demissão. Até ao realizar as contratações, muitos deles avisam que, se o trabalhador procurar o Sindicato, nem precisará aparecer mais no trabalho. Quando houve uma reunião de conciliação, por conta do dissídio da categoria, mediada pela Delegacia Regional do Trabalho, um dos diretores do sindicato patronal me disse o seguinte: “ - Você não conhece os empregados daqui, eles não valem nada. Quando eu me incomodo com um empregado, mando ele embora, demito e mando ele procurar seus direitos”. Veja bem, meu jovem, ele disse isso na frente do Delegado da DRT!. Aí eu disse para ele: “- Mas o senhor não pode fazer isso!”. E ele falou: “ - Ah! Eu faço e pronto, porque depois de 03 meses ele está morrendo de fome. Eu dou qualquer trocado e ele desiste, porque sabe que a justiça é lenta mesmo”. Então me revoltei: “- Vocês são uns escravistas, isso é picaretagem” . Outro representante patronal então falou: “ - Calma, não é bem assim. Os empregados têm que ser tratados desta maneira mesmo. Eles não querem nada com nada. Não tem ambições. Se pagarmos bem, gastarão tudo com festa e bebida”. É por isso que é difícil o diálogo com a classe patronal. (Entrevista, 16.01.1995)

Podemos, a partir disso, começar a imaginar como é o dia-a-dia dos empregados no setor hoteleiro. Além dos baixos salários, já que o piso da categoria correspondia, à época da entrevista, a R\$ 93,00 (noventa e três reais), os trabalhadores sofrem constantes pressões inibidoras de filiação ao sindicato, com ameaças de perda de emprego. Mas as palavras de representantes da classe patronal, relatadas acima, é que podem, para os mais desavisados, causar

espanto. O péssimo tratamento dado aos empregados e a visão de que estes são pessoas inferiores, que “não valem nada”, aliado à certeza da impunidade no desrespeito às leis trabalhistas (pelo fato dos trabalhadores aceitarem “qualquer trocado” pela desistência da busca dos seus direitos), compõem parte do quadro realista das relações patrão/empregado do setor.

Aliado a este aspecto da remuneração, há outro fator característico dos empregos em hotéis, bares e restaurantes: a sazonalidade. Os empregadores contratam por experiência (por 60 dias com a renovação de mais 30 dias)⁴⁶ durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, característicos da “safra turística”, quando o movimento de turistas alcança seus maiores patamares. Ao final da temporada, as demissões são corriqueiras. Por isso, “quando alguém encontra uma ocupação, não pode estar seguro de conservá-la estavelmente, na medida em que o turismo é um ramo da economia que vive de negócios que se desenvolvem em determinados períodos anuais” (SAAL, 1987:9).

Assim, baixos salários e empregos sazonais parecem ser a marca registrada do “produto turístico internacional” que se quer, a todo custo, oferecer. Outras colocações do Presidente do Sindicato substantivam esta conclusão:

A maioria dos empregados só teve contratos de experiência, que na maioria das vezes é ilegal. Nós temos tido uma constante presença neste Sindicato de pessoas que trabalharam anos e anos em empresas hoteleiras que tiveram o mesmo contrato de experiência, sem saber que tais contratos só tem validade anual. No ano seguinte a pessoa tem que ser efetivada ou demitida, se for o caso, com aviso prévio de 30 dias. Esta é a prática mais comum na temporada, são subempregos. Infelizmente, a maior parte desse pessoal que trabalha só no verão não é registrada. São filhos de pescadores, enfim, pessoas sem qualificação que só trabalham no verão, sem terem a noção de seus direitos. (Entrevista realizada em 16.01.1995)

⁴⁶ Tal informação também consta do trabalho de LINS (1991: 87-88), já citado.

Estes aspectos, que não aparecem nos discursos apologéticos em defesa da “indústria sem chaminés”, começam a mostrar o que é o turismo, na realidade nua e crua: apenas um ramo específico de exploração do homem pelo homem, sob a ordem capitalista. Nossa tarefa agora consistirá em tentar apresentar outros elementos desta face oculta do turismo.

3.2. A OUTRA FACE DO TURISMO

Nossa pesquisa direta, realizada nos meses de dezembro de 1994, janeiro e fevereiro de 1995, nas praias de Ingleses, Canasvieiras e Barra da Lagoa, visava a compreensão de alguns aspectos da realidade inerente ao turismo em Florianópolis, sob o prisma dos trabalhadores de verão. Nossos objetivos eram: perceber as características de sazonalidade e “informalidade” das ocupações decorrentes da atividade turística; descobrir a importância do trabalho para estes indivíduos e o que este representava para os mesmos; conhecer os desejos e as frustrações destes trabalhadores, ligados ao turismo. Estes elementos reunidos nos possibilitaram o entendimento da face oculta desta atividade. Portanto, nossa tarefa agora consistirá em descrever, reflexivamente, o que apreendemos em nossa investigação.

A questão da sazonalidade, aliada à “informalidade”, apresentada anteriormente, é praticamente indissociável das atividades turísticas em Florianópolis, porque efetivamente os meses do verão configuram-se na

efervescência dos empregos desta natureza, embora, como já salientamos, não seja possível verificá-la, do ponto de vista dos dados oficiais. As colocações de alguns trabalhadores de bares, restaurantes e hotéis da Barra da Lagoa, Ingleses e Canasvieiras traduzem esta especificidade:

Eu trabalho como garçom somente durante o verão, nos outros meses do ano trabalho como açougueiro em São José [município vizinho de Florianópolis]. Comecei a fazer isto em 1992. Nunca tive carteira-assinada. E se quisesse, nem conseguia trabalhar aqui.

Durante o ano eu estou desempregado. Pelo menos no verão, dá para me virar um pouquinho trabalhando neste restaurante de um conhecido do meu pai. Consigo guardar um dinheirinho até o inverno. Estou desempregado há um ano, vivendo de bicos.

Tenho 16 anos. Não tenho carteira, não. Trabalho aqui somente no verão para ajudar minha família, porque a partir de março volto para a escola. É só um quebra-galho.

Sou faxineira deste hotel há alguns anos. Meu marido é aposentado, ganha pouco. Com este trabalho, dá para passar melhor até maio, mais ou menos. Sou dona-de-casa, não tenho emprego não.

Neste restaurante trabalho de cozinheira, do final de novembro até o início de abril. É o segundo ano que trabalho aqui. Ganho R\$ 300,00 por mês, bem mais que meu marido que só ganha dois salários. Mas não tenho carteira não. Nem quero, porque ganho um pouco mais assim. Foi esse o trato que fizemos.

Os dados coletados junto aos vendedores ambulantes têm o mesmo teor das informações descritas acima. Como demonstramos na TABELA VIII, abaixo, praticamente a metade deles tem como ocupação principal este tipo de trabalho, e sempre “migram” para os locais de maior movimento nas vendas⁴⁷, quando

⁴⁷ Quando finda a temporada de verão em Florianópolis, eles vão percorrer outros locais do país. Os que são oriundos da cidade fronteiriça de Foz do Iguazu, no Estado do Paraná, voltam para as ruas de Ciudad del Leste, no lado paraguaio, ou então se dirigem para São Paulo, para comercializarem mercadorias. Os que são de origem nordestina, voltam para seus estados, para tentar a sorte. Alguns, contudo, percorrem o litoral do Rio de Janeiro e do próprio Nordeste, afim de conseguirem algum dinheiro.

termina a “safra” em Florianópolis. A outra metade dos vendedores ambulantes é apenas temporária: estão divididos entre indivíduos que tem outras ocupações durante o ano e os que não tem nenhuma ocupação regular.

TABELA VIII - OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS
VENDEDORES AMBULANTES

<i>Ocupação Principal</i>	<i>Nº de Pessoas</i>
Vendedor ambulante	49
Sem ocupação	15
Estudantes	07
Donas-de-casa	05
Artesões	04
Serventes	03
Aposentados	03
Outras ocupações (1)	14
Total	100

Fonte: Pesquisa direta, realizada no verão de 1995.

(1) Outras ocupações: pedreiro, office-boy, auxiliar-administrativo, técnico em informática, mecânico, faxineira, comerciante, agricultor e policial militar.

Alguns de seus depoimentos são também ilustrativos:

Eu estou na sexta fase de Engenharia da UFSC. Como minha família é do interior do Estado, aproveito o verão aqui em Florianópolis para ganhar algum dinheiro, para “aliviar a barra” do meu pai. É o segundo ano que trabalho vendendo picolés aqui em Canasvieiras.

Moro aqui em Canasvieiras mesmo. Meu marido é policial militar. Este ano, resolvi vender estas camisetas, porque estamos construindo um aumento na nossa casinha e o que ele ganha não está dando.

Eu sou pedreiro de profissão. Mas este mês estou meio parado, porque não arrumei nada em nenhuma obra. Então peguei algodão-doce, que uma vizinha faz, para vender aqui na praia.

O que existe, efetivamente, é uma semelhança de situações entre os trabalhadores, sejam eles de bares, restaurantes e hotéis, ou vendedores ambulantes, no que tange à temporariedade de suas ocupações. Ao mesmo tempo, dentre todos os 150 trabalhadores com os quais conversamos, apenas 02 tinham carteira-assinada e 01 era um funcionário público estatutário (policia militar). Quer dizer, quase a totalidade dos trabalhadores de verão (98%), integrantes do nosso universo de pesquisa, não fazia parte da economia formal⁴⁸, quer durante os meses da temporada turística, ou durante os outros meses do ano.

Aliás, nos meses de verão, em toda a orla marítima, particularmente nas praias da Barra da Lagoa, Canasvieiras e Ingleses, eram possíveis de ser encontradas, *passeando* através dos vendedores, as mercadorias mais díspares entre si: roupas (de camisas de times de futebol a maiôs, macaquinhos e cangas), espetos de carne, equipamentos de pesca, chapéus e bolsas de palha e couro, colares e pulseiras artesanais, relógios e óculos “paraguaios”, algodão-doce, banana recheada, bebidas (água mineral, refrigerantes sucos e cerveja), artigos de “prata” e “ouro”, sorvetes e picolés e, nas barracas de ponto fixo, milho verde, cachorro-quente, pastéis e caldos de cana, além das outras bebidas.

⁴⁸ Os aposentados, apesar de estarem incluídos nos números da economia formal, por receberem os “benefícios” da previdência social, foram considerados por nós como trabalhadores informais, já que trabalham sem nenhum registro, após a aposentadoria.

Na Avenida da Saudade (Mapa I), o principal acesso às praias do Norte da Ilha, a existência de barracas era característica marcante, não somente durante o verão mas, em épocas passadas, durante quase todo o ano⁴⁹. Os clientes potenciais encostam seus automóveis e podem encontrar redes, capas para assento de automóveis, artigos de praia, além de frutas e legumes, como pode ser parcialmente percebido na ILUSTRAÇÃO VI.

ILUSTRAÇÃO VI - COMÉRCIO SAZONAL NA SC 401 (Avenida da Saudade)



A luta pela sobrevivência ocupando os caminhos do lazer...

⁴⁹ Em épocas passadas porque, a partir de março do ano pretérito, a Prefeitura Municipal de Florianópolis passou a proibir o comércio neste local.

Esta situação geral apenas reflete, em Florianópolis, uma faceta do movimento global do mundo do trabalho na pós-modernidade, sucintamente apresentado no item anterior. É por conta do crescente desemprego formal que proliferam, em várias parte do mundo, as atividades da *economia subterrânea*⁵⁰. E na Ilha de Santa Catarina, *terra de sol e mar*, isso não poderia ser diferente.

O que podemos inferir é uma interessante semelhança entre os trabalhadores de verão (desde os que trabalham em hotéis até os vendedores ambulantes) e as formigas, que no verão acumulam forças para os rigores do inverno. Mas o que é para estes pequenos insetos um instinto, ditado pela sua própria natureza, para parte dos trabalhadores temporários em Florianópolis é um produto das trágicas circunstâncias de desemprego perene na sociedade moderna, que impõem a muitos deles a busca desesperada por uma ocupação, muitas vezes por qualquer quantia, como damos a conhecer nos relatos abaixo:

Eu vim com meus amigos lá de São Bento da Paraíba. A gente está aqui desde o início de dezembro. Lá a gente não tinha o que fazer. A gente vende rede para o seu Everaldo, que mora na Vila São João [um bairro da parte continental de Florianópolis]. Eu ganho de R\$ 200,00 a R\$ 250,00 por mês, depende da venda.

Somos três faxineiras trabalhando no hotel. Ganhamos R\$ 120,00 por mês. É pouco, né? Mas melhor do que nada, não acha?

Eu não tiro muito não, trabalhando como garçom aqui. De R\$ 150,00 a R\$ 250,00 por mês. Mas como servente ganho menos, sabia? Por isso estou aqui, até o verão terminar.

⁵⁰ Esta expressão, na verdade, é equivocada, porque estão na superfície da sociedade, aos olhos de todos, as atividades sem vínculo empregatício. Na própria Universidade Federal de Santa Catarina existem exemplos disto: há aproximadamente 400 professores substitutos trabalhando atualmente, sem o gozo dos benefícios dos professores efetivos. Pior ainda é a utilização de “mercado negro”, uma expressão preconceituosa. HARVEY (1993), por exemplo, utiliza esta expressão.

Situação pior do que estes que são mal remunerados encontramos quando aplicávamos o questionário e a entrevista com os vendedores ambulantes. É que a partir do inquérito sobre as faixas etárias e remunerações (ANEXO X), constatamos um dado interessante: a existência de pessoas que não ficavam com os ganhos do trabalho que realizavam. Dos 09 trabalhadores nesta situação, 08 eram menores de idade (02 deles eram da Grande Florianópolis, e vendiam alimentos produzidos pelas suas mães, o que caracterizava um trabalho familiar) e 01 tinha 19 anos, oriundo de Cipó, na Bahia.

Os outros menores de idade eram também originários do Nordeste do país, mais precisamente das cidades baianas de Feira de Santana e Salvador e de João Pessoa, na Paraíba. Os baianos vendiam chapéus e bolsas de palha e os paraibanos vendiam redes, fato característico em todas as faixas etárias. O fato deles não ficarem com a remuneração ocorria porque, ao serem contratados por outrem (alguns tinham como patrão um morador da Vila São João, bairro de Florianópolis; outros eram trazidos por pessoas de suas próprias cidades natais), ficava estipulado que seriam pagos pela venda unitária das peças. Contudo, conforme depoimento de um dos entrevistados:

Oxente, a gente trabalha o verão todo e não ganha nada. Fica devendo, porque tem que pagar comida, viagem e a casa onde fica. Eu estou aqui pagando a dívida do ano passado. Oxente, eu não acho isso certo não, mas fazer o quê? Se pelo menos parasse de chover um pouco [nesta temporada choveu praticamente durante o mês de janeiro inteiro. Nem houve uma semana de sol] talvez a gente vendia mais.

Isso configura uma exploração aviltante, porque os ganhos ficam retidos com os empregadores, sob a justificativa de servirem para pagar as dívidas de viagem, alimentação e moradia. As amarras destes trabalhadores a uma situação de “escravismo” tornam-se evidentes. Afinal de contas, com o acúmulo das supostas dívidas, não conseguem se desvincular de uma situação de receber dinheiro sem receber “nada”. Quer dizer, o trabalho pago destes indivíduos não vai às suas mãos, fica com o patrão. E tudo leva a crer que uma parte desta retenção irá engrossar o trabalho não-pago, já apropriado pelos mesmos.

Aliás, foi possível notarmos uma certa diferenciação entre os vendedores ambulantes, diretamente associada ao tipo de mercadoria oferecida. Quanto aos vendedores de redes, chapéus, bolsas e chinelos de palha, por exemplo, havia dois tipos de situação: alguns que vendiam por conta própria e outros que eram contratados para a tarefa. Os que eram autônomos geralmente se reuniam em grupo, nas suas cidades de origem (todas do Nordeste), e dividiam as despesas, como explicado por um vendedor de redes:

A gente freta um caminhão, num sabe. E paga R\$ 1,00 por rede. Depois, divide as despesas entre 10, 15 pessoas. Dois viajam junto com o motorista, e nós viemos de ônibus. A gente fica aqui 3 meses, dividindo uma casa lá na Vila São João. Todo verão venho para cá. Em outros anos eu ganhei um pouco mais, num sabe. Mas agora tá difícil de passar o mês.

Entre os contratados, uma parte trabalhava por um salário fixo (via de regra entre 01 e 03 salários mínimos) e outra parte deixava para fazer acordos com os patrões ao término da temporada. Esse acordo geralmente era

decepcionante porque, como colocamos anteriormente, significava um endividamento dos ambulantes, na maior parte das vezes menores de idade, o que demonstra o alto grau de exploração do trabalho exercido junto a estes indivíduos.

Os vendedores ambulantes que trabalhavam com a venda de vestuário, e que vendiam por conta própria, adquiriam as mercadorias das fábricas e do comércio (da grande Florianópolis ou de outros Estados do país) ou, em alguns casos, de vizinhos e parentes que fabricavam roupas. Eles pegavam a mercadoria por um preço e colocavam um percentual em cima, sendo esta a remuneração que lhes cabia.

A venda de picolés e sorvetes (das empresas Geloko e Kibon) funcionava da mesma forma, com o fornecimento diário dos caminhões, de propriedade destas fábricas, diretamente nas praias. Também a venda de outros tipos de mercadoria (as provenientes do Paraguai, por exemplo), funcionava de modo similar. Os trabalhadores não empregados tinham como fonte de sobrevivência, portanto, este “lucro” (não capitalista, é claro), que obtinham através da troca da mercadoria pelo dinheiro.

Outros que vendiam as mesmas mercadorias, só que na condição de empregados, tinham situação parecida com a dos trabalhadores nordestinos, comentada acima: havia os que trabalhavam por uma remuneração fixa e os que trabalhavam por comissão nas vendas. Estes últimos eram os que mais se queixavam do fraco movimento na temporada, porque ganhar alguma coisa dependia diretamente da venda unitária das mercadorias. Portanto, quanto mais vendessem, mais ganhariam. Sua situação era idêntica a de alguns empregados

no comércio de Canasvieiras e Ingleses, que também trabalhavam por comissão.

Estes trabalhadores assim se manifestaram:

Eu estou muito chateada, sabe. É que trabalho por comissão. Com esta chuva não estou vendendo nada. Nem argentino tem esse ano. Para você ter uma idéia, há dois dias não vendo uma peça de roupa sequer.

Andar o dia inteiro na praia, vendendo estes relógios, com esse fraco movimento está muito difícil, para quem vive de comissão. Tem dias que não ganho um centavo.

Olha, estou pensando até em sair. Este mês não consegui ganhar nem dois salários ainda. Também, só chove. Trabalhar por comissão é uma droga mesmo.

Falta de turistas e adversidades climáticas são “impasses naturais” das atividades turísticas, que fazem com que os trabalhadores fiquem numa situação financeira difícil, muitas vezes sem garantirem uma quantia mínima durante o mês. Os empresários que contratam por comissão, por sua vez, deixam de ganhar com as vendas em baixa, mas não têm nenhum dispêndio monetário. Por isso, os mais prejudicados são os *comissionados*.

No que diz respeito ao dia-a-dia de trabalho, para a maior parte dos trabalhadores de verão, as jornadas extrapolavam 08 horas:

Eu praticamente moro aqui no bar. Quando anoitece e o bar fecha, a gente pega os colchões lá atrás, toma banho, janta e dorme. De manhã cedo, mais ou menos pelas sete da manhã, a gente limpa o chão, arruma as coisas, toma café e começa a trabalhar. Pra mim é melhor passar a semana aqui, porque assim economizo com o passe para Barreiros [bairro do município de São José, próximo a Florianópolis], senão eu pego quatro ônibus por dia a gasto dinheiro à toa. Saio daqui só no domingo, depois das 08 da noite.

Olha, moço, geralmente a gente trabalha umas 10 horas por dia, a semana toda, quando não chove. Por que se chover, não dá para andar pela praia não, num sabe. A gente chega aqui na praia bem cedo e só vai embora de noite. Pára só para o almoço, coisa de 01 hora, mais ou menos.

No hotel a gente nem tem hora de almoço fixa, começa bem dizer de madrugada e só sai quando anoitece. Quando termino de arrumar as camas, tenho que fazer faxina, ajudar a cozinha. Não é fácil.

Estes três depoimentos sintetizam dois aspectos inerentes às ocupações ligadas ao turismo: a intensidade e a extensidade das jornadas de trabalho, facetas que não aparecem nos discursos oficiais em “defesa de um turismo de qualidade para todos”. Ora, esses elementos nos instigaram a investigar se os trabalhadores encontravam ou não satisfação naquilo que faziam. As respostas se dividiram em praticamente dois tipos: os insatisfeitos e os satisfeitos com suas atividades.

Os insatisfeitos enfocaram as péssimas condições de trabalho, a baixa remuneração, a incerteza quanto ao futuro e o próprio deslocamento em trabalharem numa atividade diferente da que realmente gostariam de atuar. Seus depoimentos são ilustrativos:

Oxente, não gosto de trabalhar vendendo esses chapéus não. É muito cansativo. Tem dia que nem dá para comer, porque não vendo nada. Ficar correndo dos fiscais o tempo todo deixa a gente chateado.

Olha meu filho, eu sou aposentado como pescador há um ano. É um inferno trabalhar na força desse sol aqui em Canasvieiras. A gente se mata aos poucos. Mas sou obrigado, né? Afinal, você sabe a fortuna que ganho como aposentado? R\$ 70,00! É uma vergonha.

Eu gostaria mesmo é de ter um emprego de verdade, com carteira-assinada, férias, salário fixo, essas coisas. Vender relógios tem sido muito difícil, sabia? É duro não ter a certeza se amanhã você terá dinheiro para levar para a família.

Meu pai é pescador aposentado. Como ele ganha pouco e sou a única filha ainda em casa, ajudo trabalhando neste hotel. Ganho pouco e trabalho muito, mas fazer o quê, se a gente é pobre?

Eu era pescador, junto com meu pai. Mas a pesca não tá dando mais. Por isso estou aqui no bar. Mas não gosto muito não, estou ganhando muito pouco. Estou aqui só porque preciso. O bom é se eu arranjasse um emprego público com um político.

Veja bem, trabalhar no comércio por comissão é ruim. Sem contar que não gosto de ser vendedora, porque a gente tem que aturar tudo, entende? Tem dia que as pernas e as costas da gente estão moídas, mas fazer o quê, né? Como eu disse, até estou pensando em sair, mas pior do que ganhar uma miséria e não ganhar nada.

Observações semelhantes foram também colhidas junto aos trabalhadores da construção civil. Durante as visitas às construções nas praias, onde buscávamos locais apropriados para as fotografias, aproveitamos para conversar rapidamente, dado o ritmo das atividades, com alguns “peões”, e coletamos as seguintes considerações acerca do trabalho:

Esse trabalho massacra, a gente ganha pouco, mas precisa. Eu tenho mulher e um filho para criar.

Olha, se eu perco esse emprego de servente, fico desempregado. Vai acabar meu seguro - desemprego e isto não pode acontecer, pois tenho família para sustentar. Eu queria ter um trabalho melhor, com segurança. Mas não tem jeito, me conformo porque estudei pouco.

Venho de Paulo Lopes [município da Grande Florianópolis], lá não arranjei trabalho, por isso estou aqui em Ingleses, nesta obra. Eu era agricultor junto com meu pai, mas ele parou. Aí virei servente, para poder viver.

Transparecem claramente, através das falas destes trabalhadores, sentimentos diversos, desde a passividade diante de situações adversas de trabalho até a ânsia pela mudança na condição de vida. Mas o que é mais forte é que, apesar das queixas de todos eles quanto ao trabalho que desempenham, este parece ser suportável, diante da dura realidade do desemprego. No mundo do trabalho em contínua auto-negação, estar desempregado é a maior desgraça para o indivíduo, muitíssimo superior ao desgosto com o que se faz e como se

faz. A sujeição “forçada” a um trabalho *qualquer* é preferível à não sujeição, porque é melhor ser sujeito-dinheiro⁵¹ com pouco dinheiro do que ser o mesmo sujeito-dinheiro sem Ele.

Por outro lado, para os satisfeitos com o trabalho que estavam fazendo, autonomia e liberdade foram as duas palavras mais marcantes de suas declarações, e foram mais freqüentes nas opiniões dos vendedores ambulantes do que na dos outros trabalhadores com os quais conversamos. A maior parte dos depoimentos seguiam esse tipo de argumentação:

Durante o ano sou office-boy. É a primeira vez que peguei roupas para vender aqui na Barra da Lagoa. E tem sido muito bom, porque tenho autonomia e ninguém manda em mim. Estou até pensando em me dedicar só a isso.

Eu sou de Foz do Iguaçu. Tenho 24 anos. Toda a vida trabalhei com isso. Jamais fui empregado de ninguém. Tenho orgulho disso, porque nunca aturei desaforo de patrão.

O trabalho de vendedor ambulante nestes dois casos é encarado como a independência frente à subordinação, o que também é perceptível no depoimento de um policial militar (que estava em férias) que vendia artigos de praia na Avenida da Saudade:

Olha, vou te confessar uma coisa. Eu sou soldado, vivo recebendo ordens o tempo todo, é muito chato. Aqui não, estou sentado na sombra, lendo minha revista, esperando o cliente. É muito melhor ficar aqui, vendo os carros passando, curtindo o tempo passar do que estar por aí patrulhando, não acha?

⁵¹ Utilizamos aqui, por apropriação científica, a fantástica expressão de KURZ (1993).

Consideramos que as idéias de autonomia e liberdade, presentes nas opiniões acima transcritas, não são dotadas de efetividade. O trabalho destes vendedores é apenas a ponta de um iceberg, porque estão submersas as relações de produção de diversos locais em diversos momentos. Vender sorvetes e picolés de marcas conhecidas, por exemplo, e se autodenominar autônomo é uma contradição em si, porque o trabalhador, no fundo, está vendendo para a empresa⁵².

Há uma dependência implícita com relação a produção, e esta lhes é estranha. O que para eles é evidente não passa de uma máscara. Pensam ser livres e autônomos mas estão, na verdade, realizando na venda final a mais-valia para outrem. É importante, do ponto de vista expansivo do capital, que eles se sintam livres, porque assim trabalham melhor. A terceirização desses trabalhos, aliada à ideologia da independência, esconde o fato de que os capitalistas ficam numa situação muito cômoda, por se libertarem do pagamento dos benefícios sociais.

Outros aspectos, como a possibilidade de conhecer pessoas diferentes e o privilégio de se trabalhar próximo à natureza, foram também enfocados por vendedores ambulantes:

O bom deste trabalho, além do aspecto financeiro, que é óbvio, é que você conhece pessoas diferentes e bate um papo legal com elas. Tem o cara que só está a fim de curtir, tem aquele que está 'p' da vida, tem a moça que gostou do teu jeito, e você aproveita para almoçar com ela... Enfim, você encontra situações gratificantes.

⁵² Este fenômeno da terceirização é a grande moda da "pós-modernidade". A Natura, por exemplo, uma empresa especializada em produtos de beleza, tem uma imensa rede de vendedoras espalhada pelo país, que trabalham por comissão sem nenhum vínculo empregatício.

Esse trabalho é uma maravilha. Não dependo de ninguém, estou aqui, pegando um sol legal e curtindo esse mar. Ganho uma grana legal e ainda passo o dia satisfazendo as crianças. Eu adoro crianças. Veja a inocência delas! Você quer vida melhor do que esta?

Outros trabalhadores destacaram o seguinte:

Até que eu estou gostando de trabalhar aqui neste bar, pelo menos posso comprar minhas coisinhas sem depender totalmente dos meus pais. Não ganho muito, mas dá para me vestir, sem muito luxo, é claro, mas é melhor do que esperar meses pra comprar uma calça.

Amigo, prefiro este trabalho. A pescaria massacra a gente, porque nem sempre dá peixe. Nos últimos anos, tá cada vez pior pescar. Trabalhar neste restaurante compensa por isso. Por alguns meses é um dinheiro garantido, entende?

Ganho mais aqui, de garçom. O chefe não pega no meu pé. No meu outro emprego era pior. Aqui, ele deixa a gente à vontade, dá pra dar uma volta quando tem pouco movimento. E o dinheiro é melhor do que no meu outro serviço. Pena que logo o verão acaba.

Na verdade, o que vimos durante nossa investigação foi uma mistura de situações diferentes para os trabalhadores, em seu conjunto, no que tange aos motivos que os levavam a buscarem suas ocupações específicas. Foi possível, aliás, percebermos algumas semelhanças de situações entre os vendedores ambulantes e os de outras categorias.

Quanto aos vendedores ambulantes, existiam várias realidades: os que não ficavam com seus ganhos, pelas dívidas que tinham junto a seus empregadores; os que se sujeitavam a receber qualquer coisa, que lhes possibilitava fugir momentaneamente da incômoda situação de desemprego de outros períodos do ano; os aposentados, que continuavam trabalhando para ter um ganho maior, face aos poucos rendimentos da aposentadoria oficial; aqueles

que viviam exclusivamente deste trabalho, obtendo da venda ambulante suas únicas fontes de renda; e aqueles que, mesmo na situação de vendedores ambulantes, empregavam outros trabalhadores⁵³.

Para os trabalhadores de restaurantes, bares, hotéis, comércio e construção civil, as situações eram praticamente as mesmas, exceção feita à inexistência de empregadores e daqueles que ficavam com seus ganhos retidos. Havia aqueles que encontravam no trabalho temporário, nestes estabelecimentos, uma saída para a falta de recursos causada pelo desemprego, geralmente aceitando quaisquer remunerações; os que buscavam nestas atividades um complemento para a escassa renda familiar (principalmente as mulheres); e, finalmente, os que abandonavam suas ocupações anteriores, atraídos pela possibilidade de ganhos maiores nas atividades turísticas.

Conseguimos apreender, com relação ao trabalho em si, dois tipos de opiniões, diametralmente opostas: a satisfação ou o desgosto total com a atividade. Constatamos que a maioria dos trabalhadores de verão⁵⁴ não estava satisfeita com o trabalho, precisamente 71,43% do total (50 dos 70 entrevistados). Também devemos mencionar o fato de que as opiniões positivas acerca do trabalho eram sempre oriundas de indivíduos com as melhores remunerações e, com raras exceções, os pior remunerados expressavam opiniões de desagrado quanto ao trabalho, o que associa diretamente prazer e

⁵³ Correspondiam a 6% do total de vendedores ambulantes. Seus empregados se enquadravam nas situações dos que nada recebiam e naqueles que recebiam um mínimo, vivendo de qualquer jeito.

⁵⁴ O universo de pesquisa desta questão (referente à satisfação ou não com o trabalho), correspondeu a 70 trabalhadores: 30 vendedores ambulantes, 30 trabalhadores de bares e restaurantes, comércio e hotéis e 10 da construção civil. Exceção feita às atividades de ambulantes, que são caracteristicamente temporárias, os outros setores chegam a constituir-se em atividades perenes. Contudo, grande parte destas pessoas, excluindo os da construção civil, eram também trabalhadores temporários.

nível de rendimento. Isto não é estranho para nós, porque o dinheiro "...é o laço de todos os laços" (MARX, 1987:196).

Um outro aspecto que nos chamou a atenção foi a presença, nas manifestações de alguns vendedores ambulantes, de todo o arcabouço ideológico da prática concorrencial capitalista. É que, na temporada em pauta, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da SUSP, realizou rigorosa fiscalização nos balneários, confiscando mercadorias de vendedores sem a licença, concedida para o exercício das atividades em locais públicos⁵⁵. Como grande parte dos vendedores ambulantes não possuía a referida licença, estavam sempre na iminência de perder toda a mercadoria que comercializavam.

Alguns dos que possuíam a licença, assim se posicionaram, quanto aos "ilegais":

Eu tenho o alvará, esse pessoal tem mais é que se ferrar, assim fico com mais fregueses. Se eu pago, porque que eles não pagam? Que se danem.

Esse pessoal do Nordeste tem é que perder tudo, quem mandou virem para cá sem licença, perturbar a gente...

Pra ser sincero, é bom pra mim que o que a Prefeitura está fazendo. Eu consegui o alvará, essa gente sendo confiscada, a praia fica mais livre pra mim, não é verdade? Só tenho a ganhar com isso, por isso acho que os fiscais estão certos.

Transparecem nessas opiniões desde o preconceito até o individualismo, um dos grandes ícones da sociedade moderna. Esses vendedores que tinham a licença, em caráter *provisório*, não se diferenciavam dos outros, mas pelo simples

⁵⁵ De acordo com a Secretária à época, a SUSP tinha concedido a licença para 600 pessoas trabalharem em locais públicos durante a temporada 1994-95. Foram mais de 2.800 inscritos, solicitando desde a instalação de pontos fixos até a autorização para comercializarem, de forma ambulante, alimentos, artesanatos e outras mercadorias. As concessões foram definidas mediante sorteio dos inscritos.

fato de a possuírem se sentiam melhores e com mais direitos, como se estivessem numa situação de superioridade. O prazer que certos *proprietários de licença* sentiam, quando da fuga dos vendedores sem licença, perseguidos pelos fiscais da SUSP, lembrou-nos de uma frase dura: “ver sofrer faz bem, fazer sofrer faz mais bem ainda” (NIETZSCHE, 1987:68).

Alguns até se sentiram ofendidos por serem chamados por nós de vendedores ambulantes, como uma vendedora de roupas femininas e uma proprietária de uma barraca de ponto fixo:

Vendedor ambulante, não. Eu tenho alvará! Esse pessoal que vende redes é que é ambulante. Eu sou comerciante!

Eu não sou como essa gente, eu tenho autorização. Eles são ilegais. Meu comércio está autorizado, não está vendo? Não sou vendedora ambulante, nem sou do Nordeste, rapaz.

Estas duas colocações, sem sombra de dúvida, têm uma conotação de propriedade, que também está implícita nas opiniões dos “legais” acerca dos “ilegais”. É possível percebermos a força do ideário capitalista, internalizada em todos os indivíduos, mesmo naqueles que se encontram nos limbos da sociedade. Para todos, a propriedade só é legítima mediada pelas leis do sistema e aparece como um poder mágico, capaz de transformá-los em seres superiores. E ela, efetivamente, tem esse poder, no mundo material dos homens coisificados, porque “...em lugar de *todos* os sentidos físicos e espirituais apareceu assim a simples alienação de *todos* esses sentidos, o sentido do *ter*” [grifos do autor] (MARX, 1987:177).

Nossas investigações buscaram, ainda, a apreensão de outros elementos. Embora só apareçam no mundo enquanto vendedores ambulantes e empregados de restaurantes, hotéis, bares, comércio e construção civil, porque este é o mundo do trabalho, eles são homens, que tem desejos e frustrações. Por isso, outra questão levantada dizia respeito aos sonhos destas pessoas, mais precisamente os ligados ao lazer e ao turismo.

ILUSTRAÇÃO VII - VENDEDORES AMBULANTES EM INGLESES



Final de tarde... um momento de descanso em um dia de trabalho.

Dos 80 trabalhadores indagados sobre este aspecto, apenas 02 (2,5% do total) declararam que tinham feito turismo alguma vez em suas vidas (um era um vendedor de equipamentos de pesca e outro, um proprietário de uma fábrica de esteiras em Campinas - São Paulo, que estava vendendo-as em Ingleses). A maioria quase absoluta, 97,5% do total, jamais tinha empreendido viagens turísticas.

Os vendedores da ILUSTRAÇÃO VII, por exemplo, questionados sobre seus sonhos, onde gostariam de ir e sobre o visual que estava à frente, responderam:

Eu queria estar em casa, estou com saudades da minha mãe e do meu pai. Pra mim bastava passar o carnaval em Salvador, mas nunca posso ir... O mar aqui é bonito, mas nem vale a pena tomar banho... é muito ruim ficar longe de casa.

Eu queria conhecer os Estados Unidos, aquelas praias que passam lá na televisão da casa onde a gente fica, num sabe. De que adianta o sol, se a gente está na lida?

E as opiniões deste tipo se sucederam, como pode ser percebido nas colocações abaixo. A primeira, de um vendedor de chapéus e bolsas de palha (ILUSTRAÇÃO VIII), foi coletada na Barra da Lagoa. A segunda, expressa por um casal (ILUSTRAÇÃO IX), na faixa dos cinqüenta anos, que vendia artigos de renda no mesmo local:

O dia está bonito hoje, mas estou triste. Tenho dois filhos lá em Cipó [cidade do Estado da Bahia] e não vejo eles há dois meses, num sabe. Estou com saudade. Eu sou analfabeto, num sabe, nunca pude passear não, aqui para mim é só trabalho.

Nós gostaríamos de conhecer a Amazônia, mas não temos dinheiro. Quem sabe um dia, né? Essa praia é bonita, mas estamos trabalhando, não dá muito tempo para aproveitar a natureza.

ILUSTRAÇÃO VIII - VENDEDOR AMBULANTE NA BARRA DA LAGOA



Um momento de saudade da terra natal: quando as maravilhas do céu, do sol e do Sul não têm sentido...

ILUSTRAÇÃO IX - CASAL DE VENDEDORES AMBULANTES



A necessidade independe da idade

Trabalhadores não-ambulantes, de modo geral, apresentaram as seguintes argumentações:

Meu sonho é ir para o Chile, para surfar. Antes quero ir para a Argentina. Como eu sou nativo aqui da Barra mesmo, estou acostumado com esse mar. Então, o verão para mim é só para trabalhar, ganhar algum dinheiro, entende? Porque a pesca não tá dando nada.

Dá pra ver que sou alemão, né? Meus pais vieram de lá depois da guerra. Minha vontade é conhecer a Alemanha, ver tudo aquilo lá. Essa praia é muito linda, não acha? É difícil, mas nos dias de chuva, quando tem pouco movimento, dou uma escapadinha para tomar banho no mar, porque nos dias de sol não posso, tenho que atender aos fregueses.

É, o mar visto daqui de cima da obra é bonito. Mas nem tempo de comer a gente tem. Alguns dão uma saidinha para tomar banho na praia, mas eu não acho legal não.

Daqui eu vejo a mulherada passar. Às vezes, durante o almoço, nos dias de muito calor como hoje, eu saio e tomo banho. Mas seria melhor se não tivesse trabalhando, não é mesmo?

Para alguns dos trabalhadores de verão, as viagens necessariamente não se prendiam ao desejo de visitar um local específico. O destaque à necessidade da posse do dinheiro é o que ficou transparente nas suas opiniões:

Eu gostaria de conhecer outros lugares do país. Para isso precisaria de dinheiro. Tendo dinheiro, eu iria onde desse na telha, certo?

Veja bem, acho que a cidade não é importante, desde que você tenha grana, o resto é fácil...

Para conhecer a Itália, que é um sonho, eu precisaria de muito dinheiro, né? E isso eu não tenho.

Meu filho, esse negócio de turismo é só pra gente de dinheiro. Como é que um aposentado como eu, que ganha um salário mínimo, pode ir pro estrangeiro? Nunca. Pobre tem mais é que se contentar com a televisão, e olhe lá...

Gostaria de ir pra Alemanha, a terra dos meus avós. Mas vivendo de vender relógios, que tem dia que dá, dia que não dá, e sempre apertado, não é possível...

Estas colocações associam o lazer ao dinheiro e o não-lazer a falta deste e desmontam, da maneira mais simples e objetiva possível, a tese de um “turismo para todos”, apregoada com tanta veemência pelos defensores dessa idéia. A impossibilidade do lazer e do turismo para a maioria quase absoluta desses indivíduos, mesmo entre aqueles de melhor remuneração, revela uma face escondida da “rósea” realidade turística: o lazer para alguns significa, ao mesmo tempo, um não-lazer para quem está trabalhando. Só quem está desprovido de preocupações pode gozar plenamente. Afinal de contas, “o homem necessitado, carregado de preocupação, não tem senso para o mais belo espetáculo” (MARX, 1987:178). Por isso, o binômio sol e mar pouco significa para estas pessoas, do ponto de vista do prazer contemplativo e do lazer em si.

Eles estão e não estão no lugar ao mesmo tempo. Andam praias inteiras (no caso dos ambulantes), param e olham o mar, mas não se sentem à vontade diante daquele visual, porque estão deformados para menos. O corpo está ali, mas o pensamento está longe, não numa associação com o relaxamento, mas ligado às preocupações com a família, à terra natal, ao amanhã de trabalho... Vendem mercadorias para a satisfação dos turistas, mas têm o seu prazer e lazer constantemente negados no dia-a-dia e com poucas possibilidades de realizá-los, por sentirem que não terão a água viva da sociedade, o dinheiro.

Aparentemente, o trabalho destas pessoas em Canasvieiras, Ingleses e Barra da Lagoa é uma mera espacialização de uma atividade mercantil. Contudo, nossa investigação permitiu-nos apreender não apenas uma descrição locacional de um comércio de coisas humanas através de homens coisificados. O que conseguimos constatar, a partir das opiniões acima transcritas, é a existência de

algo que qualificamos como sobreposição de lugares, e esta manifesta-se de duas formas: subjetiva e objetivamente.

Do ponto de vista subjetivo, quando um vendedor de redes, por exemplo, fala com lágrimas nos olhos de sua terra natal, dos seus sonhos e para onde vai quando terminar a temporada em Florianópolis, ele está trazendo para aquele momento o passado e o futuro, numa “tridimensionalidade espaço-temporal”, nos termos de SILVA (1991). É como se cada trabalhador trouxesse dentro de si as sensações, desejos e frustrações vividas em lugares locacionalmente descontínuos. É como se Cipó (na Bahia), Foz do Iguaçu (no Paraná), São Bento da Paraíba ou Paulo Lopes (Santa Catarina) “estivessem” sendo transpostos para Florianópolis naquele momento por cada um, que tem na memória os “retratos” de sua própria história individual.

Do ponto de vista objetivo, observamos também uma junção de lugares pela substância da riqueza, o trabalho. Mercadorias produzidas nos mais longínquos lugares (inclusive nos “pequenos notáveis” do Pacífico) aparecem em cada praia da Ilha de Santa Catarina. O trabalho acumulado, sabe-se lá de quantos trabalhadores, dos mais distintos locais, com os processos de extração de mais-valia mais ou menos extensivos e/ou intensivos, aparece na forma mercadoria ali, numa manhã em Canasvieiras, num meio-dia em Ingleses ou num final de tarde na Barra da Lagoa. Isso porque “a substantivação do trabalho industrial, agrícola e comercial também acontece num lugar e depois é lançada ao mundo, incorporada nos produtos-mercadoria para a realização do lucro, conversão do valor em objetos finais, após ser realizada em vários momentos da circulação” (SILVA, 1991:55).

Os lugares mais díspares se juntam, num momento, em um único lugar, que não é único porque aquela espacialidade visível está grávida de uma não-espacialidade, subjetiva e objetivamente imperceptível pela mera descrição paisagística, tão cara a alguns geógrafos, que afirmam ser a paisagem o “domínio do que a visão alcança”⁵⁶, numa nítida concepção estática, que não tem razão de ser dentro de uma perspectiva dialética, na qual o movimento, contínuo e mutante, constitui-se em sua própria essencialidade.

Para nós, os homens que estão ali *são, estão e produzem o espaço*, como focado pela autora citada. Mas estão ali de forma incompleta, alienada, pois só aparentemente trabalham para si próprios. Eles são, essencialmente, cumpridores de ordens enrustidos. Sob o fetiche da independência pensam ser autônomos, já que não recebem ordens durante a jornada de trabalho. Mas entre o pensar e o ser há um longo caminho: a realidade concreta. Nossa investigação permitiu-nos perceber, nos momentos apreendidos, que os trabalhadores de verão, em suas atividades distintas, não tem uma condição muito diversa.

Informalidade, sazonalidade, intensas e extensas jornadas de trabalho e baixas remunerações: esta é parte significativa da realidade desses “sujeitos-dinheiro”. A outra parte desta realidade, relativa aos desejos, é inacessível para a maioria quase absoluta deles: a possibilidade das viagens turísticas. Permanece no domínio dos sonhos possíveis, porque “conhecem” os lugares através dos meios de comunicação (revistas, jornais, televisão...), mas que podem ser impossíveis, uma possibilidade não possível, que não se realiza, porque não possuem o poder efetivo e criador, o dinheiro. Simplesmente porque

⁵⁶ “Tudo aquilo que nós vemos, e que a nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca” (SANTOS, 1988:61)

se não tenho dinheiro algum para viajar, não tenho necessidade (isto é, nenhuma necessidade efetiva e efetivável) de viajar. [...] O *dinheiro* [...] transforma igualmente as forças *efetivas, essenciais, humanas e naturais* em puras representações abstratas e, por isto, em *imperfeições*, em dolorosas quimeras, assim como, por outro lado, transforma as *imperfeições e quimeras efetivas*, as forças essenciais realmente impotentes, que só existem na imaginação do indivíduo, em *forças essenciais efetivas e poder efetivo* [grifos originais] (MARX, 1987:197).

Assim, para os que trabalham proporcionando a humanidade do turismo aos outros, este consiste apenas em uma expressão de desumanização, de não-realização, através do lazer. Não passa de uma atividade como outra qualquer, apenas reproduzindo o caráter geral do trabalho alienado da sociedade capitalista. Embora não represente uma alienação produtiva, isto é, um estranhamento do trabalhador diante do produto do seu trabalho, que não lhe pertence, os trabalhos no turismo também são alienados: as “formigas-humanas” não se reconhecem enquanto consumidores-turistas pelos serviços que prestam, porque as viagens e tudo o que o turismo oferece, não são realidades efetivas para eles.

4. A TENDÊNCIA APOLOGÉTICA x A CONCRETUDE PESQUISADA

Após as discussões realizadas no decorrer deste trabalho, o que podemos finalmente inferir sobre a essencialidade do turismo? Nosso percurso começou pelo entendimento da questão ecológica sob um olhar crítico, através do qual apreendemos os aspectos equivocados das teses da sustentabilidade, onde destacamos o caráter cartesiano da maioria dos autores estudados.

Isso porque eles não conseguem perceber que a relação homem-natureza não se traduz simplesmente por uma mera dualidade estática. Na nossa concepção, a relação homem-natureza é a relação do homem com o homem e, ao mesmo tempo, da natureza consigo mesma, porque entendemos que o homem também é natureza.

A partir daí, começamos a analisar, com mais detalhes, a face conhecida do turismo, abordada por muitos, inclusive os que defendem a “dosagem correta”. Relatamos rapidamente como o capital tem transformado as paisagens da orla marítima em Florianópolis e como esse processo não é único, por ter semelhanças com ocorrências de outros locais.

Além disso, mostramos que o turismo se fundamenta num tripé composto pelo trabalho (inclusive na sua forma prostituída, o capital), pela mercadoria (inclusive e principalmente na forma dinheiro) e pela “mercadoria-paisagem”, que tem preço sem ter valor, é apropriada sem ser propriedade e é consumida sem ser gasta.

Logo em seguida, analisamos a unanimidade ideológica que envolve a defesa do turismo. Esta está internalizada em praticamente todos os segmentos sociais da cidade, que muitas vezes são prejudicados pela sua expansão. Foi a partir daí que conseguimos entender porque estes “discursos apologéticos” estão na boca de todos: pelo fato da ecologia e do turismo já serem, efetivamente, idéias dominantes, que fazem parte do inconsciente coletivo dos habitantes de Florianópolis.

No momento seguinte, demos a conhecer o lado oculto da atividade turística, a partir do levantamento de campo e do enfoque teórico do qual partimos. Inicialmente, realizamos uma rápida apreciação sobre a questão do desemprego, que é inexoravelmente perene na sociedade capitalista. Os dados coletados acerca da estrutura dos empregos na cidade mostraram que os empregos ligados ao turismo têm crescido, embora não de maneira expressiva, com relação aos demais setores da economia.

Aliás, apontamos que a expansão dos empregos nas atividades turísticas não pode ser entendida sob o aspecto da criação de empregos formais. Esta está atrelada à expansão da “informalidade”, um fenômeno característico das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho na “pós-modernidade”.

Nossa pesquisa de campo, junto aos trabalhadores ambulantes e não-ambulantes, comprovou este aspecto, paralelo à sazonalidade dos empregos. Notamos ainda uma diferenciação de situações entre os trabalhadores de verão, indo da “autonomia” ao assalariamento. Constatamos também que a maioria destes indivíduos não estava satisfeita com o trabalho que realizava. As razões para isso diziam respeito à adversidade nas condições de trabalho, aos parques

ganhos, à incerteza quanto ao futuro e ao fato destes indivíduos trabalharem em algo que não os agradava.

Inquirimos ainda acerca dos sonhos e desejos destes trabalhadores, ligados ao lazer e ao turismo. Este aparece como uma impossibilidade à maioria quase absoluta destas pessoas, que não têm condições financeiras para viajar. Demonstramos assim uma grande contradição do turismo: afinal, aos trabalhadores de verão é negada, constantemente, a possibilidade do usufruto das viagens turísticas, em virtude de não possuírem o equivalente universal, embora muitos deles sejam forçados à sujeição a um tipo de trabalho que não os satisfaz, porque precisam das “centelhas de vida” que o dinheiro proporciona.

Assim, temos de um lado a tendência apologética, um elemento da realidade que representa ideologicamente a lógica do capital, mas que só a exprime parcialmente. A concretude por nós pesquisada mostrou-nos o outro lado do turismo, baseado na exploração do trabalho alienado nos negócios turísticos, submetido à todas as condições da cotidianidade capitalista.

Por isso, constatamos que o turismo tem, ao mesmo tempo, dois lados diametralmente opostos: afirmação e negação. Para os que possuem o valor-de-troca necessário, todos os prazeres dos lazeres estão ao alcance dos sentidos. Mas, para quem não é proprietário do valor-de-troca, os lazeres turísticos não passam de fugazes frutos da imaginação.

Neste contexto, a conciliação turismo - ecologia que, na atualidade, vem se constituindo numa bandeira de lutas dos ideólogos de plantão, não representa a solução dos problemas, tanto sociais quanto ambientais. Não vislumbramos a efetivação de tal postulado no cenário de uma sociedade que se desenvolve

através da exploração do homem pelo homem, com a desumanização contínua do ser humano, transformado em um ser que transpira o desejo e/ou a posse da coisa-dinheiro por todos os poros do seu organismo.

Além disso, a sociedade do desenvolvimento só pode realizar o envolvimento a nível de mercado, daí a desenfreada e ansiosa batalha dos homens-coisa pela benção da coisa-humana, o dinheiro. Para nós, a incorporação das preocupações ambientais-naturais (em que o homem é deixado de lado) é incapaz, portanto, de apreender o verdadeiro problema existente por trás do turismo. Na sociedade que privilegia a imagem, torna-se difícil a compreensão do que não se vê de imediato, porque, segundo LEFEBVRE (1991):

o imaginário social arrumado (pela ideologia, pela publicidade), bem como a triste realidade dos "hobbies" e da "criatividade" miniaturizada fecham os horizontes. Nem as saídas em férias, nem a produção cultural industrializada - nem os lazeres na vida quotidiana, nem os lazeres fora da quotidianeidade - resolvem o problema.(...) O problema é acabar com as separações: "quotidianeidade-lazer" ou "vida quotidiana-festa". (p.128)

Enquanto estivermos submetidos a uma organização social na qual o homem não passa de uma coisa que consome (e felizes daqueles que podem consumir!), qualquer teorização acerca de um "turismo mais humano" ou de um "turismo ecologicamente correto", não passará de uma farsa. Em uma sociedade que promove, constantemente, a separação geral entre os homens e do homem diante de si mesmo, as atividades turísticas não se constituem na superação da ordem vigente.

Enquanto o sentido principal do homem for o *sentido do ter*, estaremos submetidos à mesma relação essencial de desumanização geral, apesar das formas de manifestação desta se alterarem. Talvez tenhamos que esperar o “além do homem” de NIETZSCHE para que a sociedade seja outra. Enquanto isso, as massas de miseráveis deste Planeta, produzidas pela antítese do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade e, no caso estudado, os trabalhadores de verão, estarão condenados à frustração turística, vendo os turistas passarem, afirmando todas as suas impossibilidades.

ANEXO I - EVOLUÇÃO DO TURISMO MUNDIAL 1962/92

Anos	Milhões Turistas	Índice 1962=100	Receita (US\$ Bilh)	Índice 1962=100
1962	81,3	100	8,00	100
1963	90,0	111	8,90	111
1964	104,5	129	10,10	126
1965	112,7	139	11,60	145
1966	119,8	147	13,30	166
1967	129,5	159	14,50	181
1968	130,9	161	15,00	188
1969	143,1	176	16,80	210
1970	159,7	196	17,90	224
1971	172,2	212	20,90	261
1972	181,8	224	5,60	308
1973	190,6	234	31,10	389
1974	197,1	242	33,80	423
1975	214,4	264	40,70	509
1976	220,7	271	44,40	555
1977	239,1	294	55,60	695
1978	257,4	317	68,80	860
1979	274,0	337	83,30	1.041
1980	284,8	350	102,40	1.280
1981	288,8	355	104,30	1.304
1982	286,8	353	98,60	1.233
1983	284,2	350	98,40	1.230
1984	312,4	384	109,80	1.373
1985	322,7	397	116,20	1.453
1986	330,9	407	140,00	1.750
1987	356,8	439	171,40	2.143
1988	382,1	470	197,70	2.471
1989	415,7	511	211,40	2.643
1990	443,9	546	254,80	3.185
1991 (p)	445,1	560	211,40	2.643
1992 (p)	476,0	585	254,80	3.185

FONTE: EMBRATUR. (p): dados prévios

ANEXO II - QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS FLORIANOPOLITANOS

1. SEXO: M () F () 1.1. PROFISSÃO: 1.2. IDADE:

2. VOCÊ ACHA QUE O TURISMO É IMPORTANTE PARA FLORIANÓPOLIS? SIM () NÃO ()

2.1. POR QUÊ? :

3. COMO VOCÊ SE SENTE QUANTO À EXPANSÃO DO TURISMO EM FLORIANÓPOLIS?

() BENEFICIADO () PREJUDICADO () NÃO FAZ DIFERENÇA PARA VOCÊ

3.2. POR QUÊ?:

4. QUAL (IS) A(S) PRAIA(S) DE FLORIANÓPOLIS QUE VOCÊ MAIS FREQUENTA:

() INGLESES () BARRA DA LAGOA () ARMAÇÃO
() CANASVIEIRAS () JOAQUINA () OUTRAS:
() JURERÊ () MOLE () NENHUMA
() SANTINHO () CAMPECHE

5. VOCÊ ACHA QUE EXISTEM LOCAIS EM FLORIANÓPOLIS DESTINADOS PREFERENCIALMENTE AOS TURISTAS? () SIM () NÃO

5.1. QUAL (IS):

5.2. COMO VOCÊ SE SENTE QUANTO A ESSE FATO:

- () CONSTRANGIDO EM FREQUENTAR ESSES LUGARES
- () DISCRIMINADO SE OS FREQUENTA
- () SE SENTE PROIBIDO DE FREQUENTÁ-LOS
- () OUTROS SENTIMENTOS:

6. QUE LUGAR (OU LUGARES) VOCÊ GOSTARIA DE CONHECER E POR QUÊ? POR QUE NÃO OS CONHECEU AINDA?

ANEXO III - QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS VENDEDORES AMBULANTES

1. IDADE: 1.1. SEXO: () M () F
2. ESCOLARIDADE: () sem instrução () primário incompleto () primário completo
() 2. grau incompleto () 2. grau completo () sup. incompl. () sup. compl.
3. NATURALIDADE:
4. LOCAL(IS) DE RESIDÊNCIA PERMANENTE:
5. PROFISSÃO/OCUPAÇÃO:
- 5.1. PRINCIPAL: 5.1.1. TEMPO DE OCUPAÇÃO ANUAL:.....
5.2. SECUNDÁRIA:..... 5.1.2. TEMPO DE OCUPAÇÃO ANUAL:
6. TIPO DE MERCADORIA: () bebidas () alimentos () artesanatos () vestuário () outras
7. PRAIA(S) ONDE VENDE A(S) MERCADORIA(S):
() somente nesta praia () em algumas:
8. PRODUÇÃO PRÓPRIA: () sim () não
- 8.1.1. TIPO DE FORNECEDOR: () indústria () supermercados () atacadistas () outros
- 8.1.2. LOCAL(IS) ONDE ADQUIRE A MERCADORIA:
9. TRABALHA POR CONTA PRÓPRIA: () SIM () NÃO
10. SE TRABALHA PARA ALGUÉM, SABE ONDE VIVE O EMPREGADOR: () S () N
11. SE TRABALHA POR CONTA PRÓPRIA, EXISTEM PESSOAS TRABALHANDO PARA VOCÊ:
() SIM () NÃO QUANTAS:
12. TRABALHA QUANTAS HORAS POR DIA:
13. TRABALHA QUANTOS DIAS POR SEMANA:
14. QUANTO GANHA POR DIA/MÊS (em R\$):
DIA: MÊS:
- () menos de 10 () de 31 a 40 () menos de 70 () de 351 a 420 () de 701 a 840
() de 10 a 15 () de 41 a 50 () de 70 a 140 () de 421 a 490 () de 841 a 980
() de 16 a 20 () de 51 a 60 () de 141 a 210 () de 491 a 560 () de 981 a 1.120
() de 21 a 25 () de 61 a 70 () de 211 a 280 () de 561 a 630 () de 1.121 a 1.260
() de 26 a 30 () mais de 70 () de 281 a 350 () de 631 a 700 () mais de 1.261
14. OUTRAS FORMAS DE REMUNERAÇÃO:
15. TEM CARTEIRA ASSINADA: () SIM () NÃO

ANEXO IV - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE DISTRITOS TURÍSTICOS E DE
FLORIANÓPOLIS (EM VALORES ABSOLUTOS)

<i>Distritos</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>
Lagoa da Conceição	4.985	7.821	14.794
Inglese	2.016	2.695	5.862
Canasvieiras	1.996	2.431	4.092
Florianópolis	138.337	187.871	255.390

FONTE: IBGE, Censos populacionais de 1970, 1980 e 1991.

ANEXO V - VERTICALIZAÇÃO EM INGLESES (em m²)

<i>Anos</i>	<i>Verticalização</i>	<i>Horizontalização</i>	<i>Vert./ Horiz.</i>
1979	----	3.568	----
1980	435	4.153	0,1
1981	59.045	2.699	21,9
1982	44.500	5.086	8,8
1983	17.592	2.932	6,0
1984	92.908	14.002	6,6
1985	5.894	8.480	0,7
1986	46.908	14.386	3,3
1987	45.092	5.966	7,6
1988	50.406	6.595	7,2
1989	143.474	9.589	15,3
1990	34.608	8.823	3,9

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: MORETTO NETO, 1993:658.
 Elaboração: Helton Ricardo Ouriques

ANEXO VI - EXPANSÃO DA OFERTA DE LEITOS EM FLORIANÓPOLIS

Situação	1985	1990	1995
Classificados	2.812	4.748	4.919
Não - Classificados	2.217	3.830	5.363
Total	5.029	8.578	10.282

FONTE: SANTUR

ANEXO VII - DESEMPREGO EM ALGUNS PAÍSES DO MUNDO - 1992

<i>País</i>	<i>Desempregados (em milhares)</i>	<i>Taxa Desemprego (%)</i>
Canadá	1.556,0	11,3
Chile	217,1	4,4
México	nd	2,8
EUA	9.384,0	7,3
China	3.603,0	2,3
Japão	1.420,0	2,2
Áustria	193,1	5,9
Bélgica	474,9	11,2
Dinamarca	318,3	11,4
Espanha	2.788,5	18,4
Alemanha	1.170,3	14,8
Itália	2.799,0	11,5

FONTE: DIEESE (In: OIT, Anuario de estadísticas del Trabajo. 1993, 1225 p.

ANEXO VIII - VARIAÇÃO ABSOLUTA DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM FLORIANÓPOLIS (JUNHO/90 A MAIO/95)

<i>Setor de Atividade</i>	<i>Varição Absoluta</i>
Extrativismo Mineral	-49
Indústria de Transformação	-415
Serv. Ind. de Utilidade Pública	-973
Construção Civil	-735
Comércio	-1.570
Serviços	1.926
Administração Pública	-17
Agropecuária	8
Outros	7
Total	-1.818

FONTE: SINE/SC

ANEXO IX - RECUPERAÇÃO DE ESTOQUES DE EMPREGOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

ENTRE JUL/90 E JUN/95

Período	Estoque	Período	Estoque
Jul/90	3.664	Jan/93	3.003
Ago/90	3.709	Fev/93	2.915
Set/90	3.712	Mar/93	2.881
Out/90	3.630	Abr/93	2.860
Nov/90	3.537	Mai/93	2.966
Dez/90	3.432	Jun/93	2.927
Jan/91	3.293	Jul/93	2.909
Fev/91	3.176	Ago/93	2.959
Mar/91	3.084	Set/93	3.026
Abr/91	3.082	Out/93	3.027
Mai/91	3.149	Nov/93	3.032
Jun/91	3.171	Dez/93	2.818
Jul/91	3.256	Jan/94	2.963
Ago/91	3.267	Fev/94	2.940
Set/91	3.267	Mar/94	2.924
Out/91	3.254	Abr/94	2.966
Nov/91	3.208	Mai/94	2.979
Dez/91	3.125	Jun/94	3.063
Jan/92	3.142	Jul/94	3.055
Fev/92	3.152	Ago/94	3.231
Mar/92	3.154	Set/94	3.217
Abr/92	3.222	Out/94	3.176
Mai/92	3.227	Nov/94	3.080
Jun/92	3.250	Dez/94	2.976
Jul/92	3.244	Jan/95	2.960
Ago/92	3.217	Fev/95	2.840
Set/92	3.221	Mar/95	2.800
Out/92	3.225	Abr/95	2.868
Nov/92	3.228	Mai/95	2.851
Dez/92	3.019	Jun/95	2.828

FONTE: SINE/SC

ANEXO X - FAIXAS ETÁRIAS E REMUNERAÇÕES DOS VENDEDORES AMBULANTES

A - FAIXA ETÁRIA DOS VENDEDORES AMBULANTES

<i>Faixa Etária</i>	<i>N. de Pessoas</i>
menos de 18 anos	20
de 18 a 21 anos	20
de 22 a 30 anos	40
de 31 a 40 anos	10
mais de 41 anos	10
Total	100

Fonte: Pesquisa direta, realizada em jan./fev. 1995

B - REMUNERAÇÃO DIÁRIA DOS VENDEDORES AMBULANTES

<i>Classes de rendimento</i>	<i>N. de Pessoas</i>
Sem remuneração	09
Até R\$ 10,00	20
De R\$ 11,00 até R\$ 20,00	26
De R\$ 21,00 até R\$ 30,00	13
De R\$ 31,00 até R\$ 40,00	12
De R\$ 41,00 até R\$ 50,00	05
De R\$ 51,00 até R\$ 60,00	04
De R\$ 61,00 até R\$ 70,00	02
Mais de 70,00	09
Total	100

Fonte: Pesquisa direta, realizada em jan./fev. 1995

ANEXO XI - ALUGUEL DE ARTIGOS DE PRAIA NA BARRA DA LAGOA



Uma "paisagem" típica de verão: o estrangeiro em primeiro lugar...

ANEXO XII - A PROPAGANDA À BEIRA DE PRAIA EM CANASVIEIRAS



O capital protegendo do sol e disputando espaços com os banhistas.

ANEXO XIII - UM DIA DE SOL NA BARRA DA LAGOA



A sutil apropriação privada dos espaços públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALPHANDÉRY, Pierre et.alli. **O equívoco ecológico**. São Paulo, Brasiliense, 1992, 189 p.
- ANDRADE, José V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo, Ática, 1992, 215p.
- ARRILAGA, José I. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1976, 303 p.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização e espiritualidade**. São Paulo, Ática, 1993, 180 p.
- BONALD, Olímpio. **Turismo tropical, vocação regional e estratégia imperialista**. Recife, UNICAP, Caderno 4, 1984, p.30-54.
- _____. **Planejamento e organização do turismo**. Recife, FASA, 1986, 184p.
- BOUHDIBA, Abdewahad. **Turismo de massa e tradições culturais**. Rio de Janeiro, O Correio da Unesco, 9 (4), abril de 1981, p. 4-8.
- BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, Brasiliense, 1994, 161 p.
- CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993, 184 p.
- CARUSO, Mariléa M.L. **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 até aos dias atuais**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1990, 158 p.

- CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante do século XX**. Caxias do Sul, EDUCS, 1990, 128 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo, Ática, 1993, 93 p.
- _____. **O espaço urbano**. São Paulo, Ática, 1993, 94 p.
- DEARDEN, Philip. **Tourism and sustainable development in the northern Thailand**. In: *The Geographical Review*. New York, Vol. 81, n. 4, October 1991, p. 400-413.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo, Nova Cultural, 1987, p. 3-71.
- DIEESE. **Anuário dos trabalhadores**. São Paulo, 1994, 176 p.
- DOMRÖS, Manfred. **Tourism in the Maldives: the potential of its natural attraction and its exploitation**. In: *Applied Geography and Development*. Tubingen, vol. 36, 1990, p. 61-77.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, 240 p.
- FERREIRA, Francisco A.C. **Turismo e desenvolvimento urbano: avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, setembro de 1992, 177 p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política).
- FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica**. São Paulo, Ensaio, 1994, 193 p.
- FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, 222 p.

- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Fome**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, julho/agosto de 1993, 31 p.
- GALVAN, Cesare G. **Capital: tecnologia & questionamentos**. João Pessoa, Shonin, 1989, 102 p.
- GHALI, Moheb (ed.). **Tourism and regional growth: an empirical study of the alternative growth paths for Hawaii**. In: *Studies in Applied Regional Science*. Leiden, v.11, 1977, 121 p.
- GONÇALVES, Carlos W.P. **Os (des)caminhos do meio-ambiente**. São Paulo, Contexto, 1990, 148 p.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo, EDUSP, 1993, 310 p.
- GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo, Brasiliense, 1987, 229 p.
- _____. **As três ecologias**. Campinas, Papirus, 1993, 56 p.
- HAMLEY, Will. **Tourism in the northwest territories**. In: *The Geographical Review*, New York, vol. 81, n. 4, october 1991, p. 389-399.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1993, 349 p.
- HUSSEY, Antonia. **Tourism in a balinese village**. In: *The Geographical Review*, New York, vol. 79, n.3, july 1989, p. 312-325.
- IBGE. **Censo populacional de 1970**. Rio de Janeiro, FIBGE, [197-].
- _____. **Censo populacional de 1980**. Rio de Janeiro, FIBGE, 1982.
- _____. **Censo populacional de 1991**. Rio de Janeiro, FIBGE, 1993.
- _____. **Anuário estatístico do Brasil - 1993**. Rio de Janeiro, FIBGE, 1994.

IPUF. **Áreas de preservação permanente**. Relatório Interno, Florianópolis, 1984, 21 p.

_____. **Ilha de Santa Catarina: balneabilidade**. Relatório interno. Florianópolis, 1990, 13 p.

_____. **Áreas de preservação permanente**. Relatório Interno, Florianópolis, 1984, 21 p.

Jornal Diário Catarinense. **Caderno de Turismo**. Florianópolis, 08.08.1993, p. 8.

_____. **À espera do turista**. Florianópolis, 19.09.1993, p.7.

_____. **Prefeitura promete terminar obras antes da temporada**. Florianópolis, 27.11.1994, p.30.

_____. **Caderno de Economia**, Florianópolis, 30.07.1995, p.2

Jornal Estalagem. Florianópolis, Ano I, vários números, 1994.

Jornal Folha do Meio-ambiente. Brasília, Ano V, n. 47, nov. de 1994, p.7-10.

KADT, Emanuel de. **Turismo e desenvolvimento**. In: O correio da Unesco, Rio de Janeiro, 9 (4), abril de 1981, p.9.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, 186 p.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, 235 p.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. São Paulo, Paz e Terra, 1993, 244 p.

_____. **A estupidez dos vencedores**. In: Folha de São Paulo. Caderno Mais, 06.08.1995, p.3-b.

LAGE, Beatriz & MILONE, Paulo C. **Economia do Turismo**. Campinas, Papyrus, 1991, 122 p.

- LAGO, Paulo F.A. **Santa Catarina - dimensões e perspectivas**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1978, 349 p.
- LEAL, Eugénio. **Turismo e desenvolvimento regional**. Braga, Eurosigno Publicações, 1990, 74 p.
- LEFEBVRE, Henry. **O pensamento marxista e a cidade**. Casterman, Ulisseia, 1972, 175 p.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo, Moraes, 1991, 145 p.
- LINS, Hoyêdo Nunes. **A sócio-economia do turismo: investigações sobre o crescimento turístico recente em Florianópolis e algumas de suas implicações**. Florianópolis, Departamento de Ciências Econômicas, UFSC, 1991, 216 p.
- LIPIETZ, Alain. **Uma economia a reconstruir**. In: BARRÉRE, Martine (org.). Terra, patrimônio comum. São Paulo, Nobel, 1992, p. 205-217.
- _____. **Alguns problemas da produção monopolista do espaço**. In: Espaço & Debates. São Paulo, n. 7, out./dez., 1992, p. 5-20.
- MADELEY, John. **Turismo y tercer mundo**. In: Desarrollo y cooperación. Bonn, Fundación Alemana para el Desarrollo Internacional, n.2, 1987, p. 4-5.
- MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Abril Cultural, 1982, 417 p.
- MAIMON, Dália. **Ensaio sobre economia do meio-ambiente**. Rio de Janeiro, APED, 1992, 149 p.
- MARTINE, George (org.). **População, meio-ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993, 207 p.
- MANGABEIRA, Nancy (org.). **Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico**. São Paulo, Loyola, 1992, 107 p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844**. Madrid, Alianza Editorial, 1968, p. 51-119.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo, Nova Cultural, 1987. 215p. (Os Pensadores).

_____. **O capital**. São Paulo, Difel, 1988, Livro I, vol. I e II, 933 p.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo, Hucitec, 1993, 138p.

MENDES, Armando D. **Breve itinerário dos ecossistemas à ecopoesia: achegas para o seu traçado**. In: BURSZTYN, Marcel (org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 11-27.

MORETTO NETO, L. **A atividade turística e o desenvolvimento sustentado (...)** Florianópolis, UFSC, 1993, 677 p. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

NIETZSCHE, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo, Nova Cultural, 1987, 409 p. (Os Pensadores).

_____. **Genealogia da moral**. São Paulo, Brasiliense, 1988, 206 p.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão mundial sobre meio-ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1991, 430 p.

O'FERRAL, Andréa. **Tourism and agriculture on the North Coast of the Dominican Republic**. In: Revista Geografica. Instituto Panamericano de Geografia e História, México, n. 113, enero-junio 1991, p. 171-191.

OURIQUES, Helton R. **O turismo e a questão ambiental na Ilha de Santa Catarina**. In: Revista Geosul, Florianópolis, Ed. da UFSC, n. 16, ano VIII, 2. semestre de 1993, p. 30-36.

PAIVA, Maria G. M. **Sociologia do turismo**. Campinas, Papyrus, 1995, 88 p.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas, Papirus, 1993, 190 p.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Diagnóstico atual do sistema de sustentação natural**. Florianópolis, setembro de 1988, 40 p.

REDCLIFT, Michael. **Los conflictos del desarrollo y la crisis ambiental**. México, Fondo de Cultura Económica, 1989, 255 p.

REVISTA MARCO ZERO. São Paulo, Ano II, n. 17, maio de 1994, 45 p.

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 1989, 132 p.

SAAL, Ulla. “...**Cuando los turistas llegaron...**”. *In*: Desarrollo y cooperación. Bonn, Fundación Alemana para el desarrollo internacional, n. 2, 1987, p. 8-11.

SACHS, Ignacy. **Os tempos-espacos do desenvolvimento**. *In*: Espaço & Debates, São Paulo, N. 8, jan./abr., 1983, p. 42-53.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, Vértice, 1986, 107 p.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**. *In*: BURSZTYN, Marcel (org.). Para pensar o desenvolvimento sustentado. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 29-56.

SANTOS, Cristina S.U. **Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional**. Florianópolis, UFSC, 1993, 247p. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Hucitec, 1991.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo, Hucitec, 1994, 190 p.

- SCROFERNECKER, Cleusa M. **O conceito de turismo**. *In: Veritas*, Porto Alegre, v. 29, n, 115, set. 1984, p. 409-419.
- SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991, 142p.
- SILVA, Armando C.da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo, Hucitec, 1988, 128 p.
- SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo, Contexto, 1991, 100 p.
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1993, 324 p.
- STARKE, Linda. **Sinais de esperança**. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1991, 206 p.
- TIEZZI, Enzo. **Tempos históricos, tempos biológicos**. São Paulo, Nobel, 1988, 204 p.
- TIME. **A whole new world**. New York, June 12, v. 145, n. 23, 1995, p. 38-50.
- TRIGO, Luiz Gonzaga G. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. Campinas, Papirus, 1993, 121 p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. Curitiba, EDUFPR, 1994, 8 v., 220 p.
- VALLADARES, Lícia e PRETECEILLE, Edmond (org.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo, Nobel, 1990, 227 p.
- WEAVER, David. **Model of urban tourism for small caribbean islands**. *In: The Geographical Review*, New York, vol. 83, n.2, April 1993, p. 134-140.